



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 54

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 11 de março de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Cláudio Almeida e posteriormente pelo Deputado Ricardo Cabral)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 07 minutos.

A sessão iniciou-se com um ponto prévio, a [verificação de poderes do Sr. Deputado Paulo Henrique Parece Baptista.](#)

Após a leitura do relatório pela relatora da CAPAT, a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

A sessão continuou entrando-se no PTAP, com a apresentação e votação dos votos que deram entrada na Mesa.

O primeiro voto, [Voto de Congratulação pelo quingentésimo aniversário da criação da Freguesia da Matriz da Horta,](#) foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Costa Pereira, usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*).

Submetido à votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se mais um **Voto de Congratulação**, apresentado novamente pelo Grupo Parlamentar do PSD, desta feita relativo aos **“25 anos de alvará da Rádio Graciosa”**.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Novamente por unanimidade foi aprovado o **Voto de Saudação**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, relativo ao **“25º Aniversário da Rádio Graciosa”**.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

Seguiu-se mais um **Voto de Saudação** por mais uma comemoração do **“Dia Internacional da Mulher”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, usaram da palavra as Sras. Deputadas Isabel Almeida Rodrigues (*PS*), Zuraída Soares (*BE*) e o Sr. Deputado Jorge Macedo (*PSD*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

De seguida foi apresentado pela Sra. Deputada Zuraída Soares, da Representação Parlamentar do BE, um **Voto de Protesto “pela não inclusão de qualquer representação oficial da Região, na visita do Senhor Presidente da República a São Francisco, nos passados dias 25 e 26 de fevereiro de 2014”**.

No debate usaram da palavra os Srs. Deputados José Andrade (*PSD*), Berto Messias (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

Por fim, foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, e aprovado por unanimidade, um **Voto de Pesar pelo falecimento de Augusto de Ataíde**.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado José Andrade, usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral (*PS*).

Ao abrigo do artigo 75º do Regimento da ALRAA, usou da palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (*Vítor Fraga*), para fazer uma comunicação.

No debate participaram os/a Srs./a Deputados/a Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), Miguel Costa (*PS*) e Jorge Macedo (*PSD*).

Ao abrigo do artigo 74º proferiu uma declaração política o Sr. Deputado José San-Bento (*PS*).

Aberto o debate usaram da palavra os Srs. Deputados António Ventura (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), José San-Bento (*PS*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Antes da suspensão dos trabalhos para almoço usaram da palavra para interpellar a Mesa, relativamente ao primeiro ponto da Agenda da Reunião, os/a Srs./a Deputados/a Duarte Freitas (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Berto Messias (*PS*) e Aníbal Pires (*PCP*), usando no fim da palavra Sua Excelência, a Sra. Presidente da Assembleia, para prestar esclarecimentos à câmara.

A **Agenda da Reunião** iniciou-se com um ponto prévio: a **[deliberação sobre a conformidade da redação final do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2014 – “Cria o Regime de Integração Excecional dos Docentes Contratados por Concurso Externo Extraordinário em 2014](#)**, a qual foi aprovada por unanimidade.

Os trabalhos continuaram com a **[Petição n.º 18/X – “Sede do Transporte Marítimo de Passageiros no Faial”](#)**, apresentada por Sílvia Lisa Fonseca Machado, na qualidade de 1.ª subscritora,

Após a leitura do relatório pelo Relator da Comissão de Economia, o Sr. Deputado José Ávila (*PS*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Luís Garcia (*PSD*), Lúcio Rodrigues (*PS*), Ana Espínola (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Seguiu-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 55/X – “Sede da Empresa de Transportes Marítimos na Horta”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Após a apresentação do diploma pela Sra. Zuraída Soares, usaram da palavra os/a Srs./a Deputados/a Lúcio Rodrigues (*PS*), Jorge Costa Pereira (*PSD*), Ana Espínola (*CDS-PP*), Aníbal Pires (*PCP*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Jorge Costa Pereira (*PSD*), Lúcio Rodrigues (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Posteriormente passou-se para o debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/X – “Adapta à Região Autónoma dos Açores o regime jurídico do trabalho portuário e estabelece normativos sobre formalidades respeitantes ao efetivo dos portos da região”](#).

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Jorge Macedo (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Marta Couto (*PS*) e Aníbal Pires (*PCP*).

A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por maioria, tanto na generalidade como em votação final global.

O ponto seguinte da Agenda da Reunião, o qual foi aprovado por maioria, debruçou-se sobre o [Projeto de Resolução n.º 41/X – “Recomenda ao Governo Regional que proceda a um levantamento e delimitação sistemáticos da titularidade, responsabilidade e competência das diversas entidades envolvidas na gestão, proteção, manutenção e ordenamento das zonas costeiras e de falésia da Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Usaram da palavra no debate deste diploma os/as Srs./as Deputados/as Aníbal Pires (*PCP*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Luís Rendeiro (*PSD*), Isabel Almeida Rodrigues (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Luís Rendeiro (*PSD*) e Zuraída Soares (*BE*).

Os pontos seguintes da Agenda da Reunião ficaram agendados para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 18 horas e 16 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.
Vamos começar com a chamada. Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do Couto

Miguel António Moniz da **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia** **Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Maria de Medeiros **Andrade**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

Artur Manuel Leal de Lima

António Félix Flores Rodrigues

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Antes de entrarmos no PTAP temos um ponto prévio referente à verificação de poderes do Sr. Deputado Paulo Parece.

Peço à senhora relatora da CAPAT o favor de apresentar o relatório.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER RELATIVO À VERIFICAÇÃO DE PODERES DO CANDIDATO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES PAULO HENRIQUE PARECE BAPTISTA

Capítulo I INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 3 de março de 2014, na Delegação da Terceira da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em Angra do Heroísmo.

Da agenda da reunião constava a emissão de parecer relativo à verificação de poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Paulo Henrique Parece Baptista.

Estiveram presentes os Deputados Francisco Coelho (Presidente), Isabel Almeida Rodrigues (Relatora), José Andrade (Secretário), André Bradford, Graça Silva, José Contente, Pedro Moura, Paulo Borges, Judite Parreira, em substituição do Deputado Joaquim Machado, Luis Garcia, Luis Rendeiro, Félix Rodrigues e Aníbal Pires.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

Nos termos do disposto no artigo 5.º do Estatuto dos Deputados à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro, os Deputados podem requerer ao Presidente da Assembleia a sua substituição temporária por motivo relevante de ordem profissional.

Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 4.º do citado Estatuto dos Deputados, o deferimento do requerimento de substituição temporária por motivo relevante determina a suspensão do mandato, a qual cessa pelo decurso do período de substituição ou pelo regresso antecipado do Deputado.

O n.º 1 do artigo 9.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro (Regime de Execução do Estatuto dos Deputados), estabelece que, em caso de vacatura “o deputado será substituído pelo primeiro candidato não eleito na respetiva ordem de precedência da mesma lista”. De acordo com o disposto no n.º 5 do mesmo dispositivo legal, a substituição de deputado, em caso de vacatura, depende de requerimento da direção do grupo parlamentar ou

de órgão competente do partido ou, ainda, do candidato com direito a preencher o lugar vago.

Nos termos do disposto no artigo 70.º, n.º 2 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, constitui competência da Assembleia Legislativa proceder à verificação dos poderes dos seus membros.

A verificação de poderes consiste na conferência da identidade do Deputado e na apreciação da regularidade formal do mandato, através da verificação da elegibilidade e de quaisquer incompatibilidades, tal como dispõe o artigo 8.º, n.ºs 1 e 2 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de novembro.

Capítulo III

VERIFICAÇÃO DOS PODERES DO DEPUTADO

Por ofício dirigido a Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, em 12 de fevereiro de 2014, e na sequência da suspensão do respetivo mandato pela Deputada Aida Maria Melo Amaral, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do citado Estatuto dos Deputados, com efeito a 1 de março de 2014 e pelo período de um ano, e da suspensão do respetivo mandato pelo candidato Ricardo Pedro Amaral de Carvalho e Sousa, a Direção do Grupo Parlamentar do PSD comunicou que a vaga será preenchida pelo candidato Paulo Henrique Parece Baptista.

Compulsada a ata de apuramento geral do resultado da eleição para a Assembleia Legislativa realizada a 14 de outubro de 2012, o mapa oficial de resultados e as listas definitivas de candidatos, e considerando a ordem de precedência na respetiva lista, há que proceder à verificação dos poderes do candidato Paulo Henrique Parece Baptista, o qual, nos termos das já citadas normas do Estatuto dos Deputados deverá substituir a Deputada Aida Maria Melo Amaral.

O candidato Paulo Henrique Parece Baptista não apresenta qualquer situação de inelegibilidade. Quanto à verificação de incompatibilidades, verifica-se que o candidato é funcionário da Eletricidade dos Açores, S.A., empresa de capitais maioritariamente públicos e que suspendeu as respetivas funções a 1 de março de 2014, pelo que não se verifica qualquer situação de incompatibilidade.

Capítulo IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os Grupos Parlamentares do PS, do PSD e do CDS-PP e o Deputado da Representação Parlamentar do PCP consideram estar verificada a elegibilidade e que o candidato não está em situação de incompatibilidade.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Com base na apreciação efetuada, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho considera, por unanimidade, elegível o candidato Paulo Henrique Parece Baptista, e que o mesmo não está em situação de incompatibilidade, concluindo que, pode assumir o mandato à data da suspensão do mandato do Deputado que substitui, ou seja, a 1 de março de 2014.

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do citado Regimento, o presente Relatório, depois de apresentado e discutido, é votado pela Assembleia Legislativa.

Angra do Heroísmo, 3 de março de 2014

A Relatora, Isabel Almeida Rodrigues

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Francisco Coelho

(Neste momento o Deputado Cláudio Almeida substituiu o Deputado Valdemiro Vasconcelos na Mesa da ALRAA)

Presidente: Obrigada, Sra. Relatora.

Estão abertas as inscrições. Não havendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório da verificação de poderes foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Verificados que estão os poderes convidava o Sr. Deputado Paulo Parece a ocupar o seu lugar.

Seja bem-vindo, Sr. Deputado.

(Neste momento o Sr. Deputado Paulo Parece ocupa o seu lugar na bancada do Grupo Parlamentar do PSD).

Aproveito também o momento para dar as boas-vindas ao Sr. Deputado Félix Rodrigues e a ambos desejar um bom trabalho.

Vamos então iniciar o PTAP. Como é habitual, começamos pelos votos.

Para um voto de Congratulação referente ao “quingentésimo aniversário da criação da Freguesia da Matriz da Horta”, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

500º ANIVERSÁRIO DA FREGUESIA DA MATRIZ DA HORTA

O povoamento do Faial terá tido o seu início na década de sessenta do século XV, depois de se terem instalado na ilha os primeiros colonos capitaneados por Josse Van Hurtere (Jos Dutra), que havia obtido, por Carta de 21 de Fevereiro de 1468, o título de capitão do donatário do Faial.

Nesta, como em todas as outras ilhas, o início do povoamento foi penoso e difícil: as queimadas, o desbravamento do solo, o ensaio das primeiras culturas, a garantia das subsistências, o lançamento da organização social, política e religiosa, ocuparam os povoadores na tarefa de conseguirem as condições mínimas de vida, organização e de desenvolvimento económico.

A fixação dos primeiros povoadores foi-se fazendo ao longo do litoral da hoje cidade da Horta (com a exceção da freguesia dos Flamengos) e, já nos finais do século, por mercê de D. Manuel I, em 1498, a Horta é elevada à categoria de Vila e sede de concelho.

Nela, desde os tempos primordiais, se foi destacando a Matriz do Santíssimo Salvador, cuja existência é comprovada pelo menos desde 1514.

A freguesia da Matriz é a mais central freguesia citadina do concelho da Horta e, desde a sua criação até hoje, se afirmou como principal centro administrativo, comercial, religioso e político de toda a ilha.

É na Matriz que estão sedeados alguns dos mais emblemáticos edifícios da ilha do Faial: Colégio dos Jesuítas (onde se encontram a Igreja Matriz, a Câmara Municipal, o Museu Regional da Horta e a Junta de Freguesia), as igrejas de São Francisco e do Carmo, a casa onde nasceu Manuel de Arriaga, que foi o primeiro Presidente da República Portuguesa, o Palacete de Santana, hoje Escola Profissional da Horta, o Império dos Nobres, a Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça, o DOP (antigo hospital Walter Bensaúde), o Teatro Faialense, o Centro de Cultura e Exposições da Horta (ex-Banco de Portugal), sem esquecer o coração da autonomia açoriana, a Assembleia Legislativa dos Açores.

Outras entidades e instituições centenárias estão também ligadas à Matriz, como sejam, a Sociedade Amor da Pária, o Grémio Literário Artista Faialense, os

Bombeiros Voluntários, a Casa de Infância de Santo António ou o Lar de São Francisco.

São naturais da Matriz várias personalidades marcantes para a ilha e para o País, como são os casos de Manuel de Arriaga, António José de Ávila, Florêncio Terra, João José da Graça ou Silvina Furtado de Sousa entre muitos outros.

Com uma área de 1.62km², a Matriz, no último Censos, realizado em 2011, tinha como população residente 2.562 habitantes, dos quais 1.183 são homens e 1.379 são mulheres e é uma freguesia que tem por base da sua economia o comércio e os serviços.

Após o 25 de Abril de 1974 procedeu-se, a 16 de Novembro de 1974, à instalação de poderes da Comissão Administrativa da Junta de Freguesia, presidida por Mário Rocha Valentim (nomeada por portaria do Ministério da Administração Interna, de 13 de Novembro do mesmo ano), tendo a sua sede provisória no Império de Beneficência. O último executivo da Junta de Freguesia até à instalação da Comissão Administrativa, foi presidido por Claudino Francisco Fernandes, e as reuniões da Junta de Freguesia tinham lugar numa sala dos CTP - Correios, Telégrafo de Portugal, de que era chefe o presidente da Junta de Freguesia.

Desde as primeiras Eleições Autárquicas democráticas, realizadas em 1976, a Junta de Freguesia da Matriz teve sete presidentes: Manuel José dos Santos, Arnaldo Assis de Faria Lira, Antero Augusto de Medeiros Gonçalves, António Faria Dowling, Laurénio Tavares e, na sequência das últimas Eleições Autárquicas, realizadas em Setembro de 2013, pela primeira vez a Junta de Freguesia da Matriz tem uma mulher como presidente - Alice Menezes da Rosa. Ao longo deste meio milénio de vida a freguesia da Matriz evoluiu, cresceu, consolidou-se. Resolveu problemas antigos e conhece novas dificuldades e novos desafios. Ela é hoje um centro cosmopolita, onde se cruzam e convivem gentes de todos os continentes e culturas, que se orgulha do seu passado e tem os olhos postos no futuro.

Registrar na vida de uma autarquia quinhentos anos de vida é um dever de reconhecimento para com todos aqueles que dela fizeram parte e que a ajudaram a crescer e a afirmar-se em tão longo período de tempo.

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo e do Regimento, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário em março de 2014, a aprovação de um Voto de Congratulação pelo quingentésimo aniversário da criação da Freguesia da Matriz da Horta.

Mais se propõe que deste voto se dê conhecimento à Junta e Assembleia de Freguesia da Matriz e à Câmara e Assembleia Municipal da Horta.

Horta e Sala das Sessões, 11 de março de 2014

Os Deputados: Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, Luís Garcia e Jorge Costa Pereira.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para informar o sentido de voto do Partido Socialista.

Naturalmente que se associa ao Voto de Congratulação pelos 500 anos da freguesia da Matriz e também para informar que amanhã o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá apresentar um voto do mesmo teor.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos agora para outro Voto de Congratulação referente aos 25 anos de alvará da Rádio Graciosa.

Pelo PSD tem a palavra o Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos.

Deputado Valdemiro Vasconcelos (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25 anos de alvará da Radio Graciosa

A Rádio Graciosa iniciou as suas emissões na clandestinidade a 15 de Novembro de 1987.

A 24 de Novembro de 1988 foi constituída por onze Graciosenses, a Cooperativa Rádio Graciosa CRL, sendo eles, Hidelberto José Barbosa Santos, Raul Machado Costa, Oriolando de Sousa Machado Correia da Silva, Valdemar Lima Clarimundo, Manuel Isidro Bettencourt da Luz, Carlos Manuel Cunha Mendonça, Luís Vasco Barcelos Machado Gregório, José Luiz da Cunha Albuquerque Coelho, José Manuel Gregório Ávila, Manuel Jorge da Silva Gil Lobão e Maria Luísa Brasil de Vasconcelos Bettencourt.

Recebeu o seu alvará a 6 de Março de 1989 e iniciou, dentro da legalidade, as suas emissões a 6 de Maio de 1989.

Em 6 de Agosto de 2001 foi constituída a Sociedade de Radiodifusão Graciosense Lda. com os mesmos sócios, que detém o alvará da Rádio Graciosa.

É Diretor da Rádio o senhor José Luiz da Cunha Albuquerque Coelho e Diretor de Informação o professor Manuel Jorge da Silva Gil Lobão.

Durante todo este tempo a Rádio Graciosa foi veículo de informação e divulgação dos assuntos Graciosenses, não só levando a ilha Graciosa além-fronteiras, como trazendo a Região e o mundo a casa dos Graciosenses.

Foi também instrumento de divulgação institucional cumprindo com o seu estatuto editorial, onde se pode ler: "A Rádio Graciosa pertence à Sociedade de Radiodifusão Graciosense Lda., e é uma estação que se rege pelos princípios da liberdade, do rigor, do pluralismo informativo, da independência, da ética e da deontologia, assim como pela boa-fé dos ouvintes. O seu principal objetivo é o de, no âmbito da sua atividade, contribuir para o desenvolvimento, o mais harmonioso possível do meio onde se encontra inserida, procurando para o

efeito intervir de forma equilibrada, nas vertentes sociais, culturais e económicas."

Não obstante os relevantes serviços prestados à Ilha Graciosa durante um quarto de século, o seu presente é difícil e o seu futuro é incerto mercê de insuficientes apoios à sua atividade específica.

Nesse sentido, a melhor forma de homenagear o verdadeiro serviço público que vem prestando à comunidade Graciosense é citando a notícia dada pela própria estação na passada semana por ocasião das suas "bodas de prata" quando disse: "Com altos e baixos, o único órgão de comunicação social, legalmente constituído nesta ilha, presta um serviço público ao concelho de Santa Cruz da Graciosa.

A sua constituição deveu-se à necessidade de se divulgar e discutir assuntos de interesse para a nossa população, bem como em caso de catástrofes, como aconteceu com os recentes temporais, informar os seus ouvintes das sugestões emanadas pela proteção civil.

Até ao fim do ano que passou, mantivemos dois postos de trabalho na nossa ilha e contribuímos com IVA para o nosso concelho. Com a crise e diminuição da publicidade, vimo-nos forçados a tomar medidas que não esperávamos, mas que são indispensáveis nestes tempos difíceis, nomeadamente o despedimento de uma funcionária.

Apesar de ao longo dos tempos termos desenvolvido contatos para obtermos apoio financeiro, ainda não temos garantida a nossa continuidade, mas estamos a procurar parceiros para podermos ir em frente com a nossa função, que poderá passar pela rentabilização do tempo de antena.

Há 25 anos iniciámos as nossas emissões difundidas através da nossa antena, mas atualmente transmitimos e divulgamos a nossa ilha para todo o mundo, através da internet com som e um jornal eletrónico.

A concretização destas bodas de prata só é possível, devido ao empenho dos seus colaboradores, comentadores, e funcionários.", fim de citação.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

aprove o seguinte voto: A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula a Rádio Graciosa pelos seus 25 anos de emissões regulares, e felicita todos os seus órgãos sociais e colaboradores pelo trabalho que, diariamente, desempenham em prol da divulgação dos assuntos relevantes para a ilha Graciosa.

Deste voto será dado conhecimento à Rádio Graciosa, à Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa e à Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores.

Horta, sala das sessões, 11 de março de 2014

Os Deputados: Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo, João Bruto da Costa e Valdemiro Vasconcelos.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Não havendo inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para um Voto de Saudação referente ao 25º aniversário da Rádio Graciosa, pelo Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

25º Aniversário da Rádio Graciosa

A Rádio Graciosa celebrou, no passado dia 6 de março, 25 anos. Contudo, a sua história inicia-se com as suas emissões na clandestinidade a 15 de novembro de 1987, na frequência de 107.5 MHz.

A 24 de novembro de 1988 foi constituída, por onze graciosenses, a Cooperativa Rádio Graciosa CRL, tendo recebido o seu alvará a 6 de março de

1989, que permitiu iniciar as suas emissões na legalidade a 6 de maio do mesmo ano, na frequência de 107.9 MHz.

Mais recentemente, a 6 de agosto de 2001, foi constituída a Sociedade de Radiodifusão Graciosense Lda. com os mesmos sócios, que detém o alvará da Rádio Graciosa.

Apesar de algumas dificuldades pontuais, ao longo da sua história, a Rádio Graciosa continua a ser o único órgão de comunicação social legalmente constituído nesta ilha e, como tal, cabe a esta prestar um responsável serviço público ao concelho de Santa Cruz da Graciosa.

Inicialmente, a constituição desta rádio local deveu-se, fundamentalmente, à necessidade de se divulgar e discutir diversos assuntos de interesse público para a ilha, sendo extremamente útil também na divulgação de informações emitidas pela proteção civil em casos de catástrofes naturais.

Nos primeiros anos as emissões eram difundidas apenas pela sua antena. Atualmente é um meio de comunicação mais abrangente, pois transmite e divulga informações da ilha Graciosa para todo o mundo, através da internet. Este fato permitiu, sobretudo, satisfazer as necessidades de uma nova geração, bem como as de todos os graciosenses da diáspora. Para além da sua estação de rádio, esta instituição conta ainda com um sítio na internet onde disponibiliza, diariamente, o seu jornal digital.

O seu principal objetivo, no âmbito da sua atividade, prolonga-se no tempo e tem como principal missão contribuir para o desenvolvimento do meio onde se encontra inserida, procurando, para o efeito, intervir de forma equilibrada nas vertentes sociais, culturais e económicas.

Da sua grelha generalista destaca-se os espaços destinados ao entretenimento, como foi o caso do programa “Hoje é Domingo” que esteve no ar, sempre com os mesmos locutores, quase 25 anos consecutivos, espaços de divulgação de eventos socioculturais e desportivos, bem como espaços de informação, comentário, entrevistas e debates, sobre os mais diversos temas, com relevância para a ilha e para a Região Autónoma dos Açores.

Na Graciosa, a rádio local continua a ser a voz do concelho, da ilha, de toda esta Região e, sobretudo, com a introdução das novas tecnologias de informação e comunicação, a nossa voz para a diáspora Açoriana, espalhada pelo mundo. Por outro lado, a Rádio Graciosa tem sido um meio preponderante na divulgação das tradições e costumes dos graciosenses.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário de março de 2014, emita o seguinte voto de saudação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, saúda a celebração dos 25 anos da Rádio Graciosa sendo esta saudação extensiva a todos os seus profissionais, colaboradores e membros dos corpos diretivos”

Do presente voto deve ser dado conhecimento à direção da Rádio Graciosa, Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Horta, sala das sessões, 11 de março de 2014.

Os Deputados Regionais, Ricardo Ramalho, Berto Messias e José Manuel Gregório de Ávila.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Julgo não haver inscrições, vamos então passar à votação deste Voto de Saudação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

(O Sr. Deputado Valdemiro Vasconcelos voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Presidente: Passamos para outro Voto de Saudação, este apresentado pelo PCP, referente ao Dia Internacional da Mulher.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

Assinalou-se no passado dia 8 de Março mais um Dia Internacional da Mulher, uma data em que evocamos os marcos históricos na luta das mulheres de todo o mundo pela igualdade e prestamos a justa homenagem às heroínas de todos os continentes que, com coragem e abnegação, conduziram a luta das mulheres.

Mas é sobretudo uma data que se projeta no presente e que nos deve fazer refletir sobre as desigualdades que existem à nossa volta e no nosso próprio tempo. O 8 de Março serve sobretudo para nos alertar para a necessidade de grandes mudanças na nossa sociedade.

Deve ser afirmado, com frontalidade que, passados 40 anos do 25 de Abril, os números da discriminação salarial mostram que o princípio do salário igual para trabalho de igual está muito longe de ser cumprido.

Persistem e agravam-se as discriminações salariais diretas e indiretas, aprofunda-se a desigualdade salarial entre homens e mulheres. Em Portugal, no ano de 2012, os salários dos homens foram em média 15,7% superior aos das mulheres. A maior vulnerabilidade social das mulheres portuguesas também é visível, por exemplo, em termos da taxa de desemprego e dos apoios sociais. Em Portugal, a maior parte dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção são mulheres.

Mas esta é também uma realidade na nossa Região. De acordo com a estrutura remuneratória do ano de 2012, nos Açores, as mulheres recebem em média menos 90 Euros do que os homens. E recordemo-nos que os trabalhadores açorianos recebem significativamente menos do que os do continente, facto que coloca as mulheres açorianas entre as mais pobres do país.

O aumento das qualificações das mulheres não as protege da desigualdade remuneratória. Pelo contrário, quanto maiores as qualificações, maior o fosso da discriminação salarial!

Nos Açores os Quadros Superiores do sexo masculino receberam, nesse ano, em média, 2130 Euros, enquanto as mulheres, em igual posição, apenas receberam 1363 Euros. Uma diferença de mais de 767 Euros por mês!

Os números não mentem nesta matéria: Nos Açores, um homem com o Ensino Secundário ou profissional recebe em média mais 124 Euros por mês do que uma mulher! No caso de terem uma licenciatura, os homens recebem mais 491 Euros e, com um mestrado, atingimos o número esclarecedor de mais 539 Euros por mês!

Não descurando nem esquecendo outras discriminações e desigualdades a que as mulheres açorianas estão sujeitas, esta continua a ser uma questão central na construção de uma sociedade justa e igualitária. A justa retribuição pelo trabalho é uma condição essencial de emancipação das mulheres e de valorização da sua dignidade. A realidade brutal destes números impõe uma atuação mais proactiva dos poderes públicos no combate às discriminações laborais e salariais e na valorização do papel da mulher na nossa sociedade.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova o seguinte Voto de Saudação:

- A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, assinalando o Dia Internacional da Mulher, saúda as mulheres açorianas pelos grandes avanços sociais dos últimos cem anos, e em particular os conquistados pela Revolução de Abril, que trouxeram progressos importantíssimos para todas as mulheres portuguesas.

- A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reconhece a necessidade de continuar a lutar contra as discriminações em função do sexo e declara o seu firme compromisso de, no âmbito das suas competências, tudo fazer para construir uma sociedade com mais igualdade e justiça social.

Horta, 11 de março de 2014

O Deputado do PCP Açores, Aníbal Pires

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se naturalmente a este voto relevando não só a evocação justa que ele faz da celebração do Dia Internacional da Mulher, mas a chamada de atenção que faz para uma questão importantíssima, entre as muitas desigualdades, como aliás é referido de que a mulher é ainda vítima, que se prende com as desigualdades salariais.

É, de facto, um problema ainda no mundo desenvolvido. A União Europeia há muito que identificou este problema e delineou um conjunto de ações, mas não tem conseguido efetivamente ultrapassá-lo.

Se é certo que nos Açores e em Portugal estamos longe daqueles contextos onde nascer menina é uma sentença para um destino de sofrimento, de desigualdades e de inoportunidades, que não conseguimos conceber no nosso mundo, também é verdade que temos ainda um importante caminho a percorrer.

Não posso, contudo, deixar de destacar o enorme esforço que todos têm desenvolvido no sentido da melhoria das condições da igualdade entre homens e mulheres, não só no trabalho, mas numa sensibilização geral para outros fenómenos, como é, por exemplo, o caso da violência doméstica, onde predominam claramente as vítimas do sexo feminino, na necessidade de trabalhar por uma melhor conciliação entre a vida familiar e pessoal e a vida profissional onde as mulheres saem ainda claramente prejudicadas, na necessidade de sensibilizar para uma maior responsabilidade de partilhas familiares entre ambos os sexos.

Temos, pois, um importante caminho a desenvolver que não passará naturalmente à margem desta Assembleia Legislativa.

Nesse sentido o Partido Socialista associa-se ao voto apresentado pelo PCP.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda associa-se, com gosto, ao Voto de Saudação aqui trazido pelo PCP assinalando também nesta casa o Dia Internacional da Mulher.

A luta das mulheres e dos homens deve ser e tem que ser pela igualdade na lei, mas também pela igualdade na vida.

Mas hoje, exatamente nos dias que correm, a Europa (e o nosso País!) é varrida por uma onda de neoconservadorismo que nos obriga a entrincheirar-nos na defesa da lei pura e dura.

Os direitos individuais alcançados pelas mulheres estão sob ataque e sob ameaça.

Lembremos aqui e agora o Grupo de Trabalho criado pelo Governo da República, um Grupo de Trabalho que vai trabalhar para aumentar a natalidade no País, facto que desconfiamos não augura nada de bom, tanto mais que já circula por aí uma Petição que mais não pretende do que impor um retrocesso na conquista da Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso! Muito bem!

A Oradora: Para o Bloco de Esquerda comemorar é assumir um compromisso e é um compromisso de luta. Cá estamos para continuar a travá-la sempre.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

A evocação do Voto de Saudação apresentado pelo Partido Comunista Português relativamente ao Dia Internacional da Mulher merece, naturalmente, da parte do PSD, não só o facto de se associar ao voto, mas também referir duas ou três questões complementares.

O voto é centrado principalmente na igualdade salarial. É, de facto, uma preocupação que todos temos, que todos temos que ter, porque essa

desigualdade realmente existe e é preciso que seja combatida. Nas empresas (no caso dos poderes públicos isso não existe; no caso das empresas públicas isso não existe) que não são públicas, essa diferença salarial realmente existe, como o Sr. Deputado Aníbal Pires bem refere no seu Voto de Saudação.

Mas queríamos acrescentar algo diferente, para além disso, que é, a própria sensibilidade que as mulheres acrescentam na política, que apresentam nas empresas, que apresentam na família, que apresentam nas associações.

As próprias mulheres, ao contrário, são também as principais vítimas de violência doméstica. É também uma preocupação que nos assiste.

Foram feitos diversos avanços e recentemente um estudo da Fundação Manuel dos Santos apresentava números que convém refletir.

Em 1975, era apenas 15% o número de doutoradas em Portugal.

Em 2012, o número de doutoradas em Portugal passou para 54%, ou seja, já superou aquilo que são os homens doutorados.

São avanços assinaláveis que queremos identificar.

A presença da mulher na sociedade é cada vez mais importante, nas diversas dimensões que há pouco referi.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Aliás, nota-se! Basta olhar para a bancada do Grupo Parlamentar do PSD!

O Orador: Estamos a falar de coisas sérias, Sr. Vice-Presidente. O Dia Internacional da Mulher merece todo o respeito.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Exatamente!

O Orador: Olhe para a cara da Sra. Secretária, a cara de reprimenda que a Sra. Secretária lhe fez quando fez esse comentário menos apropriado.

Hoje, todos gostaríamos que daqui a alguns anos não fosse necessário comemorar o Dia Internacional da Mulher. Seria sintoma, seria a maneira que teríamos de comemorar o facto de que todas essas desigualdades que foram referidas, não só aquelas no voto, mas também aquelas que acrescentámos, tinham sido ultrapassadas.

Obrigado.

Deputada Judite Parreira e Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir mais um dado muito recente. É da passada sexta-feira. São números divulgados pela Comissão Europeia em que, no âmbito da comemoração, não do Dia Internacional da Mulher, mas do dia Europeu da Igualdade Salarial, se assume claramente que na União Europeia as mulheres, em média, têm de trabalhar mais 59 dias do que os homens para terem o mesmo salário.

Quando se olha apenas para o caso de Portugal, as mulheres portuguesas, para obtenção do mesmo salário, têm de trabalhar em média mais 65 dias por ano do que os homens.

Esta questão de ter centrado o voto na discriminação salarial parece-me importante, porque efetivamente temos que caminhar no sentido da igualdade, mas da igualdade salarial, porque isso será com certeza um contributo muito importante para que outro tipo de discriminações se possa esbater.

O PCP proximamente dará entrada de uma iniciativa legislativa que vai exatamente no sentido da adoção de medidas de combate à discriminação salarial das mulheres.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora, sim, julgo não haver mais inscrições. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para um Voto de Protesto, apresentado pelo Bloco de Esquerda. Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

O Senhor Presidente da República deslocou-se, oficialmente, a São Francisco, nos dias 25 e 26 de fevereiro passado, tendo como objetivo central desta deslocação a sua intervenção, na Cimeira Mundial dos Oceanos, a qual se realizou nesta cidade Norte-Americana. Para além desta participação, o Presidente da República manteve outros contactos, nomeadamente, com elementos da nossa diáspora, o que também fez, nos dois dias subsequentes, na sua visita a Toronto.

Para esta visita, a Região Autónoma dos Açores – na pessoa do Presidente do Governo Regional –, foi convidada oficial do Senhor Presidente da República, unicamente, para a segunda parte da visita, isto é, a Toronto, onde se verificaram contactos com a comunidade portuguesa aí residente.

Como é do conhecimento geral, a diáspora portuguesa, nestas duas zonas do globo é, essencialmente, constituída por Açorianos/as e seus descendentes.

Não é compreensível, sob qualquer ponto de vista, esta duplicidade de critérios, por parte do Senhor Presidente da República.

Esta decisão de Cavaco Silva só pode ser entendida por uma opção política, em linha com o Governo PSD/CDS, isto é, de que a gestão dos mares e a exploração dos seus fundos e das suas riquezas são reserva absoluta da República.

Prova deste pensamento político é a Proposta de Lei nº 597/2012 que “Estabelece as bases da política de ordenamento e de gestão do espaço Marítimo”, alvo de apreciação negativa e objeto de propostas de alteração, por parte da Assembleia Legislativa dos Açores, aprovadas por unanimidade.

A não inclusão de qualquer representante oficial dos Açores, na primeira parte da visita presidencial a São Francisco (que tinha, recordemos, como objeto central, a Cimeira Mundial dos Oceanos), só pode ter uma leitura política: Cavaco Silva, com a sua decisão, quis reafirmar – de forma atentatória para com os Açores e ao arrepio da Constituição e do Estatuto Político-

Administrativo dos Açores – que a Região Autónoma dos Açores não participará, na futura gestão e defesa dos seus mares.

Assim, ao abrigo das disposições Estatutárias e Regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do BE/Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, expresse o seu desagrado, junto à Presidência da República, pela não inclusão de qualquer representação oficial da Região, na visita do Senhor Presidente da República a São Francisco, nos passados dias 25 e 26 de fevereiro de 2014.

Do presente voto se dê conhecimento à Presidência da República, à Assembleia da República, bem como a todos os Grupos Parlamentares, com assento nesta.

Horta, Sala das Sessões, 11 de março de 2014.

A Deputada, Zuraida Soares

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) Deputado José Andrade (PSD): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores não se revê...

Deputado André Bradford (PS): Oh! O senhor não fez um requerimento?!

O Orador: ... nalgumas das considerações que pretendem fundamentar este Voto de Protesto proposto pelo Bloco de Esquerda.

Não se revê nem na forma, nem no conteúdo de alguns desses considerandos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem precisa!

O Orador: Mas o Grupo Parlamentar do PSD-Açores naturalmente concorda e subscreve o essencial deste Voto de Protesto.

O essencial deste Voto de Protesto resume-se tão-somente à proposta de deliberação que passo a citar:

“...que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, expresse o seu desagrado, junto à Presidência da República, pela não inclusão de qualquer representação oficial da Região, na visita do Senhor Presidente da República a São Francisco, nos passados dias 25 e 26 de fevereiro de 2014.”

Considerando isto e apenas isto, o Grupo Parlamentar do PSD-Açores, coerentemente com as posições que tomou sobre a matéria, votará favoravelmente este Voto de Protesto proposto pelo Bloco de Esquerda.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permita-me que, em ponto prévio, comece por saudar o Sr. Deputado Paulo Parece e o Sr. Deputado Félix Rodrigues...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... desejando os maiores sucessos no desempenho das funções que agora iniciam.

Relativamente ao voto que estamos aqui a discutir não posso deixar de dizer que os convites que são feitos ao Governo dos Açores, os convites que são feitos ao Partido Socialista, não são uma matéria que esteja no centro das nossas preocupações e não é uma matéria que desperte da nossa parte grande preocupação ou sequer que nos tire o sono.

No entanto, a este nível, julgo que a ausência de convites ou a existência de meios-convites permitem retirar algumas ilações e permitem também que tenhamos uma determinada leitura política relativamente a esta matéria. Ou seja, quando o mais alto magistrado da nação, quando o Chefe de Estado visita várias comunidades que têm uma presença significativa de açorianos e de descendentes de açorianos, espera-se que possa ter outro tipo de cuidado e outro tipo de preocupação relativamente ao envolvimento que dá ao Governo da Região Autónoma dos Açores, independentemente do partido que tem essas funções executivas.

Além desta questão, a Sra. Deputada Zuraida Soares refere na sua resolução uma matéria que para nós é a matéria mais importante desta resolução.

Refiro-me à questão do mar e à questão dos assuntos do mar, porque no âmbito das visitas que o Sr. Presidente da República fez a essas comunidades, esteve também presente na Cimeira Mundial dos Oceanos.

Também são conhecidas as preocupações públicas que o Sr. Presidente da República tem manifestado relativamente à importância estratégica que dá ao setor do mar para o futuro do nosso País.

Parece-nos imperativo que quem dá uma importância estratégica e relevante aos assuntos do mar para o médio prazo do nosso País tenha que, obrigatoriamente, envolver a Região Autónoma dos Açores e os seus órgãos de Governo próprio.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Isso parece-nos indiscutível, sobretudo quando estamos a falar do Sr. Chefe de Estado com a importância que representa e com o simbolismo que tem.

Parece-nos que é essa a grande questão deste voto e é essa que deve ser uma preocupação relevante para este Parlamento. Registamos também, como é sabido, o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Governo dos Açores e também por este Parlamento relativamente a esta matéria.

Recentemente tivemos uma delegação açoriana na Comissão Parlamentar da Assembleia da República competente, pronunciando-se e apresentando propostas de alteração relativamente à Lei de Gestão e Ordenamento do Espaço Marítimo.

Julgo que nesta matéria esperava-se outro tipo de preocupação, outro tipo de envolvimento.

Esperava-se que o Sr. Presidente da República, continuando a afirmar a preocupação que tem tido relativamente aos assuntos do mar, tivesse também a preocupação de dar outro envolvimento aos Açores, porque o mar dos Açores é dos/as açorianos/as e devem ser respeitadas as suas pretensões e os seus interesses sobre esta matéria.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O mar dos Açores é dos açorianos? Mas não é da República Portuguesa?!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CDS vai votar favoravelmente este Voto de Protesto, apresentado pelo Bloco de Esquerda, não se revendo obviamente nalguma linguagem, nem nalguns dos considerandos que aqui são feitos...

Deputada Zuraida Soares (BE): Linguagem?! Em que linguagem é que não se revê?

O Orador: ... mas revemo-nos na parte resolutiva que é a que interessa.

Devo dizer que para sermos respeitados primeiro temos que nos dar ao respeito e isso nem sempre tem acontecido por parte das autoridades regionais, nomeadamente por parte do Governo Regional, relativamente a algumas matérias de relacionamento com a República quando acontecem atitudes destas que não são aceitáveis, como não são aceitáveis as atitudes que existem nos Açores para com o continente e para com a República, a República tão defendida, apregoada e proclamada pelo Partido Socialista quando lhe interessa, porque quando não lhe interessa esquecem-se dessa proclamação e então vêm as frases “o mar dos Açores é dos açorianos”.

Eu julgo que divisionismos não levam a sítio nenhum. Essa matéria é de interesse nacional. Os Açores deviam dar o seu contributo nacional, deviam esperar o contributo das autoridades nacionais e trabalhar em estreito conjunto em benefício de todos.

Esta tem sido infelizmente uma política contrária, feita pelo Governo dos Açores, de pura afronta das autoridades nacionais.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para concluir este nosso voto dizendo que o Sr. Deputado Berto Messias disse, e bem (nós concordamos), que os convites feitos ao Governo

Regional ou a qualquer outro tipo de instituições não são propriamente matéria de preocupação do Parlamento Regional.

Na realidade o que nos preocupa não é o convite, é o sinal que o não convite emite a esta casa e à Região Autónoma dos Açores.

É bom recordarmos uma coisa: o Sr. Presidente da República não se deslocou em visitas oficiais à diáspora. Não, não!

O Sr. Presidente da República foi fazer uma intervenção num acontecimento mundial, a Cimeira Mundial dos Oceanos, e pelo caminho foi visitando, e bem, as comunidades da diáspora, ou seja, aquilo que o Sr. Presidente da República fez foi intervir numa matéria relativamente à qual os Açores representarão, se tudo correr a nosso favor, dois terços da área soberana marítima do País.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem lembrado!

A Oradora: Aquilo que o Sr. Presidente da República fez, não convidando o Presidente do Governo Regional para estar presente e intervir nesta Cimeira Mundial dos Oceanos, foi dizer muito claramente quem é que manda no mar, quem é que o vai privatizar, quem é que o vai gerir e os Açores vão ter que ficar caladinhos, porque a “bola” está do lado da República.

É exatamente este recado, porque os símbolos também têm significado, que acho que esta casa tem a obrigação de, em nome de todos/as os/as açorianos/as, dizer ao Sr. Presidente da República que não aceitamos. Mais, que reivindicamos para esta Região a gestão, a cogestão e a corresponsabilidade da nossa zona marítima.

Já agora lembrar uma coisa que toda a gente sabe:

Para dançar o tango são precisos dois, mas para colaborar é preciso vontade de colaboração dos dois lados.

Até agora nesta matéria essa vontade de colaboração da parte da República não tem sido vista em lado nenhum.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Protesto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o último voto desta manhã, um Voto de Pesar relativo ao falecimento de Augusto de Ataíde, apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Augusto de Ataíde

Era um homem de valores e um homem de família. Foi docente universitário, governante nacional, dirigente institucional e administrador bancário. Era um homem de cultura e um homem de ambiente. Foi sempre um amigo dos seus Açores.

Augusto de Ataíde nasceu em Ponta Delgada, a 4 de abril de 1941, e faleceu em Lisboa, a 25 de fevereiro de 2014, mas escolheu a sua ilha de S. Miguel para última morada. Era filho de Augusto de Ataíde Corte-Real Soares de Albergaria, casado com a 3^a Condessa de Albuquerque e pai do 4^o Conde de Albuquerque.

Licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e Doutoramento pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, foi docente universitário em Portugal e no Brasil.

No âmbito oficial, integrou o governo português, de 1970 a 1974, como Secretário de Estado da Juventude e Desportos e como Secretário de Estado da Educação e Cultura.

No plano institucional, dirigiu o Instituto Luso-Brasileiro de Ensino de São Paulo e o Instituto Luso-Brasileiro de Direito Comparado do Rio de Janeiro; a Fundação Cultural Luso-Brasileira e a Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras; o Conselho Superior da Universidade Católica Portuguesa e o Conselho de Administração da Fundação da Casa de Serralves.

No mundo bancário, foi administrador do Banco Inter-Atlântico, no Brasil; presidente do Banco Internacional de Crédito, em Portugal; fundador e presidente do Banco Espírito Santo do Oriente, em Macau; fundador e presidente do Banco Espírito Santo dos Açores, o único com atual sede na Região.

Como homem de sensibilidade cultural, era sócio da Academia de Ciências de Lisboa, do Instituto Histórico da Ilha Terceira, do Instituto Cultural de Ponta Delgada.

Como homem de consciência ambiental, criou a Fundação Jardim José do Canto para reabilitar e gerir o maior parque botânico de Ponta Delgada, agora classificado como Imóvel de Interesse Público.

Augusto de Ataíde era senhor de fino trato que de todos merecia estima e consideração. Repartiu a sua vida entre o berço açoriano, o continente português e a distância brasileira, mas sempre e em toda a parte valorizou o bom nome desta sua e nossa terra.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Pesar pelo falecimento de Augusto de Ataíde Soares de Albergaria, reconhecendo e distinguindo a sua dedicação à causa pública, do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 11 de março de 2014

O Deputado Regional: Duarte Freitas, António Marinho, Luís Garcia, Bruno Belo e José Andrade.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Exma. Senhora Presidente da Assembleia, Exmos. Senhores Membros do Governo, Sra. Membro do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O Professor Doutor Augusto de Ataíde Soares de Albergaria foi licenciado pela Faculdade de Direito de Lisboa e foi membro da Academia de Ciências de Lisboa.

Foi um grande entusiasta do desenvolvimento da cultura e da economia açoriana.

Um açoriano com responsabilidades governativas nacionais antes do 25 de abril de 1974.

Foi um distinto bancário, fundador e Presidente do Banco Espírito Santo dos Açores.

Possui uma vasta obra publicada no domínio do direito bancário.

Por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se naturalmente ao Voto de Pesar apresentado pelo Partido Social Democrata.

Disse.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 11 e meia.

Eram 11 horas e 06 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 35 minutos.

Passamos para uma comunicação do Governo. Regem os artigos 75º e seguintes do nosso Regimento.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes.

Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dirijo-me a esta câmara para cumprir um compromisso assumido.

Faço-o para apresentar às Sras. e Srs. Deputados o Plano Integrado dos Transportes dos Açores.

A concretização deste plano só se tornou possível porque, ao longo dos últimos anos, o Governo Regional dos Açores foi capaz de concretizar a estratégia que delineou para o setor.

A aposta na construção de novas infraestruturas, umas já concretizadas, outras devidamente calendarizadas, na renovação dos meios existentes e na sua adequação às necessidades dos novos tempos, permite que a Região esteja hoje preparada para responder aos grandes desafios deste setor.

Com a implementação do Plano Integrado dos Transportes pretende-se agora aumentar a capacidade de mobilidade de pessoas e bens, através da redução do custo de acesso, da facilidade de interligação e comodidade, tanto nas ligações no interior de cada ilha, como nas ligações inter-ilhas e com o exterior da Região.

Tal será possível através de uma efetiva coordenação entre todos os meios de transporte, assegurando uma interligação de horários, logística, parâmetros operacionais e gestão de informação, dentro do fisicamente possível, numa lógica permanente de orientação para o serviço prestado aos cidadãos e às empresas.

Pretende-se ter um setor que procure de forma permanente a excelência operacional, ou seja, que associe a eficiência operacional das infraestruturas e meios existentes a uma objetiva orientação para satisfazer as necessidades dos cidadãos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Torna-se assim possível dar início à implementação do Plano Integrado dos Transportes (PIT), que assenta a sua ação em três grandes eixos de atuação, ao nível das Infraestruturas e Equipamentos, do Quadro Regulatório e dos Instrumentos Facilitadores.

Estes três eixos serão levados à prática através de 25 medidas constantes no PIT, a implementar no decorrer da atual legislatura.

As medidas inscritas no eixo Infraestruturas e Equipamentos, visam:

- Implementar o Balcão Único,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grande medida!

O Orador: ... que possibilitará uma escolha mais eficiente dos meios a utilizar, facilitando o planeamento e a aquisição de bilhetes para viagens intermodais (aéreos/marítimos/terrestres).

- Aumentar os níveis de operacionalidade, conforto e segurança dos passageiros.
- Melhorar e aumentar as condições de mobilidade, contribuindo para o desenvolvimento de um verdadeiro mercado interno, o qual assegurará a integração das economias das várias ilhas num espaço económico regional.
- Otimizar o sistema de transporte de carga aérea, para reduzir o custo e os tempos de entrega de mercadorias no destino.

Do eixo Quadro Regulamentar, constam:

- A revisão das Obrigações de Serviço Público (OSP) do transporte aéreo inter-ilhas, com o principal objetivo de aumentar a interligação entre todas as ilhas, procurando simultaneamente a redução do custo associado.
- A revisão das OSP atualmente em vigor para as ligações entre a Região, o Continente e a Madeira, revisão que está, no entanto, dependente de decisão do Governo da República, como todas as Sras. e Srs. Deputados bem sabem.
- A definição de OSP para o transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, com o objetivo de garantir fiabilidade, regularidade, rapidez e eficiência nas acessibilidades por via marítima a todas as ilhas.
- E a elaboração de uma proposta legislativa com vista à criação do Tráfego Regional.

No eixo dos Instrumentos Facilitadores estão inscritas medidas que visam:

- Promover e incrementar a mobilidade, através de uma escolha mais eficiente dos meios a utilizar e da coordenação de horários de transportes aéreos e marítimos na Região, para assegurar maior interligação entre ambos.
- Implementar o Serviço de Bagagem e Carga Integrada (SBCI).

- Reduzir o custo e dar maior grau de liberdade ao nível da mobilidade de passageiros e viaturas, através do desenvolvimento de novos títulos de transporte.
- Alargar, de forma gradual, o passe social às restantes ilhas, reduzindo assim o custo e promovendo a utilização dos transportes públicos terrestres, contribuindo desta forma para o aumento do rendimento disponível das famílias.
- Modernizar e reorganizar a rede de transportes terrestres, visando facilitar a sua utilização, aumentando os níveis de integração dos vários subsistemas existentes e assim promovendo o desenvolvimento de pontos de contacto entre estes, aumentando a sua eficiência global.
- Disponibilizar aos utilizadores do sistema de transportes toda a informação necessária ao planeamento e escolha das opções de mobilidade, através do desenvolvimento de sistemas de informação de apoio à mobilidade, como aplicações que permitam a comunicação com o cidadão, através de múltiplas plataformas (SMS/WEB/Smartphones).

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Integrado de Transportes dos Açores não é um fim, mas sim um meio para que possamos aumentar os níveis de mobilidade de todos os Açorianos, assim como de todos quantos nos visitam, tornando mais fácil, mais cómodas e mais económicas as deslocações dentro da Região.

Este é um Plano focado no serviço a prestar ao cidadão e às empresas.

Um Plano que será implementado ao longo desta legislatura, com início nas ilhas do Triângulo, e que não se resumirá ao que consta das páginas escritas que hoje serão entregues à Mesa da Assembleia, para que possa depois ser disponibilizado às senhoras e senhores deputados.

Tal como o setor abordado, o Plano Integrado dos Transportes será dinâmico, com capacidade de adaptação às mudanças e necessidades com que nos formos confrontando no futuro.

Através deste Plano, perseguiremos, como já referi, a excelência operacional do setor dos transportes.

Sabemos que este é um objetivo ambicioso.

Temos consciência de que este Plano, à semelhança da nossa ação, será alvo de críticas – umas bem-intencionadas, outras nem tanto.

Cá estaremos para as ouvir, todas sem exceção, não deixando no entanto de continuar a trabalhar, afincadamente e com convicção, na sua implementação.

O PIT, tal como foi anunciado, tem vindo a ser apresentado à população açoriana.

Até agora, foi já apresentado nas ilhas do Faial, Pico, São Jorge e Terceira, seguindo-se brevemente a sua apresentação nas restantes ilhas da Região.

Queremos com isto que as Açorianas e Açorianos possam conhecer a estratégia do Governo dos Açores para o setor dos transportes e possam tirar dúvidas acerca deste documento.

Mas, mais do que isso, move-nos a ambição de fazer com que todos sem exceção, possam em breve começar a usufruir de todos os benefícios que através do Plano Integrado dos Transportes dos Açores serão implementados, com implicações práticas ao nível da mobilidade e consequente bem-estar das Açorianas e dos Açorianos."

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Conforme define o nº 4 do artigo 75º, cada grupo ou representação parlamentar pode usar da palavra intervindo uma única vez.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Não havendo...

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É o apêndice!

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Integrado de Transportes que tem sido apresentado em algumas ilhas, cujo conteúdo tem sido, em determinados momentos e de forma avulsa, anunciado pelo Secretário Regional do Turismo e Transportes, não passa ainda disso mesmo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É criado à medida da ilha!

O Orador: É apenas um documento esperado, é um documento desejado, ansiado. Estamos todos à espera de conhecer o Plano no seu conjunto.

Efetivamente aquilo que é conhecido até agora são apenas algumas notas avulsas, algumas que até podemos concordar com o alcance delas, mas a verdade é que não conseguimos ter uma visão integrada do Plano.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vai ser entregue hoje!

O Orador: Vai ser entregue.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Deputado Aníbal! Vai ser entregue!

O Orador: Eu já percebi que vai ser entregue. Mas julgo que esta câmara devia já ter tido acesso ao documento integral que constitui o Plano Estratégico para os Transportes na Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não há plano nenhum! Se houvesse plano apresentava-o hoje!

Deputado Francisco César (PS): Isso já foi explicado. Por que é que já devia ter acesso?

O Orador: A questão é a seguinte:

Eu, e todos nós, continuamos sem conhecer os conteúdos do Plano Integrado de Transportes.

Lamento que isto esteja a acontecer, porque já foi apresentado publicamente, ou melhor, foram apresentadas as linhas estratégicas do Plano em diferentes ilhas, mas a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ainda não tem conhecimento do Plano Integrado de Transportes.

É evidente, Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, que a Representação Parlamentar do PCP se congratula...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Ah! Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Ainda faltava essa parte!

O Orador: Ainda faltam mais partes, Sr. Deputado. Esteja descansado.

... pelo anúncio que V. Exa. veio aqui fazer, que o PIT vai ser agora distribuído aos Deputados.

Mas, Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, eu julgo que o *timing* certo não era este. Já devia ter acontecido, Sr. Secretário.

Devíamos ter em nosso poder o PIT para podermos hoje congratular-nos não só com o anúncio, mas eventualmente com algumas das medidas que estão consagradas no Plano Integrado de Transportes e que podem vir a resolver um problema crónico do desenvolvimento da nossa Região, que passa com certeza por um novo modelo, e certamente integrado, de transportes terrestres, marítimos e aéreos na Região Autónoma dos Açores.

A verdade é esta: não estamos capacitados para hoje podermos apenas constatar que houve um anúncio, mas que os Deputados desta casa ainda não conhecem a versão integral do Plano Integrado de Transportes.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem pouco, mais ou menos! Mas o Sr. Deputado José San-Bento tem o plano ali!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do PPM devo dizer que subscrevo na íntegra aquilo que o Sr. Deputado Lizuarte Machado escreveu em relação a este assunto. Vou citar:

«Vem isto a propósito da Resolução nº. 9/2014 aprovada em Conselho do Governo no passado dia 20 de janeiro que, alterando o contrato de gestão de serviços de interesse económico geral relativo à construção e exploração de navios de transporte de veículos e passageiros entre as ilhas do arquipélago dos Açores, autoriza a empresa pública Atlânticoline a avançar com um concurso público internacional para a construção de dois navios com capacidade para 650 passageiros e 150 viaturas e cujo custo global rondará os 85 milhões de euros.

Como é sabido, a Região não necessita, nunca necessitou e nunca necessitará de dois Ferrys de médio porte. Torna-se embaraçoso referir as taxas de ocupação desses dois navios ao longo destes anos em que a operação decorreu. Convém no entanto referir que, considerando os 9 meses de operação – 6 meses de um navio e 3 do outro – e as respetivas escalas, o total de lugares disponibilizados ultrapassa os 2 milhões para um total de passageiros transportados que não ultrapassa os 50 mil ou seja 2,5% [repite: 2,5%] de taxa de ocupação. Acresce, é público e publicado, que a faturação da Atlânticoline não chegou para pagar o combustível. Pode-se pois concluir que com tal mísera taxa de ocupação o custo passageiro/milha será, muito provavelmente, o mais caro do mundo.

É pois, do meu ponto de vista, absolutamente incompreensível que se avance para a construção de dois novos navios, com as características atrás referidas sem, tendo por base níveis de serviço adequados, definir o modelo a implementar, cumprindo a máxima do Governo; “ajustar a oferta à procura”.»

E conclui o Sr. Deputado Lizuarte Machado:

«Teremos assim um “modelo” profundamente desajustado, pago por todos nós e mais grave do que tudo isto é o facto de daí não advir nenhuma mais-valia para a Região porque, na dimensão proposta, como atrás se viu, dele não necessitamos.

(...)

Qual o défice anual que apresentarão estes dois navios? Reconheço que, infelizmente, a pergunta parece ser irrelevante. Serão sempre os mesmos a, direta ou indiretamente, pagar.»

Tenho dito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E bem dito!

Deputado Francisco César (PS): Nota-se logo que o senhor trabalhou muito para essa intervenção!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Julgava que o Sr. Secretário – cumprimento-o e desejo-lhe rápidas melhoras – vinha aqui apresentar efetivamente um Plano Integrado de Transportes.

O que assistimos aqui foi a um conjunto de intenções. Essas intenções, Sr. Secretário, existem há 17 anos. Há 17 anos que o Partido Socialista tem a intenção de criar um Plano Integrado de Transportes, aliás, já por algumas forças partidárias reivindicado, aqui, nesta casa.

Agora vem com uma mão cheia de nada, rigorosamente nada.

O Sr. Secretário não nos trouxe uma única proposta viável que fosse novidade e que trouxesse alguma melhoria de transportes para os açorianos, como por exemplo (uma coisa tão simples!) a garantia de sair da sua ilha e regressar no mesmo dia à sua ilha. Não consegue.

O senhor, em Obrigações de Serviço Público, não consegue que as pessoas saiam sem pernoitar noutra ilha, em muitas ligações ao exterior. O senhor não consegue ter horários que sirvam os empresários e os açorianos, tendo muitas vezes, nas ligações quer à Terceira, quer a São Miguel, um voo de manhã e depois 3 voos seguidos, um às 5, outro às 5 e um quarto e outro às 18. Coisas tão simples quanto isto e vem o Sr. Secretário dizer isto.

Há 17 anos que se procura isso.

Mandam fazer dois barcos que estão em exposição ali naquela... Acho que é uma marina ou um porto de cruzeiros, que os senhores fizeram ali.

Não atraca barcos, mas dizem que é um porto de cruzeiros. Os barcos não podem entrar, podem entrar uns barquinhos.

Barcos de cruzeiros não entram no novo porto de cruzeiros da Horta que custou 50 milhões de euros.

Não há Plano Integrado de Transportes que resista às asneiras todas que os senhores têm feito durante estes anos.

Na Horta está ali dinheiro que não serve para nada e tem os barcos em exposição.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Paciência!

O Orador: Qual é a Região que se dá ao luxo de ter barcos há 3 e 4 meses a apodrecer, ali, numa baía?

Deputado Francisco César (PS): A apodrecer?!

(Risos de alguns Deputados do PS)

Qual é a Região que se dá a esse luxo?

Por que é que não põem a navegar?

Os senhores, quando mandaram fazer os barcos, já não sabiam que era preciso rampas ro-ro?

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

Não sabiam?!

Têm os barcos. Agora estão à espera de fazer as rampas ro-ro.

Depois, o Sr. Secretário anuncia com pompa e circunstância, julgo que em São Jorge, uma novidade: uma ligação entre Angra e a Calheta.

Depois chamou Luís de Matos, fez um número de ilusionismo e desapareceu o Cais de Cruzeiros de Angra, da Carta de Obras Públicas deste Governo.

Que credibilidade tem o senhor e o seu Governo...

Deputado André Bradford (PS): Era aquilo que o senhor não queria!

O Orador: ... depois de escreverem numa Carta de Obras Públicas uma obra, retiram-na?

Acha que os açorianos vão acreditar neste Plano Integrado de Transportes?

Ninguém acredita! Os senhores perderam toda a credibilidade. As pessoas já sabem que os senhores não são credíveis ao fim de 17 anos.

Deputado André Bradford (PS): Não é o que dizem!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é o que as sondagens dizem!

O Orador: Já inventam tudo para se manter no poder. Tudo e mais alguma coisa, Sr. Secretário.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vou mandar-lhe uma sondagem para ver!

O Orador: Plano Integrado de Transportes entre a Calheta e Angra: pode ir, mas não pode levar carros. Só pode sair, porque não tem rampa ro-ro na Calheta e muito menos no Porto das Pipas, que aliás os senhores vão agora fazer.

Portanto, é o desnorte total. Não há Plano Integrado.

O que o senhor apresentou aqui é um arrazoado daquilo que o Partido Socialista não conseguiu fazer em 17 anos.

Mas mais: julgava-se que algumas das medidas teriam implicação imediata. Não senhor! Engaram os açorianos. É para a legislatura.

Uma simples rampa ro-ro demora agora 3 anos a fazer.

Deputado Manuel Pereira (PS): Ou 4!

O Orador: É efetivamente lamentável que não tenha trazido aqui nenhuma novidade e é mais lamentável que desse Plano não se conheça a não ser a sua digressão. Acho que o que é integrado é a sua digressão pelas diversas ilhas.

Deputado Berto Messias (PS): Isto é uma dupla personalidade!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vê-se logo que não o conhece!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, acalme-se um bocadinho!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Estou calmíssimo!

O Orador: Tenha calma! Não se enerve! Fique sereno!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Vai ser difícil!

O Orador: Ah! Pois!

Fique sereno, porque esta política do *soft power* que o Governo Regional já arranjou na saúde com aquele senhor...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Tem que traduzir isso para português!

O Orador: Posso continuar, Sr. Vice-Presidente?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está nervoso! Calma!

O Orador: Eu não estou nervoso. Quero é acabar.

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Eu sei que o enerva, Sr. Vice-Presidente, que o senhor fica nervoso...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Eu?

(Risos do Sr. Vice-Presidente do Governo)

O Orador: ... porque vê realmente que não tem sequência.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Veja as sondagens!

O Orador: O assunto das sondagens a gente discute quando o senhor quiser, mas não é agora.

Essa política de atirar areia para cima dos olhos dos açorianos que começou com a saúde, a fazer esclarecimentos para ficar tudo na mesma, está agora nos transportes. Também teve na educação aquele raide feito a semana passada, muito interessante.

A política do Partido Socialista agora é fazer sessões públicas de esclarecimento.

Deputado Francisco César (PS): Se fazemos é porque fazemos; se não fazemos é porque não fazemos!

O Orador: É aí que está a eficácia do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do Governo do Partido Socialista, é fazer/ensaiar sessões públicas de esclarecimento, arregimentando os socialistas e autarcas para embelezarem, e convocando até para a mesma altura um Conselho de Ilha para ver se tem alguém na sala, porque senão não tinha ninguém.

Os senhores fazem isso tudo.

É o desprezo absoluto pela Democracia e o respeito pelo povo.

Deputado Rogério Veiros (PS): A Ilha de São Jorge tem um destacado autarca do CDS!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Lamentavelmente o Bloco de Esquerda não tem muito a dizer sobre esta matéria, mas não quero deixar passar em branco o facto de finalmente o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes (o Governo Regional) ter elaborado, pensamos nós, um Plano Integrado de Transportes, correspondendo a uma necessidade objetiva da nossa Região e respondendo também, já agora, a uma reivindicação de há anos do Bloco de Esquerda.

Congratulamo-nos pelo facto desse Plano finalmente existir.

Lamentamos não poder tecer sobre ele nenhum comentário. Aliás, durante uma semana ou duas até corria por aí que o PIT era uma espécie de “Onde está o Wally?”,...

(Risos do Deputado Artur Lima)

... porque ninguém sabia onde é que estava o PIT.

Ele vinha apresentado em prestações suaves pelo périplo que o Sr. Secretário Regional tem feito por algumas ilhas, mas na realidade, para além desse périplo, ninguém, neste plenário, pelo menos aqueles que não sejam abençoados ou mais próximos do poder, digo eu, conhece o Plano Integrado de Transportes.

Sobre essa matéria, quando conhecermos teremos o maior gosto em tecer comentários bem-intencionados, Sr. Secretário – da nossa parte bem-intencionados – negativos ou positivos, porque a vida é mesmo assim.

Mas de qualquer maneira um passo foi dado. Agora esperamos pelo tal documento que na realidade já deveríamos ter em mãos, nós, Deputados e Deputadas desta casa.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As primeiras palavras são para registar com agrado e importância, ao contrário do que alguns partidos quiseram de alguma forma minorizar, esta importante comunicação do Governo Regional dos Açores para apresentar a esta Assembleia o Plano Integrado de Transportes, que é um plano e processo fundamental, complexo e dinâmico.

Assinala igualmente a preocupação do Governo em apresentar e discutir, em primeira mão, com a população das ilhas por onde se iniciará a sua implementação. E agora entregará, em primeiro lugar, o documento nesta casa,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas não há plano!

O Orador: ... porque pelo mar, pelo ar e em terra,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto parece a invasão da Normandia!

O Orador: ... ligar os Açores com um Plano Integrado e estruturado de transportes, tornaremos cada vez mais inteira uma região como a nossa, unindo o presente e projetando o futuro, integrando as partes em desenvolvimento harmonioso.

Depois de um longo caminho feito onde se garantiu um conjunto assinalável de condições fundamentais para o desenvolvimento do setor dos transportes, com investimentos impreteríveis realizados nesse sentido e por todos reconhecido, onde se contabilizam por exemplo a renovação da frota da SATA, os novos navios que não estão a apodrecer e estão em vias de iniciar a sua operação,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quando?

O Orador: ... o Gilberto Mariano e o Mestre Simão, aquando da sua certificação completa,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há 5 meses!

O Orador: ... investimentos fundamentais nos aeroportos, aeródromos, nas gares marítimas, nos portos, nas rampas roll-on e roll-off, na modernização dos meios, implementação dos passes sociais nos transportes terrestres, mesmo depois desta revolução tranquila,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem assim conseguem apresentar um plano!

O Orador: ... a que todos nós assistimos, mesmo depois destes melhoramentos, temos consciência que não basta, que é preciso mais, é preciso melhor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E vai daí e compram dois barcos!

O Orador: É aqui que entra a importância deste Plano Estratégico e Integrado para todo o setor, articulando de forma racional e eficiente todos os meios que já dispomos, com objetivos claros e concretos como a diminuição dos custos de contexto, o aumento da competitividade das empresas e o bem-estar das famílias açorianas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor está tão perto do Sr. Deputado Lizuarte Machado e não o ouve! Ainda por cima são vizinhos!

O Orador: Num Plano como este, além da fundamental inscrição dos ainda investimentos necessários a completar a rede infraestrutural e em equipamentos já anunciados (alguns), urge definir um quadro estratégico que permita assegurar a interligação dos horários, da logística, da operacionalidade, da gestão integrada de toda a informação no transporte marítimo, aéreo e terrestre,...

Deputados Berto Messias e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... potenciando ainda mais a mobilidade, as transações económicas, a competitividade, a intermodalidade de transportes.

Para isso regista-se a necessária revisão das Obrigações de Serviço Público Inter-Ilhas, já anunciada, e também as Obrigações de Serviço Público entre os Açores, Continente e Madeira, sendo que neste caso particular falta apenas o Governo da República cumprir a sua parte, aprovando a proposta do Governo dos Açores...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... que já leva quase dois anos de atraso, sem justificação aparente.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Acresce a isto, e justifica-se igualmente, uma necessária definição de Obrigação de Serviços Públicos para o transporte marítimo inter-ilhas, com o objetivo de consolidar um verdadeiro mercado interno, melhorar a oferta da mobilidade e conseqüente melhoria da oferta turística.

Sinaliza-se também algumas novidades já apresentadas, em primeira mão, e que decorrem deste plano, como seja a retoma da ligação marítima entre a Calheta de São Jorge e Angra do Heroísmo, bem como a apresentação do Passe 22, que reduz substancialmente o valor despendido mensalmente para quem circula com frequência entre as Ilhas do Pico e do Faial, o que é uma medida excepcional.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe o que o senhor está a dizer!

O Orador: Concluindo, temos que perceber que chegar e partir faz parte de um processo integrado de transportes em cadeia de sentidos e com o sentido de regionalidade em boa hora a ser implementado por este Governo dos Açores.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isto não vai lá com poesia! Já que não temos barcos, temos poetas!

O Orador: É uma tarefa complexa que este Governo tem pela frente, um processo dinâmico que deve ser permanentemente ajustado à realidade e às necessidades.

Para isso, conta com a disponibilidade total do Grupo Parlamentar do PS, como deverá contar com todos os partidos políticos e agentes para colaborar numa missão estratégica para o presente e para o futuro dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes:

La Palisse não diria melhor!

Sr. Deputado Miguel Costa, ...

Deputado Miguel Costa (PS): Não lhe posso responder!

O Orador: ... com música e poesia não vai lá!

Estamos aqui a discutir um Plano que ninguém conhece. Faço minhas as palavras do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que disse que não se ia pronunciar sobre um Plano que desconhecia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Neste momento, os Deputados desta casa estão a discutir, ou a tentar discutir, um documento que não conhecem.

Deputado Francisco César (PS): Foi a apresentação!

O Orador: Mas é curioso verificar que no caso da saúde, Sr. Deputado Francisco César, foi feito rigorosamente o contrário. Foram pedidas colaborações, foram incorporadas num único documento, esse documento foi apresentado, foi debatido e depois surgiu a proposta final. Ou seja, rigorosamente ao contrário do que foi feito agora, duas metodologias completamente diferentes dentro do mesmo Governo.

Neste caso começou-se pelo teto.

Compraram-se aviões que hoje, sabe-se, são excessivos em termos da sua capacidade.

Deputado Francisco César (PS): Não se sabe nada! Acha o senhor!

O Orador: A sua taxa de ocupação ronda pouco mais do 50%, ou seja, é literalmente verdade que andam meios vazios.

Deputado Miguel Costa (PS): Essa é a sua intervenção! É a intervenção do PSD!

O Orador: Compraram-se navios para o triângulo que estamos à espera que comecem a operar.

Já se encomendaram dois navios de 115 metros para levarem 600 passageiros e 150 viaturas.

Deputado Francisco César (PS): Já encomendámos?!

O Orador: Sr. Secretário Regional e Srs. Deputados do Partido Socialista, com exceção do Sr. Deputado Lizuarte Machado, é uma perfeita loucura aquilo que os senhores estão a fazer.

Vão alimentar dois elefantes brancos à razão de 3 toneladas de fuelóleo por hora.

Depois dizem que têm um PIT para apresentar. Coincidência ou não, eu ia mais pela hipótese do não, PIT são as iniciais da Prova da Incompetência nos Transportes deste Governo.

Deputados Luís Garcia e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, temos um Plano, pelo menos o senhor tem um Plano.

Esse Plano, como qualquer plano, tem que ter um calendário.

Portanto, tome nota apenas de duas questões que o PSD quer saber: quando, em que data é que estarão a ser aplicados?

Deputado Francisco César (PS): E o mês, não?!

O Orador: Nomeadamente, em que data é que estará em vigor o balcão único e em que data é que estará em vigor o bilhete intermodal?

Mas os açorianos mais do que a poesia e as verdades de La Palisse que V. Exa. apresentou nesta casa, querem saber outra coisa. Querem saber quando é que vão ter passagens mais baratas.

Não vale a pena atirar as culpas para o Governo da República.

Deputado Francisco César (PS): Não! Não!

O Orador: Sabe porquê?

Deputado Francisco César (PS): Porque é do CDS!!!

O Orador: Sabe porquê, Sr. Secretário?

Porque esta demora do Governo da República tem a cumplicidade do Governo Regional.

Sabe porquê, Sr. Secretário?

Porque dá muito jeito manter essas atuais Obrigações de Serviço Público o maior e mais tempo possível.

Sabe para quê?

Para que a SATA não se tenha que incomodar com a concorrência do exterior. Esta é a verdade.

O vosso silêncio é cristalino relativamente a essa vossa vontade de não alterar as Obrigações de Serviço Público.

Mas nos Açores e inter-ilhas é preciso também mudar, porque não faz sentido que se pague tanto ou mais para uma viagem de meia hora do que para uma viagem de 2 horas para Lisboa.

Deputado Francisco César (PS): Depende do vento, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Secretário, a prova provada de que esse PIT é música e poesia, sabe qual é?

São as suas declarações!

O senhor recentemente disse que o HUB da Praia da Vitória não constava do PIT, era um projeto autónomo.

Isso não passa pela cabeça de ninguém. O senhor acabou de dizer que no PIT estão as infraestruturas.

O HUB seria uma infraestrutura basilar do PIT, mas não faz parte do Plano Integrado de Transportes.

Deputado Francisco César (PS): Está a falar de outra coisa, Sr. Deputado!

O Orador: Sabe porquê, Sr. Secretário? Por duas razões:

Nem o PIT vai ser concretizado, nem o HUB algum dia vai ver a luz do dia.

Obrigado.

Deputada Judite Parreira e Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para encerrar o debate tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Secretário começou por dizer que ia apresentar o Plano!

Deputado Luís Garcia (PSD): E o Plano? Já entregou na Mesa?

(*) **Secretário Regional do Turismo e Transportes (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores cumpriu com o compromisso que tinha assumido perante esta câmara de apresentar o Plano Integrado de Transportes.

Deputado Luís Garcia (PSD): Onde é que ele está?

O Orador: O mesmo já foi entregue à Mesa da Assembleia...

Deputado Luís Garcia (PSD): Ah, já foi! Finalmente!

O Orador: ... e estará disponível para todos os Srs. Deputados o poderem consultar e debater naquilo que entenderem.

Aquilo que se está hoje a fazer aqui é a apresentação do Plano. Não fugimos ao debate, não fugimos a qualquer crítica que possa surgir do Plano Integrado de Transportes. Sabemos que elas vão surgir.

Estamos disponíveis para ouvir todos os que se quiserem pronunciar sobre o mesmo e contribuir para a concretização do mesmo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Curiosamente depois do debate!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, isto não invalida que aqueles que serão os principais beneficiários do Plano Integrado de Transportes não o conheçam.

Aquilo que eu fiz e continuarei a fazer é apresentá-lo às/aos açorianas/os de todas as ilhas da Região...

Deputada Zuraída Soares (BE): Faz muito bem!

O Orador: ... para que eles conheçam aquilo que se preconiza para o setor no sentido de contribuir ativamente para o aumento da mobilidade e da qualidade de vida de todos os açorianos.

As medidas que constam no Plano Integrado de Transportes são para implementar no decorrer desta Legislatura.

Ninguém de bom senso entenderia que por se escrever num documento um conjunto de medidas elas estariam automaticamente implementadas, aliás, porque há medidas que são implementadas umas nas outras.

Sem se ter umas concretizadas não se pode dar passos seguintes.

Como já tive oportunidade de dizer nesta câmara, um dos exemplos crassos, prende-se com a capacidade de integrar os vários sistemas de informação das empresas de transporte, nomeadamente no setor dos transportes terrestres, onde está previsto investimentos no sentido de dotar as empresas dessa capacidade e de poderem entrar e contribuir ativamente no sistema integrado de transportes.

O Governo dos Açores está, como sempre esteve e estará, disponível a discutir com todos vós aquilo que entenderem deste Plano Integrado de Transportes.

Ele não é um fim. É um meio para atingir o fim.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não se esqueça do calendário!

O Orador: Esse fim é contribuir ativamente para aumentar a mobilidade dos/as açorianos/as.

Em relação às infraestruturas elas estão devidamente calendarizadas, elas estão inscritas na Carta Regional das Obras Públicas, e fazem parte de uma rede de infraestruturas necessárias para a implementação.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E o calendário, Sr. Secretário?

O Orador: Eu percebo que alguns coloquem em causa a presença ou não do Projeto HUB da Praia da Vitória no Plano Integrado de Transportes, mas essa dúvida só pode acontecer porque aqueles que põem essas questões não conhecem de todo o que é um HUB Atlântico, porque se conhecessem não fariam as declarações que têm feito a este propósito.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O Governo é que não sabe o que é!

Outro dia perguntaram-me se estão a pensar terraplanar a Terceira!

O Orador: Aliás, estas posições que são hoje conhecidas demonstram bem a dissonância que existe entre alguns partidos políticos e aquilo que é a vontade dos/as açorianos/as, nomeadamente das empresas açorianas,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... que entendem que este é um projeto que se deve levar e fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para que seja concretizado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Essa é para o Deputado Lizuarte Machado!

O Orador: Eu percebo que os senhores andem preocupados com outras coisas e que não ouçam as/os açorianas/os.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E o calendário! Não se esqueça do calendário!

O Orador: Mas este Governo ouve e está presente junto delas, como está demonstrado pela apresentação que se tem feito do Plano Integrado de Transportes e que se continuará a fazer junto de todos, para que todos percebam qual é a estratégia...

Deputado Jorge Macedo (PSD): E o calendário? Qual é o calendário?

O Orador: ... qual é o caminho a seguir e quais são os benefícios que podem ter de uma integração plena de todos os meios de transporte da Região.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Passamos agora para as declarações políticas.

Conforme ficou definido em Conferência de Líderes, o primeiro partido a produzir uma declaração política é o Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No passado dia 31 de janeiro foi entregue em Bruxelas o Acordo de Parceria – Portugal/União Europeia relativamente às prioridades de financiamento com fundos estruturais europeus para o período 2014-2020.

Deputados João Bruto da Costa e Cláudio Almeida (PSD): Temos candidato!

O Orador: Esta formalização, que foi o culminar de um intenso processo negocial, configurou um momento de grande importância para o desenvolvimento da Região Autónoma dos Açores.

Os Açores garantiram um envelope financeiro de 1.546 Milhões de Euros, em termos nominais, cerca de oito milhões de euros superior ao do período de programação de política europeia anterior, QRESA.

Este aumento é merecedor de destaque porque foi conseguido num cenário de cortes generalizados do orçamento europeu e de redução de recursos para a Política de Coesão, no qual o nosso País perdeu 9,7% de fundos.

Tratou-se, por isso, de alcançar o sucesso num processo negocial difícil com a República em que os resultados positivos são também uma demonstração clara da capacidade que o Governo Regional teve de influenciar, na parte que lhe competia, as instâncias comunitárias.

Ainda mais porque, nos últimos anos, os Açores desenvolveram-se a um ritmo elevado quando comparados com as outras regiões convergência.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Seja sério!

O Orador: Sendo que esse facto, segundo grande parte das análises, indiciava uma menor necessidade de financiamento comunitário.

O ponto de partida tinha, por conseguinte, um enquadramento difícil e adverso. A expectativa generalizada, a começar pelos parceiros sociais e partidos políticos, era a de que teríamos uma redução significativa de fundos comunitários disponíveis para os Açores a partir de 2014.

Porém, felizmente tal não aconteceu.

O resultado amplamente positivo, agora materializado foi o reconhecimento por um trabalho desenvolvido ao longo dos tempos, pelo atual e anteriores Governos Regionais.

Não foi difícil evidenciar que a Região teve uma capacidade de execução e aproveitamento eficaz, eficiente e transparente dos fundos comunitários, que fica bem patente no facto dos fundos nos Açores registarem uma taxa de execução superior à média nacional.

Os Açores eram em 1995 a Região nacional mais pobre com 81% do PIB *per capita*. Hoje, ultrapassamos várias regiões e apresentamos um PIB *per capita* de 94% da média nacional. E com finanças públicas regionais equilibradas, com uma dívida controlada, comparada com situações de descontrolo a nível da Região Autónoma da Madeira e do País.

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é a piada da manhã!

Deputado Luís Garcia (PSD): Só mesmo o senhor para dizer isso!

O Orador: Em relação à Europa, os Açores em 1983 tinham um PIB *per capita* de 39% da média europeia e apresentavam 75% em 2009, ano em que, como todos sabemos, eclodiu a crise financeira. É justo dizer-se que a nossa região aplicou bem as estratégias regionais e os fundos europeus. É o reconhecimento que todos deviam fazer.

Na verdade, os Açores são a região do País que melhor aproveitou estes fundos para convergir com os níveis médios de riqueza da União Europeia. É este processo que continuaremos a trilhar no futuro.

Assim, sob pena de reversão dos ganhos alcançados não poderiam os Açores ser prejudicados pela redução dos fundos comunitários.

Esta vitória foi também o resultado de um trabalho político-institucional intenso e permanente, quer por parte do Governo, quer por parte do Partido Socialista ao longo dos últimos anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, sim! O Partido Socialista sobretudo e V. Exa. em particular!

O Orador: Dá sentido prático e coloca em evidência as vantagens da consagração do Estatuto de Região Ultra Periférica no Tratado da União atingido e obtido em 1999.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente da Assembleia, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O resultado alcançado assegura uma continuada e prolongada estabilidade financeira da Região e, por esta via, um aumento consistente e sustentado do

investimento público e do apoio ao investimento privado com efeitos na criação de emprego e de riqueza na nossa Região Autónoma.

Os Açores não terão apenas mais fundos comunitários ao seu dispor. Teremos uma acrescida responsabilidade no aumento da empregabilidade, na percentagem da formação superior do nosso capital humano, na redução da pobreza, na redução do abandono escolar, no aumento da investigação e desenvolvimento, no uso de energias renováveis, e na diminuição da pegada ambiental, conforme já tínhamos afirmado.

É neste exigente quadro de referência que a Região apresentará o Programa Operacional para vigorar até 2020.

Nunca é demais sublinhar a prontidão com que o Governo Regional iniciou os trabalhos preparatórios desse Programa por forma a assegurar a rápida disponibilização dos recursos financeiros para a nossa economia.

A mobilização destes recursos será fundamental para continuar o caminho de desenvolvimento e de modernização dos Açores através do relançamento de políticas de investimento, crescimento, emprego, inovação e proteção social.

No quadro do já acordado com as instâncias europeias e nacionais, o Governo Regional – após concertação com partidos e parceiros sociais – definiu prioridades estratégicas de investimento para o próximo Quadro Comunitário de Apoio que merecem referência.

Do montante dos fundos comunitários, o Governo Regional decidiu afetar 855 milhões de euros a intervenções financiadas pelo fundo FEDER, 290 milhões de euros para o Fundo Social Europeu e 63 milhões de euros para investimentos em transportes e ambiente, através do Fundo de Coesão.

Com esta repartição, o Governo dos Açores sinaliza de forma muito clara que as políticas ativas de emprego (formação e qualificação) são uma prioridade nas políticas públicas registando, em comparação com o atual período 2007-2013, um reforço de 100 milhões de euros da dotação que se atribui ao fundo que as financiará, o Fundo Social Europeu.

Os 918 milhões de euros para o FEDER e Fundo de Coesão, permitirão manter um nível significativo de investimento público, quer aquele que é da

responsabilidade do Governo, quer o que ficará na dependência das Autarquias Locais, em áreas como a educação, a tecnologia, a inovação, a saúde, a investigação, a eficiência energética, a reabilitação urbana, os transportes e o ambiente, e ainda, o financiamento da aplicação na Região de sistemas de incentivos e de apoio ao investimento privado das empresas regionais que investiram em várias áreas.

Para além dos fundos de coesão, o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), instrumento financeiro essencial no apoio à atividade agrícola, um dos pilares da economia regional, contará com um envelope financeiro para o período 2014-2020 de 295 milhões de euros, montante superior em 21 milhões de euros à dotação para o corrente período de programação 2007-2013 para os Açores.

O Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEMAP), associado à política marítima e das pescas, apoiará os projetos dos Açores a partir de um envelope financeiro que será praticamente idêntico ao atual, um montante de cerca de 35 milhões de euros.

Para o desenvolvimento da Cooperação Regional, os Açores asseguraram um reforço de 50%, passando dos atuais 5,2 milhões de euros de comparticipação comunitária para 7,8 milhões com possibilidade de aceder a um suplemento que ronda os 2,7 milhões.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ao contrário de outros que preferem divagar na sua ação pseudorreformista em torno de matérias que não são prioritárias, e que por vezes parecem mesmo apenas servir para cavalgar a mais básica demagogia,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi o que o senhor acabou de fazer!

O Orador: ... o PS afirma e salienta que o próximo Quadro Comunitário será um marco decisivo para ultrapassarmos as atuais dificuldades e consolidarmos o desenvolvimento dos Açores.

Para o PS, este é que será o derradeiro desafio de afirmação da nossa Autonomia, usando o novo quadro comunitário como um instrumento determinante para um novo ciclo de desenvolvimento dos Açores.

As prioridades que destacamos, e os montantes financeiros que lhes estão associados, asseguram os meios necessários para os Açores prosseguirem o caminho de crescimento e de convergência assente na sustentabilidade e na competitividade da nossa economia. Um processo no qual o sector privado terá um papel ainda mais relevante que no passado.

Este novo quadro comunitário representa um desafio exigente de modernização e de desenvolvimento. Não será um caminho de facilidades, sabemos bem. Exigirá muito dos açorianos e dos sectores mais dinâmicos da nossa sociedade mas permitirá abrir novas oportunidades que devemos aproveitar e vencer, tal como temos feito até aqui.

Disse!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão agora abertas as inscrições para a participação no debate. A Mesa já tem uma inscrição. Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) Deputado António Ventura (PSD): Sra. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado José San-Bento, algumas notas.

A primeira constatação daquilo que disse é que afinal o tão atacado e aquele de quem o Governo Regional se queixa muito está a ser compreensivo com os problemas dos Açores e dos açorianos...

Deputado Francisco César (PS): Não pode ser!

O Orador: ... naqueles problemas que o Governo Regional não consegue resolver.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Ou seja, temos um grande pacote financeiro para utilizar, porque os Açores não conseguem utilizar a sua Autonomia e os recursos financeiros para resolver os problemas dos Açores e os problemas dos açorianos.

Deputado Francisco Coelho (PS): Nem sequer a Mimosa percebeu!

O Orador: Apesar dos 5 mil euros *per capita* entre 2000 e 2006 de fundos comunitários que os Açores receberam e os 6 mil euros por habitante que os Açores estão a receber entre 2007 e 2013, a verdade é que o Governo Regional tem os piores resultados da Autonomia, os piores resultados sociais ao nível do desemprego, ao nível da educação.

Somos os primeiros na taxa de abandono escolar, estamos no fim dos testes intermédios, ou seja, desemprego e educação.

Deputado Francisco César (PS): Não somos os piores!

O Orador: O Governo Regional chama a si o campeão da utilização dos fundos comunitários, porque não pode chamar a si o campeão dos resultados sociais. Esse é efetivamente o grande paradoxo.

Deputado Francisco César (PS): O senhor vem falar connosco de resultados sociais? O seu partido anda a tirar os apoios sociais! Tenham vergonha!

O Orador: É que utilizar os dinheiros públicos não significa que esteja a utilizar bem. Isso é efetivamente aquilo que se está a passar nos Açores.

Ao fim de 17 anos de governação, com tanto dinheiro comunitário e com a autonomia que nós temos, a verdade é que esta governação socialista não conseguiu lançar as bases de uma Região com futuro, de uma economia sustentável e competitiva, capaz de gerar emprego, de criar riqueza e de proporcionar oportunidade aos seus jovens.

Deputado Francisco César (PS): Diga uma medida do seu partido para combater o desemprego!

O Orador: Ou seja, os fundos comunitários não podem ser avaliados única e exclusivamente pela taxa de execução.

Os fundos comunitários têm que ser avaliados pela criação de empresas, pela criação de riqueza, pela criação de empregos, ou seja, pelo impacto criado ao nível económico e social numa determinada região.

É esta a avaliação que o Governo Regional não faz, porque efetivamente tem os piores resultados da nossa Autonomia.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições. Não havendo inscrições... Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para saudar a intervenção do Sr. Deputado José San-Bento e a oportunidade de a ter feito.

Neste contexto gostaria só de dizer duas coisas simples.

A primeira é que o Governo dos Açores estará sempre ao lado e a elogiar o Governo da República quando tiver razão para isso.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor!

O Orador: E estará sempre contra o Governo da República quando tiver razão para isso.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: A única coisa que para nós é o nosso padrão é a defesa dos Açores e dos açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Quando o Governo da República defender os Açores terão o nosso elogio público, como teve o Governo da República nesta matéria. Aliás, importa dizer que foi salientado pelos membros do Governo da República responsáveis que os Açores tinham sido a única Região do País que tinha tido o

cuidado de elogiar o trabalho feito pelo Governo da República sobre esta matéria.

Fez, porque foi bem feito. Foi bem feito na negociação do pacote financeiro para o País e foi bem feito na distribuição desse pacote financeiro pelas regiões do País.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Isso merece o nosso elogio, o nosso apoio e o nosso reconhecimento.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Segundo aspeto essencial: não somos nós que dizemos que os Açores são o exemplo de aplicação dos fundos comunitários.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: O Presidente da Comissão Europeia, o insuspeito Dr. Durão Barroso, referiu isso publicamente e reconheceu exatamente que os Açores eram o exemplo para a Europa em termos de qualidade de aplicação de Fundos Comunitários.

O que não podemos nem devemos é entrar na questão dos campeões.

O Sr. Deputado falou no balanço de Fundos Comunitários, em termos de resultados nos 17 anos de governação do Partido Socialista. Vamos a isso. É um excelente ponto de abordagem.

Quando o PS entrou para o Governo havia 82.400 açorianos empregados. Ou seja, com o resultado da aplicação destes Quadros Comunitários de Apoio passámos de 82.400 açorianos empregados para 100 mil açorianos empregados.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado António Ventura (PSD): Fale do número de desempregados!

O Orador: Quando o PS assumiu a responsabilidade do Governo, os Açores tinham um nível de riqueza que era 62% da média da União Europeia. Com a aplicação dos Fundos Comunitários passámos para 71% da média da União Europeia.

Quando o PS assumiu responsabilidades no Governo tínhamos um nível de riqueza que era 81% da média nacional. Hoje temos 94% da média nacional. Ou

seja, do ponto de vista de aplicação de resultados, estes números falam por si e falam por si não porque consideramos que estes valores sejam os valores ideais, não porque consideramos que estes valores sejam os valores definitivos dos nossos objetivos, mas sim porque referem e demonstram claramente, a todos os níveis, que houve uma evolução positiva cuja intensidade pretendemos reforçar no período de 2014 a 2020 com o próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Deputado António Marinho (PSD): Há 21 mil pessoas a sentir os efeitos do desemprego!

O Orador: Para conseguirmos o reforço dessa intensidade de convergência o primeiro aspeto essencial está vencido, que é efetivamente termos assegurado uma dotação financeira que permitirá continuar a fomentar as políticas de desenvolvimento da Região, evidentemente ajustando-as às novas realidades...

Deputado António Ventura (PSD): É por isso que somos pobres!

O Orador: ... e às novas necessidades que hoje se vive.

Para isso o Governo dos Açores aguarda, com acompanhamento diário e com acompanhamento constante, as negociações fundamentais que neste momento o País está a fazer com a Comissão Europeia para eventual aprovação do acordo de parceria de Portugal com a Comissão Europeia.

Esse documento irá balizar as regras de aplicação dos Fundos Comunitários no período de 2014/2020.

Nesta matéria gostaria também de dizer que o Governo dos Açores está ao lado do Governo da República,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe que eles vão zangar-se consigo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ouvia, Sr. Deputado San-Bento?

O Orador: ... está a trabalhar conjuntamente com o Governo da República, para que a proposta de acordo de parceria que Portugal apresentou, que teve a nossa colaboração, que teve a nossa participação, tenha vencimento na Comissão Europeia e que Portugal possa o mais rapidamente possível ter esse documento aprovado, que foi feito com o contributo e com o apoio da Região, para que possamos logo de imediato operacionalizar os programas operacionais das diferentes regiões do País e os diversos programas operacionais sectoriais

para, aí sim, podermos pôr em prática o próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Neste momento o País vive nesse processo o momento decisivo onde nós, Governo dos Açores, temos acompanhado, participado, colaborado e empenhado todo o nosso esforço, juntamente com o Governo da República, para que este documento estratégico do País seja o mais rapidamente aprovado em Bruxelas, para que o mais rapidamente possível as questões que neste momento ainda dividem a visão da Comissão Europeia e a visão do Governo português sobre esse documento sejam rapidamente resolvidas, para que possamos, em conjunto, poder passar à fase seguinte do processo, que é precisamente começar a trabalhar na conclusão do Programa Operacional que, importa dizer, só poderá ser trabalhada a partir do momento que o País tiver aprovado o seu acordo de parceria.

Mas mesmo nesse documento, que é um documento nacional, os Açores estão ao lado da República, estão a acompanhar o processo e estão a trabalhar conjuntamente e apoiando muitas vezes tecnicamente o próprio Governo da República para que, em conjunto, possamos ter o melhor documento possível para o País, e o mesmo é dizer para os Açores.

É essa a mensagem que gostaria de aqui deixar ficar, porque é o momento essencial para o nosso País e é o momento essencial para a nossa Região. Nesta matéria estamos claramente ao lado do País, trabalhando em conjunto, para que possamos ter o mais rapidamente possível as condições operacionais para a execução financeira e para a execução material deste documento essencial para o desenvolvimento da Região.

É uma matéria que, penso que sendo essencial, deve unir-nos a todos e devemos, conjuntamente, continuar a trabalhar neste processo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ouvia, Sr. Deputado San-Bento?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado José San-Bento foi uma intervenção previsível. Uma intervenção pura e simplesmente de propaganda.

É uma intervenção profundamente errada no que diz respeito às conclusões que retira neste processo.

As conclusões de um observador neutral, em relação ao processo de desenvolvimento dos Açores e à utilização dos fundos estruturais, não podem deixar de ser profundamente negativas.

Em relação à utilização destes fundos estruturais, este el dourado, que decorreu ao longo destes 17 anos, não podemos deixar de chegar à mesma conclusão a que chegamos quando analisamos o reinado de D. João V: desperdício, muito desperdício!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado André Bradford (PS): Já vai para a história!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É bom fazer história!

O Orador: O que tivemos foi uma oportunidade histórica. Um dia vamos realizar uma análise concreta e alguém o fará. A história nunca mente.

Todos vão olhar para este período de 17 anos como uma oportunidade de desenvolvimento perdida. Veja-se 17 anos depois onde é que nós estamos e de que forma é que os europeus olham para os resultados que aqui se estão a alcançar.

Deputado Francisco César (PS): Nos Açores?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim, sim!

O Orador: O resultado que temos é um desemprego que é o mais alto do País. Este é um resultado concreto.

O que temos é uma Região extremamente dependente do exterior, que não conseguiu aumentar a sua capacidade de produção, tem os setores produtivos profundamente subdesenvolvidos e tem uma dependência em relação ao exterior brutal.

Por isso é que estes financiamentos são o el dourado, por isso é que estes fundos estruturais são absolutamente fundamentais, porque 17 anos depois nós estamos onde estávamos antes deste fluxo financeiro.

Olhe-se para setores que são absolutamente cruciais, olhe-se para o futuro, para o progresso, para o desenvolvimento de uma sociedade com mais competência, com mais capacidade de desenvolvimento da nossa Região.

Olhe-se para a educação, por exemplo.

Não faltou estabilidade ao longo destes 17 anos. O partido que governou foi sempre o mesmo, mas os resultados que se alcançaram são horríveis.

Neste momento temos os piores resultados escolares do País, pior que o interior do País, pior que a Região Autónoma da Madeira, pior que qualquer outra zona deste País.

Perguntamos: para estas áreas foram direcionados muitos fundos estruturais. Quais são os resultados? São os piores possíveis.

Olhe-se para a área da saúde. A mesma coisa. Temos problemas que se estão a avolumar de dia para dia e as pessoas não têm neste momento respostas que são exigíveis para a sua dignidade e os resultados que merecem ao fim de todos estes anos de sacrifícios, ao fim de todos estes anos de investimento, ao fim de todos estes anos de desenvolvimento da Autonomia que era aquilo que se pretendia alcançar.

Na saúde os resultados, as respostas, são neste momento respostas – vou utilizar outra vez o termo – horríveis. Neste momento não estamos a dar a resposta que a população açoriana merece do ponto de vista da sua dignidade, do ponto de vista do esforço que foi feito por todos para que se criasse aqui um sistema de saúde que desse uma resposta exigível.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Está enganado!

O Orador: Temos tanta gente à espera de operações. Ontem, aqui, na cidade da Horta, um senhor da freguesia da Praia do Almoхарife aproximou-se e disse-me: “olhe, eu estou à espera de uma operação ao coração há 3 anos. Já não vou aqui estar quando surgir a minha vez.”

Como me abordaram a mim, abordam também os outros deputados. É isto que nos dizem.

Olhem para a área social, uma miséria extrema, nunca vista ao longo destas décadas. Pessoas a passar por dificuldades tremendas, pessoas a passar por dificuldades que significam fome nas suas casas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... e dificuldades em relação aos nossos alunos, às nossas crianças, nunca vistas na nossa Região. É esta a verdade.

O que é que senhores, ao fim destes anos todos (17 anos!) a absorver fundos estruturais para desenvolver economicamente a Região, têm para oferecer?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: O que os senhores têm para apresentar – e termino, Sra. Presidente – é uma mão cheia de nada, uma mão cheia de incompetência, uma mão cheia de problemas que outros terão que resolver quando o vosso governo terminar finalmente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José San-Bento podia ter começado, à semelhança do que fez o Sr. Vice-Presidente, por fazer aquilo que lhe ficaria bem, que era o exercício de humildade. O Sr. Vice-Presidente fez aqui uma intervenção reconhecendo exatamente a boa colaboração institucional e sobretudo a boa negociação que o Governo da República fez perante a Europa e perante Bruxelas.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não ouviu a declaração política!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não ouviu o que eu disse!

O Orador: O Sr. Deputado faz por ignorar, o que lhe fica absolutamente mal nessa matéria. Sr. Deputado José San-Bento, não lhe fica bem esse tipo de atitude.

Sr. Deputado José San-Bento, ouviu-o atentamente e não percebo uma coisa (também para o Sr. Vice-Presidente).

Efetivamente temos uma taxa de 94% da média nacional, em vez dos 53 que havia há uns anos,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): 81!

O Orador: 81!

... em 95, como foi dito pelo Sr. Deputado José San-Bento e presumo que por V. Exa.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Em 96!

O Orador: Só não percebo uma coisa: por que é que há esse aumento e continuamos a ouvir a falar de uma coisa que não se devia ouvir, FOME!

Nos Açores, hoje, fala-se de fome!

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): E lá fora?!

O Orador: Não sou eu! São os jornais, são capas de jornais a falar de fome, Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues. Fome! Não sou eu, são os jornais, Sra. Deputada. Isso devia envergonhar a todos e cada um dos senhores que estão nessa bancada...

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Devia envergonhar o senhor e o PSD!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Porquê?

O Orador: ... que fazem por esconder e por ignorar os problemas das pessoas.

Fome, Sra. Deputada Isabel Rodrigues!

Sr. Vice-Presidente e Sr. Deputado José San-Bento, isso é que não se compreende.

Já agora, qual é a taxa de pobreza da Região Autónoma dos Açores, Sr. Deputado José San-Bento? Agradeço que me diga, porque já me esqueci. De certeza que o senhor me vai lembrar qual é a taxa de pobreza da Região Autónoma dos Açores.

Sr. Deputado José San-Bento, mais uma pergunta para lhe fazer e o senhor também me vai responder com toda a tranquilidade: índice de coesão da Região Autónoma dos Açores.

Em que lugar é que estamos no índice de coesão nacional, Sr. Deputado José San-Bento?

Deputado Francisco César (PS): Essa dos índices de coesão é fantástica!

O Orador: Taxa de pobreza, índice de coesão interna, assimetrias internas.

O Sr. Deputado fará o favor de me esclarecer sobre todas essas matérias que se esqueceu de referir na sua intervenção.

Deputado José San-Bento (PS): Não me esqueci! Não era objeto da minha intervenção!

O Orador: Sr. Deputado, taxa de coesão!

Já agora, taxa de pobreza, Sr. Deputado!

Já agora, Sr. Deputado, que falou também ali na questão da pegada ambiental, que é feito da geotermia?

Desse grande projeto geotérmico que os senhores tinham para os Açores. Que é feito desse grande projeto, Sr. Deputado? O que aconteceu?

Deputado Berto Messias (PS): Vamos os dois de braço dado ver a geotermia!

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, o Partido Socialista da Ilha Terceira que V. Exa. mandou explicar sobre o Cais de Cruzeiros, há de mandar explicar também ao seu Partido Socialista (não é seu! O Partido Socialista da Ilha Terceira!)...

Deputado Berto Messias (PS): Do qual eu faço parte!

O Orador: Ah! Julguei que V. Exa. era do Porto Martins!

... a geotermia.

Deputado Berto Messias (PS): Vamos ver a geotermia!

O Orador: Onde é que está a geotermia, Sr. Deputado, da sua terra, da nossa terra, dos Açores, para reduzir a pegada ambiental e nos tornar menos dependentes do exterior?

O que aumentou, e o Sr. Vice-Presidente esqueceu-se de dizer, foi a dependência da Região Autónoma dos Açores do exterior.

Deputado Francisco César (PS): Não seja bairrista!

O Orador: Essa parte é que aumentou e não devia ter aumentado.

Isso é a prova de 17 anos que não foi bem conseguida pelo Partido Socialista.

Mas cá estamos, Sr. Deputado!

Haja menos arrogância e vontade de colaborar da maioria, que de certeza chegaremos a um bom caminho.

Na saúde, Sr. Deputado, temos listas de espera vergonhosas, que nos envergonham a todos e a cada um.

Na educação, os últimos lugares em todas as tabelas, em qualquer índice que os senhores queiram considerar, porque durante anos o que fizeram foi falsificar resultados.

Tiveram um empreiteiro! Não tivemos educação!

Não tivemos Secretários! Tivemos empreiteiros da educação, fazendo betão em vez de educação, Sr. Vice-Presidente.

A pobreza aumentou nos Açores, a fome é notícia diária, o índice de coesão é o último a nível nacional.

Onde é que está a vantagem, Sr. Deputado José San-Bento?

São as questões que lhe coloco e gostaria que o senhor me respondesse na sua intervenção.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento para encerrar o debate.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Queria começar por fazer uma saudação ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, recentemente reeleito Presidente do Partido Popular Monárquico.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem sequer foram ao congresso!

O Orador: Tal como também já tinha referido no passado, para quem tivesse dúvidas sobre a causa monárquica, ficámos todos esclarecidos.

Queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que o senhor terá que fazer um esforço maior de dramatização com vista a fazer vingar a sua grande proposta para o futuro do País e dos Açores, que é, como todos sabem, a implantação da Monarquia Constitucional.

Eu, na declaração política que procurei fazer, em nome do PS, procurei salientar que o próximo Quadro Comunitário de Apoio será um marco decisivo na superação das dificuldades atuais e na consolidação do desenvolvimento dos Açores.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Não temos a mínima dúvida sobre isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma narrativa que já tem anos!

O Orador: Isso serve também como um apelo a todos os partidos no sentido de terem mais propostas e também darem contributos no sentido de potenciarmos esta grande oportunidade.

A dedução que faz, procurando responder ao Sr. Deputado António Ventura, é injusta, aliás, o Sr. Vice-Presidente já explicou isso, relativamente às críticas ao Governo da República.

Temos um critério óbvio e transparente.

O nosso critério é defender os interesses dos Açores.

Nós elogiamos o que é merecido...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Da sua parte não é verdade! O Sr. Vice-Presidente foi correto, o senhor é que não foi!

O Orador: ... e criticamos o que é devido. Neste aspeto, ponto assente.

É bom que diga, Sr. Deputado, que estamos a viver várias dificuldades (assumimos isso, toda a gente sabe), tal como estão a viver todos os Países da Europa.

Aqui é que chegamos a um ponto e da parte dos partidos da oposição não é leal a abordagem que fazem.

Os senhores falam como se todo o mundo estivesse em enorme crescimento e prosperidade, nomeadamente o espaço europeu em que nos inserimos, e nos Açores estivéssemos numa situação díspar.

Nos Açores estamos a atravessar dificuldades, mas elas – a verdade é essa – estão a ser muito atenuadas face ao continente e a outras regiões europeias.

O critério tem que ser esse. Um critério de lealdade e um critério de honestidade intelectual quando comparamos questões que devem ser e podem ser efetivamente comparadas.

Não concordamos, por essa razão, com o diagnóstico que é aqui feito, a catástrofe que é aqui apresentada. Aliás, é um diagnóstico que os senhores não resistem e, no fundo, acaba por torvar e toldar a vossa capacidade de interpretar a realidade e com isso poderem apresentar propostas válidas para o futuro.

Falam no desemprego.

Sras. e Srs. Deputados, o desemprego é um problema gravíssimo em toda a Europa. Não é nos Açores! É em toda a Europa.

Aquilo que temos que atender é que nos últimos anos o processo de convergência, quer por aquele que é o critério mais utilizado de medição, quer ao nível da média nacional, quer ao nível da média europeia, foi um trabalho muito importante e foi um trabalho de grande mérito da parte do Governo, mas também da parte de muitas empresas privadas, de muitos setores e de muitos profissionais.

Sabemos disso e isso é que é importante referir.

Também é bom que se diga que os senhores não resistiram à tentação de criticar o presente sem propor uma única proposta em relação ao futuro.

A minha intervenção tinha precisamente esse horizonte temporal de 2020.

Desse ponto de vista os senhores não deram um único contributo nem uma única sugestão, como por exemplo, no caso particular do desemprego, que os senhores tanto falam e tanto criticam, mas são incapazes de apresentar uma medida válida e substantiva que possa ser apresentada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado António Ventura (PSD): Chumbam as nossas propostas, como é que querem contributos?

O Orador: A conclusão que chegamos, Sr. Deputado, é que a desproporção é gigantesca, a desproporção entre a violência das vossas críticas e o mérito das vossas propostas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Isso é que é verdade e nós constatamos.

O que os açorianos devem concluir deste debate é que, nos Açores, a maioria que apoia o Governo (e nós assumimos as nossas responsabilidades), tem um sentido de realidade e sabe bem as dificuldades que as pessoas, as famílias e as empresas atravessam.

A questão é outra. A questão é se estamos resignados e conformados com esse situacionismo ou estamos a arregaçar as mangas, a apresentar propostas, a tomar medidas e a enfrentar e superar essas dificuldades.

Nesse juízo não temos a mínima dúvida de que as açorianas e os açorianos reconhecem esse esforço e reconhecem esse mérito.

Da nossa parte, Sr. Deputado, nunca iremos cometer este cúmulo do cinismo que é aquele que o seu partido teve a coragem de afirmar no último congresso, a dizer que o País está melhor, mas que os portugueses estão piores. Isso é o cúmulo do cinismo.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Já tínhamos percebido que os governantes nacionais tinham perdido todo o contato com a realidade, mas não esperávamos que tivessem a coragem de perder a vergonha e de manifestar total insensibilidade para com o sofrimento das pessoas.

O PS, nos Açores, não é assim.

Estaremos aqui assumindo as nossas responsabilidades e lutando para ultrapassar esses momentos mais difíceis e vencermos o futuro.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Considerando o nosso horário...

O Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para?

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, para uma interpelação.

Para informar a câmara, Sra. Presidente, nesta interpelação, que, com muita pena nossa, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores não estará no primeiro ponto,

da parte da tarde, dos nossos trabalhos, e com muito pesar, porque procurámos e esperámos até à última instância...

Deputado Berto Messias (PS): Mas o que é isto, Sra. Presidente?

O Orador: ... que houvesse um recuo da parte do Partido Socialista nesta ilegalidade que se vai cometer para tentar compensar uma irregularidade...

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, há limites para o PTAP!

O Orador: ... que foi cometida.

Com muita pena, Sra. Presidente, também, porque esta é a casa onde se devia respeitar, desde logo e em primeira instância, o estado de direito democrático.

Sra. Presidente, é com muita pena que digo que não podemos participar no ponto prévio da parte da tarde, que hoje aqui se vai passar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para uma interpelação à Mesa?

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, também para informar a Sra. Presidente e a câmara que não estaremos presentes na votação deste ponto prévio agendado para o início da tarde, relativamente ao Decreto Legislativo Regional nº 3/2014, por considerarmos que não é regimental ser agendado e que é absolutamente ilegal.

Nós não participamos em ilegalidades. Portanto, não participaremos na votação desse ponto.

Fica aqui a informação à câmara, à Sra. Presidente e à Mesa, que considerem, porque se este ponto for discutido não estaremos presentes na sua votação.

Não há norma regimental que o permita agendar. Não é regimental, não é estatutário e é por isso ilegal.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, julgo que para uma interpelação à Mesa.

Tem a palavra Sra. Deputada.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também para informar a Sra. Presidente e a Mesa que o Bloco de Esquerda, perante o golpismo de todo o processo que está à volta e que rodeia a proposta de integração dos professores e das professoras contratadas, defende que este processo deveria recomeçar e voltar à estaca zero, mas como regimentalmente não o podemos fazer, e porque a maioria reforçada com o PCP impôs este golpe, impôs esta ilegalidade e insiste nela em vez de fazer um esforço de consensualização para a corrigir com decência e com bom senso, então o Bloco de Esquerda recusa-se a associar-se...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... a estas duas ilegalidades e não estará presente também nesse ponto da ordem de trabalhos.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma interpelação à Mesa tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para informar esta câmara que o PPM não estará presente nesta votação.

Consideramos que o agendamento deste assunto é absolutamente ilegal. Todo o processo é ilegal.

O que está em causa no âmbito de todo este processo é a defesa da liberdade e da democracia, porque há limites e os limites são a tramitação legal deste tipo de discussões no plenário.

Uma maioria não se pode confundir com um poder absoluto.

Há regras em Democracia e estas regras foram totalmente quebradas pelo Partido Socialista e por V. Exa. também nesta matéria.

Por isso o PPM não estará presente no âmbito desta votação, porque não vamos associar-nos a uma ilegalidade flagrante.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Também não vai estar presente?

(*) Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Eu uso também a figura da interpelação para informar V. Exa. e a câmara que o Partido Socialista aqui estará a assumir as suas responsabilidades, como sempre.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista aqui estará a discutir democraticamente...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

Deputado Joaquim Machado (PSD): É uma ilegalidade!

O Orador: ... o diploma que vai ser apreciado aqui às 15 horas.

Não posso deixar de lamentar que aqueles que estão permanentemente a acusar o Partido Socialista de não cumprir as regras da Democracia...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem a lei!

O Orador: ... se recusem de aqui estar a discutir democraticamente aquilo que está em causa,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

O Orador: ... cumprindo as regras da Democracia do nosso Parlamento.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E aqui estaremos a assumir as nossas responsabilidades com autoridade política e moral de quem propôs e aprovou nesta casa o Regimento mais democrático...

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Deputado Luís Rendeiro (PSD): E falsificou!

O Orador: ... que existe em qualquer Parlamento do nosso país.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Daqueles que apresentaram nesta casa uma Lei Eleitoral que permitiu um Parlamento mais plural.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é uma interpelação, Sra. Presidente?

O Orador: O Partido Socialista não vai admitir a “jardinização”...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É o que o senhor está a fazer!

O Orador: do Parlamento dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Eu pergunto ao Sr. Deputado Aníbal Pires se também quer usar da palavra para uma interpelação?

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Lamento que alguns partidos da oposição não reconheçam ao plenário o poder para decidir sobre a matéria em causa.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E a ilegalidade!

O Orador: Não se trata de nenhuma ilegalidade, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É o quê?

O Orador: O que se trata aqui é de Vs. Exas. não reconhecerem ao plenário o poder de decidir sobre este assunto.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

O Orador: E mais. Escusando-se, como se escusaram no plenário anterior, a debater democraticamente o conteúdo do diploma em apreço.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

O Orador: Isso foi lamentável. Não contribuíram, fugiram ao debate democrático e abandonado o plenário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é verdade!

O Orador: Isso é lamentável!

Destas atitudes o povo há de retirar as suas ilações.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vai, vai!

O Orador: O PCP estará aqui da parte da tarde, porque reconhece ao plenário o poder para decidir sobre o assunto.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, agradecia um pouco da vossa atenção.

Naturalmente que todos os partidos com assento nesta Assembleia têm a liberdade de estar ou não presentes nos nossos debates. Não me cabe a mim julgar da justiça da vossa vontade.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estevão (PPM): Mas cabe-lhe a legalidade!

A Oradora: Agora há uma coisa que naturalmente tenho que justificar em nome da Mesa desta Assembleia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Da Mesa não! Da senhora!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Da Mesa!

A Oradora: Perante as dúvidas e reclamações que existiram relativamente a uma matéria, que é clara e todos conhecem, que tem a ver com a redação final de um diploma que foi aprovado nesta casa, e perante a falta de consenso que existiu nessa Comissão, a Mesa desta Assembleia foi unânime quando entendeu que este assunto tinha que ser resolvido o mais rapidamente possível, por ter extravasado a nossa capacidade de resolver os nossos problemas internamente.

Esta foi uma decisão da Mesa

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores falsificaram um documento e a culpa agora é dos outros?!

A Oradora: Esta foi uma decisão da Mesa, que tem a ver com a preocupação.

A divergência que surgiu na Mesa foi se a deliberação sobre esta conformidade...

Deputada Zuraida Soares (BE) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quem mandou repetir a votação foi o Presidente do PS!

A Oradora: ... devia ser feita ou não em sede de Comissão Permanente, porque o nosso Regimento, ao contrário dos Regimentos da Assembleia da República e da Assembleia da Região Autónoma da Madeira, não tem um procedimento próprio quanto a esta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O da Assembleia da República é igual ao nosso!

A Oradora: O nosso não tem. O nosso apenas define que a Comissão Permanente pode decidir sobre esta matéria.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Deputado Francisco Coelho pode explicar-lhe isso!

A Oradora: Mais uma vez o nosso Estatuto, por não estar em conformidade com o Regimento, a Mesa, aí sim, por maioria, decidiu que é ao plenário que cabe decidir porque, se cabe a uma comissão, cabe naturalmente ao plenário e o plenário é soberano.

(Apartes inaudíveis da câmara)

A Oradora: Srs. Deputados, agradeço a vossa atenção porque eu ainda não terminei.

Dizer também que quanto às omissões e às lacunas do Regimento compete à Mesa decidir e a Mesa decidiu.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não cabe não!

A Orador: É certo que foi por maioria, mas apenas neste aspeto em particular, na desconformidade entre aquilo que o Estatuto e o Regimento dizem quanto à competência da Comissão Permanente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem decidiu não foi a Mesa!

A Oradora: Isto tem que ficar claro, porque a preocupação maior de todos nós que estamos aqui, penso eu, é salvaguardar a imagem da nossa Assembleia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é, não!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É cumprir a lei!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Foi muito bem salvaguarda a imagem da Assembleia!

A Oradora: Vamos encerrar os nossos trabalhos e continuamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 05 minutos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Fica registado que eu estava inscrito para um protesto e a senhora não me deu a palavra.

Mais uma vez falta ao respeito a este Parlamento!

A senhora é a primeira a faltar ao respeito a este Parlamento!

Eu estava inscrito e a senhora encerrou o debate. Não respeita esta casa!

(Após o intervalo, verificando-se a ausência dos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP e das Representações Parlamentares do BE e do PPM na sala, o Deputado Ricardo Cabral ocupou o lugar de Secretário da Mesa, por indicação de sua Excelência a Senhora Presidente da ALRAA)

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 08 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Secretário da Mesa não estará presente neste ponto e depois de consultado o Grupo Parlamentar do PSD, como define o artº. 33º. do nosso Regimento, cabe à Presidente designar um outro Deputado para coadjuvar-me aqui na Mesa e como tal peço ao Sr. Vice-Presidente da Mesa, ao Sr. Deputado Ricardo Cabral, que nos possa ajudar aqui na Mesa para a discussão deste ponto prévio da agenda.

(O Deputado Ricardo Cabral substitui o Deputado Valdemiro Vasconcelos na Mesa)

Agora sim, estando a Mesa novamente completa, vamos entrar na nossa agenda, ponto prévio B: **“Deliberação sobre a conformidade da redação final do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2014 – “Cria o Regime de Integração Excecional dos Docentes Contratados por Concurso Externo Extraordinário em 2014”**”.

Também como foi deliberado em Conferência de Líderes iremos passar de imediato à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com a redação final deste Decreto Legislativo Regional façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A deliberação sobre a conformidade da redação final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Obrigada Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo de dez minutos.

Eram 15 horas e 11 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 24 minutos.

(Neste momento, o Deputado Valdemiro Vasconcelos reocupa o seu lugar na Mesa)

Entramos assim no ponto 1 da agenda: **Petição n.º 18/X – “Sede do Transporte Marítimo de Passageiros no Faial”**, apresentada por Sílvia Lisa Fonseca Machado, na qualidade de 1.^a subscritora.

Rege esta matéria o art.º 192.º do Regimento da Assembleia e os tempos foram definidos em Conferência de Líderes, sendo que cada Grupo ou Representação Parlamentar intervém uma única vez por tempo não superior a dez minutos.

Para apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Relator da Comissão, Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 28 de Fevereiro de 2014, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada e por videoconferência com a Sede da Assembleia na Horta e com a Delegação em Santa Maria, a fim de analisar e dar parecer sobre a Petição “Sede de Transportes Marítimos de Passageiros no Faial”.

1.º caPÍTULO – introdução

Em 30 de Dezembro de 2013, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, uma Petição intitulada “Sede de Transportes Marítimos de Passageiros no Faial”, cujo 1.º subscritor é a Senhora Sílvia Lisa Fonseca Machado.

A autora da Petição apresenta, genericamente, a respetiva pretensão considerando os seguintes pressupostos:

1. O reconhecimento da Ilha do Faial e, principalmente, do Porto da Horta, como natural centro de convergência do tráfego marítimo de passageiros;
2. As rotas entre as ilhas Faial, Pico e S. Jorge representam o volume mais expressivo de passageiros dos Açores;
3. Estas considerações indicam o local ideal para sedear a administração e toda a logística operacional do transporte marítimo de passageiros na Região.

Justifica ainda que a ilha do Faial tem perdido fatores económicos e serviços estratégicos que desferem rudes golpes na sobrevivência das suas empresas, provocando grande impacto no aumento do desemprego.

Concluindo a autora refere que a petição tem como objetivo motivar as vontades políticas, demonstrando as vantagens financeiras inerentes, para, em

conjunto com as vantagens naturais da sua localização estratégica, criar as condições necessárias à decisão de instalar a sede da administração e toda a logística operacional de transporte marítimo de passageiros na Região na ilha do Faial.

2º. Capítulo – enquadramento jurídico

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela Lei n.º 43/90, de 19 de Agosto, com as alterações introduzidas pelas leis n.º 63/93, de 1 de Março e n.º 15/2003, de 14 de Junho.

A apreciação na Comissão Permanente de Economia, exerce-se no âmbito do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

3º. CAPÍTULO – APRECIÇÃO na generalidade e na ESPECIALIDADE

A Petição em análise tem como justificação, da parte dos seus proponentes, em termos genéricos, a localização estratégica do Porto da Horta como o centro de maior tráfego marítimo de passageiros, acrescentado que a fragilidade do tecido empresarial da ilha do Faial é devido à perda de fatores económicos e serviços estratégicos nos últimos tempos.

Nestes termos, a presente petição propõe que a sede, administração e toda a logística operacional, da nova empresa de transportes marítimos de passageiros, que resultará da fusão da Transmaçor e Atlânticoline, fique localizada na ilha do Faial.

A Comissão de Economia deliberou ouvir a primeira subscritora da petição.

No dia 28 de Fevereiro de 2014 a Comissão ouviu o segundo e terceiro subscritores da petição, João Statmiller e Mário Moniz, respetivamente, por indisponibilidade da primeira subscritora.

O Presidente da Comissão, no início do debate da Petição, e os (as) Deputados (as), aquando das suas intervenções na discussão e pedidos de esclarecimentos, enalteceram a iniciativa e consideraram que esta era uma contribuição importante para a participação dos cidadãos nas decisões políticas nos Açores.

O Peticionário João Statmiller, na apresentação dos motivos que o levaram a esta iniciativa, começou por afirmar que, apesar de já haver uma decisão do Governo dos Açores de localizar a sede da empresa no Faial, era preciso clarificar algumas questões, nomeadamente a localização dos serviços administrativos que queriam que também ficassem instalados no Faial.

O Deputado Jorge Macedo, numa primeira intervenção, começou por afirmar que hoje em dia a localização da sede de qualquer empresa podia resumir-se a pouco mais do que uma caixa postal ou a um apartado. De seguida inquiriu o Peticionário se essa localização da sede implicaria ou não a instalação de todo o comando operacional já que essa questão não estava bem explícita na petição em análise. Quis ainda saber, dada a natureza diferente dos dois tipos de transporte marítimo, um com ferries maiores e outro com ferries menores dedicados essencialmente às ilhas do triângulo, se ia de encontro à vontade dos Peticionários a repartição do comando operacional por S. Miguel e Faial, por exemplo.

O peticionário João Statmiller respondeu ao Deputado que a intenção dos subscritores era de facto instalar todo o comando operacional na Ilha do Faial.

Disse ainda que a grande questão aqui defendida tinha a ver com necessidade de travar o esvaziamento de serviços que se verificava na ilha do Faial nos últimos tempos.

A Deputada Marta Couto perguntou ao Peticionário se mantinham a intenção de transferir a administração, os serviços administrativos e todo o comando operacional para a ilha do Faial mesmo que isso implicasse despedimentos em outras ilhas, como é o caso de S. Miguel.

O Peticionário João Statmiller afirmou que nessa situação usar-se-ia a figura de transferência de funcionários de uma ilha para outra.

Perante esta resposta a Deputada Marta Couto solicitou um maior esclarecimento sobre como os Peticionários entendiam que essa transferência deveria ser feita.

O Peticionário Mário Moniz respondeu afirmando que o que se pretendia era concentrar o controlo e gestão de tráfego e o centro de decisão na ilha do Faial e manter alguns serviços administrativos em S. Miguel.

A Deputada Graça Silveira confirmou que a localização da sede não significava nada. Perguntou se os Peticionários sabiam quantos funcionários as empresas em questão tinham e em que ilhas.

O Peticionário Mário Moniz respondeu dizendo que a maioria dos funcionários estaria no Faial/Pico e S. Miguel e que dentro destes dois centros que era o Faial/Pico que tinha maior peso na empregabilidade das empresas, muito embora a maior parte da administração estivesse em S. Miguel.

O Deputado Jorge Macedo afirmou que o PSD entendia ser natural que a sede da nova empresa ficasse localizada uma das duas ilhas que geram maior tráfego de passageiros, ou seja no Faial ou no Pico. Acrescentou que, por maioria de razão, a Direção Operacional deverá ficar localizada numa das ilhas, Faial ou Pico, ilhas estas que geram a maioria dos 400 mil passageiros que circulam no Triângulo Faial, Pico e S. Jorge.

Por fim a Deputada Marta Couto afirmou que o mais importante neste processo era que se evitasse o despedimento de funcionários.

No dia 28 de Fevereiro de 2014 a Comissão de Economia ouviu o Secretário Regional do Turismo e Transportes, sobre o Projeto de Resolução — Sede da empresa de transportes marítimos da RAA na Horta, que importa referir no âmbito desta Petição.

Sobre esta proposta o Secretário Regional do Turismo e Transportes começou por afirmar que o Governo dos Açores já tinha decidido que a sede da nova empresa, fruto da fusão da Atlânticoline e Transmaçor, ficaria localizada na cidade da Horta e que essa mudança não iria implicar qualquer despedimento.

A Deputada Graça Silveira perguntou ao Governante se a sede no Faial implicava também o comando operacional e os serviços administrativos e se essa realidade iria implicar transferência de funcionários que exerciam cargos de nomeação.

O Secretário Regional informou a Deputada que a sede ficaria na Horta e que iriam manter múltiplos centros operacionais tendo em vista promover a eficiência da nova empresa. Referiu ainda que os meios alocados deveriam ficar onde estavam e que não seria por via da fusão das empresas que existiriam transferências de trabalhadores. Informou também que depois da fusão seriam naturalmente nomeados os novos órgãos de gestão.

A Deputada Marta Couto referiu que a fusão das empresas resultava de uma política moderna e inovadora que se pretendia implementar na área de transportes. De seguida perguntou quais eram os objetivos práticos da instalação da sede da nova empresa na cidade da Horta e se haveria despedimentos.

O Secretário Regional respondeu afirmando que essa decisão implicava ganhos ao nível de eficiência e que a centralidade nas ilhas do triângulo de grande parte do fluxo de passageiros marítimos justificava essa decisão. Relativamente à última questão o Secretário Regional confirmou que não haveria quaisquer despedimentos resultantes dessa fusão.

O Deputado Jorge Macedo referiu que os argumentos do Governante iam no sentido da localização sede da nova empresa ser apenas simbólica. De seguida perguntou sobre o que ficava e o que não ficava na Horta, nomeadamente, quis saber, as localizações das direções, operacional, comercial e financeira/administrativa e da própria administração da empresa.

Nesta sequência de respostas a Deputada Graça Silveira quis também saber se a administração e o comando operacional ficariam na Horta.

O Membro do Governo afirmou que existiam outras empresas com os centros de decisão espalhados por diversas ilhas, não sendo esta caso único.

Referiu, por outro lado, que a estrutura empresarial deve ser o reflexo das necessidades e que os funcionários da futura empresa ficariam alocados aos centros operacionais já existentes.

Sobre as últimas questões o Governante afirmou que deixou de ser relevante a localização dos centros de decisão e que podiam muito bem ser dispersas e distintas e que estes seriam indicados depois do processo de fusão estar terminado.

O Membro do Governo referiu que esta entidade, depois da fusão das duas empresas, continuará a operar na vertente regular e na vertente sazonal, mas que teriam uma política comercial e promocional comum como forma de racionalização e de otimização de meios.

4º. cAPÍTULO – parecer

1. A Petição deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 30/12/2013;

2. O Secretário Regional do Turismo e Transportes referiu que a sede da nova empresa que resultará da fusão entre a Atlânticoline e a Transmaçor irá ficar na cidade da Horta;
3. Foi referido pelo membro do Governo Regional que desta decisão não resultariam quaisquer despedimentos;
4. Assim considera-se que a pretensão dos Peticionários de localizar da nova empresa de transportes marítimos de passageiros na cidade da Horta está cumprida.
5. Relativamente à pretensão de que toda a logística operacional, da nova empresa de transportes marítimos de passageiros, que resultará da fusão da Transmaçor e Atlânticoline, fique localizada na ilha do Faial, importa referir o seguinte:
 - a. A lógica de funcionamento da nova empresa de transportes marítimos de passageiros, com presença em todas as ilhas do arquipélago, implica que esta disponha de diversos centros logísticos adequados e dimensionados tendo em conta as características da sua operação;
 - b. Importa que estes centros logísticos, bem como a sua localização, propiciem a eficiência e racionalidade da operação regular e sazonal da empresa;
 - c. Importa que da implementação dos referidos centros logísticos, bem como, do processo de fusão, não resultem quaisquer despedimentos dos trabalhadores das empresas.
6. A Petição por ser subscrita por **535** peticionários deverá subir a Plenário nos termos regimentais.
7. Do Relatório deverá ser dado conhecimento à primeira subscritora da Petição.

O Relator, *José Ávila*

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O

Presidente, *Francisco Vale César*

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero, em primeiro lugar, saudar naturalmente os subscritores desta petição pelo exemplo que dão de um exercício de cidadania ativa, que deve ser objetivo permanente deste Parlamento incentivar e estimular.

Os peticionários solicitam que a empresa resultante da Fusão das duas empresas regionais de transporte marítimo de passageiros, a Transmaçor e a Atlânticoline, tenha a sua sede nesta cidade da Horta.

É bom recordar que a fusão destas duas empresas regionais de transporte marítimo de passageiros consta do Programa do atual Governo Regional.

Tomada a decisão sobre a fusão, tratava-se, pois, de decidir onde ficaria a sede dessa nova empresa e como se organizaria.

Neste objetivo de sediar aqui na Horta essa nova empresa, juntaram-se a estes 535 peticionários, muitas outras forças vivas desta ilha e não só.

Para ajudar a contextualizar esta temática permitam que aqui descreva alguns factos que ajudam a fazer uma análise mais profunda do objetivo que procura atingir esta petição.

A 1 de Fevereiro de 2013, no Jornal do Pico, defendia o Sr. Deputado Lizuarte Machado que “acontece que é a Transmaçor quem tem movimento real e permanente de passageiros enquanto a Atlânticoline tem, embora importante, um movimento residual e sazonal, limitado à gestão de dois contratos anuais, pelo que seria um erro histórico imperdoável que a nova empresa, resultante da fusão destas duas, não ficasse sediada na Horta”.

A 25 de Fevereiro de 2013 a Assembleia Municipal da Horta aprovou, por unanimidade, um voto de recomendação apresentado pelo PSD, em que deliberou recomendar “que o Governo Regional dos Açores determine que a

nova empresa a constituir, resultante da fusão da Atlânticoline com a Transmaçor tenha a sua sede e centro operacional na cidade da Horta”

Na sequência de uma proposta também da oposição, a Câmara Municipal da Horta também tomou semelhante deliberação, por unanimidade, a 26 de Dezembro de 2013.

No final de 2013 deu entrada nesta Assembleia esta petição com mais de 500 assinaturas, com peticionários das mais diversas origens geográficas e políticas. Em Janeiro de 2014 foi a vez da Câmara de Comércio e Indústria da Horta também juntar a sua voz a esta reivindicação.

Durante todo este processo com bastante regularidade na comunicação social outras vozes falaram e defenderam esta tese.

Portanto, e pelo historial deste processo constatamos que esta é uma reivindicação de muitas pessoas e instituições desta ilha e desta zona do arquipélago, dos mais diferentes quadrantes políticos e económicos.

Esta reivindicação alicerça-se em argumentos históricos, geográficos e económicos válidos.

É aqui nesta zona do arquipélago que se regista o mais significativo e permanente transporte marítimo de passageiros com a Transmaçor a movimentar cerca de 400 mil passageiros por ano, enquanto a Atlânticoline transporta cerca de 50 mil por ano.

Note-se também que a própria Atlânticoline, quando foi criada, teve a sua sede na cidade da Horta, e só depois a mesma saiu daqui.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É, portanto, aqui, nesta zona do Arquipélago, neste Canal e nestas ilhas do Triângulo, que no passado e acreditamos que no futuro o transporte marítimo de passageiros continuará a ter a sua base essencial.

Se todas estas iniciativas nas quais se incluem esta petição ajudaram ou influenciaram o Governo a decidir não sabemos, o que sabemos é que ainda não estamos nada tranquilos com a decisão anunciada pelo Governo.

E as declarações do senhor secretário sobre esta matéria na audição promovida pela Comissão de Economia em nada ajudaram a esclarecer esta matéria, bem pelo contrário.

Anunciar apenas que a sede da futura empresa será na Horta é pouco. E é pouco, sobretudo, na Horta que tem sofrido na pele a virtualização das sedes.

Estamos fartos de sedes virtuais ou simbólicas.

Estamos fartos de secretarias virtuais.

Estamos fartos de direções regionais e serviços virtuais.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Por isso é que perdeu as eleições para a Câmara da Horta! Porque as pessoas estão fartas!

O Orador: É, por isso, que estamos de acordo com as preocupações subjacentes a esta petição e mais de acordo estamos com a especificação que sobre esta matéria faz o Projeto de Resolução que a seguir vamos discutir.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Rodrigues queria informar a câmara que está presente nas galerias um antigo Deputado desta casa, o Sr. Mário Moniz, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da câmara)

Agora sim tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar e em nome do Grupo Parlamentar do PS gostava de saudar os peticionários pelo exercício de direito de petição, tendo exposto as suas reivindicações a este órgão, contribuindo para o processo decisório político de forma bastante relevante.

O transporte marítimo de passageiros sempre assumiu grande importância numa região que se caracteriza por uma dispersão geográfica que obriga a que exista efetivamente, por parte das entidades governamentais, um cuidado específico na criação de políticas que dinamizem essa ferramenta de desenvolvimento.

Do Programa deste Governo faz, efetivamente, parte a fusão das empresas Transmaçor e Atlânticoline.

No que toca à instalação da sede na Horta foi tomado em conta, pelo Governo Regional dos Açores, que é efetivamente nas ilhas do triângulo que se verifica o maior movimento marítimo de passageiros, pelo que não houve impedimento nenhum a que a futura empresa resultante da fusão fosse sediada na Horta.

Assim foi, tendo sido anunciado pelo Sr. Secretário do Turismo e Transportes.

Num aparte, gostaria só de reforçar as palavras do Sr. Deputado Luís Garcia, que realmente na sua resenha histórica fez referência a todas as forças vivas, políticas ou não, que defenderam que a sede fosse na cidade da Horta. Esqueceu-se apenas de referir algo que me parece muito importante: da parte do Governo Regional dos Açores, da parte do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, e aliás foi dito nesta casa, nunca houve nenhum obstáculo a que a sede fosse realmente na Horta.

Não obstante, é sempre importante realçar o que realmente importa neste processo e o mais importante é efetivamente os trabalhadores das empresas que vão sofrer o processo de fusão.

Num processo desses é essencial que se evitem despedimentos. Seja qual for o modelo administrativo que sair do processo da fusão dessas duas empresas, o essencial é que os trabalhadores conservem os seus empregos e se salve desse modo as suas famílias.

É essencial que este processo se desenrole com a serenidade necessária, com a ponderação necessária, já que a pressa é inimiga da perfeição.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual é a pressa?

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Em outros processos de fusão, como por exemplo a “Portos dos Açores, S. A.”, que também é sediada na Horta, o PS pugnou por esta defesa dos trabalhadores e isso deve estar sempre em primeiro lugar como foi assegurado pelo Sr. Secretário em sede de Comissão.

Deste modo, não existindo despedimentos e ficando a sede na Horta, corresponde às expetativas dos peticionários.

Neste sentido e tendo o Governo Regional dos Açores atendido à exposição dos peticionários, resta-nos também saudá-lo por este facto, pois é pelas pessoas que se governa, mas mais importante ainda deverá ser com as pessoas que se governa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria saudar os subscritores desta petição e que fazem esta casa refletir sobre um tema que é muito mais profundo que a mera localização ou deslocalização de uma sede de uma empresa, mas um contributo efectivo para a concretização prática do desenvolvimento harmónico da Região.

Estas pessoas traduzem um estado de espírito: a vontade de um povo; o povo, que elegeu este Governo e que espera dele as melhores e mais justas decisões.

Esta petição traduz uma preocupação legítima a de que a Sede da empresa de transportes marítimos de passageiros seja, na sua plenitude, na Horta.

Não vamos andar aqui às voltas com este tema; vamos ser práticos, lógicos e eficientes que é o que os peticionários pretendem.

É nas ilhas do Triângulo que se verifica o maior fluxo constante de passageiros e carga inter-ilhas, durante todo o ano, e o Sr. Secretário da tutela já anunciou que a Sede da Empresa de Transportes Marítimos da RAA será na Horta...

Pois bem, que seja mesmo Sede; não seja apenas uma placa numa parede de um edifício definindo somente uma localização simbólica.

Portanto, o Grupo Parlamentar do CDS-PP manifesta a sua solidariedade para com os peticionários.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O BE saúda obviamente os peticionários e peticionárias desta petição que temos em mãos e associa-se, sincera e logicamente, às suas reivindicações, desde logo, aquele que é o corpo, digamos, e o fundamento desta petição, que é solicitar ao Governo Regional que sedeia a administração e toda a logística operacional do transporte marítimo de passageiros na Região, após a fusão das duas empresas marítimas existentes, a Atlânticoline e a Transmaçor, na ilha do Faial.

Os peticionários vão mais longe e dão algumas justificações para esta recomendação e eu permito-me realçar uma que é inegável e que está aos olhos de todos/as os/as açorianos/as, fundamentalmente de todos os habitantes da Horta, que é o facto da ilha do Faial ter perdido fatores económicos e serviços estratégicos que disferem rudes golpes na sobrevivência das suas empresas provocando um grande impacto no aumento do desemprego.

Queiramos ou não esta é uma verdade óbvia, indesmentível e que faz com que o Faial seja, quanto a nós, uma das ilhas que requer uma atenção especial para a dinamização, quer da empregabilidade, quer das suas empresas, quer de todo o seu tecido económico e cultural.

Eu gostava de acrescentar o seguinte: acho que devemos pensar que dez trabalhadores, por exemplo, em S. Miguel, têm um impacto e um peso completamente diferente do que estes mesmos dez trabalhadores numa ilha como o Faial, a todos os níveis, desde logo ao nível económico, ao nível social, também ao nível cultural, ao nível crítico e também ao nível de intervenção cidadã na própria sociedade. Portanto não é possível comparar a falta que fazem dez trabalhadores em S. Miguel ou numa ilha como o Faial.

Na realidade, também o BE fica com algumas dúvidas, que penso que teremos oportunidade de clarificar quando discutirmos a seguir o nosso Projeto de

Resolução, relativamente àquilo que o Governo Regional entende por sediar aqui na Horta, a sede da nova empresa, porque isso pode querer dizer alguma coisa e pode querer dizer coisa nenhuma, porque como muito bem disse o Deputado Jorge Macedo, em sede de Comissão, a sede desta empresa ou de outra qualquer pode ser um simples apartado postal e não é isso que os peticionários estão a pedir, não é isso que a Horta e os hortenses esperam, nem é disso que a nossa ilha precisa.

Já agora também ter a oportunidade de num aparte responder ao aparte do Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não foi em aparte!

A Oradora: Disse em aparte e se me permite eu também “aparto” consigo, faço-lhe um aparte.

O aparte é o seguinte: na realidade o Governo Regional disse nesta casa, pela boca do Sr. Secretário Regional de Turismo e Transportes, que não via nenhuma razão para que a sede desta futura empresa não fosse sedeada na Horta. Mas sabe quando é que o disse? Em fevereiro. Esta petição entrou nesta casa em dezembro de 2013.

Portanto, não vale dizer, Sr. Deputado, que o Governo já tinha pensado.

Não! O Governo aceitou como justa, aceitou como credível a petição e a reivindicação destes peticionários. O calendário não anda da frente para trás, Sr. Deputado, anda de trás para a frente e dezembro é dois meses antes de fevereiro.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Gostaria de informar a câmara que está connosco, de visita à nossa ilha e à nossa Assembleia, um grupo de pessoas oriundas das ilhas Graciosa, Terceira, S. Jorge e S. Miguel. Saúdo-vos a todos em nome desta Assembleia.

(Aplausos da câmara)

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM teve oportunidade, quando este assunto foi aqui levantado, julgo eu, no último Plenário que realizámos, por parte do BE, de dizer que em relação a esta questão nós não tínhamos nenhuma dúvida que a decisão correta seria sediar no Faial, na cidade da Horta, a sede da Atlânticoline.

De qualquer das formas os peticionários também pedem outra coisa, é que se reconheça a importância estratégica deste porto, desta cidade, no âmbito do tráfego marítimo regional e também que seja montada aqui a logística operacional do transporte marítimos de passageiros na Região.

Esta questão não está, nem pouco mais ou menos clara, por parte do Governo Regional. Isto não está devidamente respondido. Falta o Governo Regional responder a esta questão, nomeadamente de alguma forma dando já um desenho equilibrado, um desenho racional daquilo que pretende fazer.

Para já em relação ao transporte marítimo eu tive oportunidade de fazer uma intervenção em que replicava aquela que foi a interpretação do Sr. Deputado Lizuarte Machado nesta matéria. Nesta matéria eu considero plagiar, evidentemente, aquela que é a opinião do Sr. Deputado, exatamente Sr. Deputado porque reconheço-lhe autoridade nesta matéria.

Já se conversássemos sobre a história dos Açores, obviamente já considerava que teria algumas habilitações para discutir essa matéria, mas reconheço-lhe autoridade nessa matéria, até porque, Sr. Deputado, em relação às apreciações que tem vindo a fazer, e já as faz há muitos anos, o Sr. Deputado está sistematicamente correto.

Portanto, em relação ao posicionamento que fez, que é o posicionamento contra o desperdício, é um posicionamento de defender a racionalidade em relação a todas estas matérias, no final o que o Sr. Deputado diz é que quem paga somos todos nós (os que têm mais dinheiro, os que têm menos dinheiro, os que têm mais dificuldades, os que têm menos dificuldades), quem paga as más decisões é sempre o Zé Povinho.

Não deveria ser assim! Os responsáveis políticos deveriam ser responsabilizados pelas decisões erradas que tomam, pelas decisões que não são racionais e que significam mais despesa e não significam um melhor serviço. Deveriam ser responsabilizados.

De qualquer das formas, em relação a esta matéria, eu considero que o Governo Regional ainda não definiu qual é a estrutura logística.

Como aqui foi bem dito, por alguns Srs. Deputados, dizer que a sede é aqui ou ali, na prática, sem se perceber qual é a substância da questão, qual é a substância logística, não significa muito, é um título como outro qualquer.

O que é importante é que esta sede tenha capacidade logística, tenha uma importância fundamental e que signifique algo do ponto de vista estrutural e isso, em relação a este assunto, não temos ainda uma resposta concreta por parte do Governo Regional.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP saúda os petionários por mais uma iniciativa cidadã e de grande pertinência relativamente a uma questão que está na atualidade política, que se relaciona com a questão dos transportes e com a falta que nos faz o PIT para percebermos melhor aquilo que efetivamente o Governo pretende sobre estas questões.

De qualquer forma e indo àquilo que é a principal pretensão dos petionários, a Representação Parlamentar do PCP já teve oportunidade, noutra ocasião, de se pronunciar e de dar a sua opinião sobre a localização da sede da nova empresa, que resulta da fusão da Transmaçor e da Atlânticoline, na cidade da Horta, por motivos que são óbvios e que não é necessário estar aqui a aduzir.

Mas há aqui uma preocupação da Representação Parlamentar que está subjacente não só à fusão mas também à instalação da sede e conseqüentemente da administração, penso eu, dos serviços operacionais desta empresa na Horta. Embora já haja uma garantia por parte do Governo Regional de que não haverá

despedimentos, há aqui uma outra questão que também importa acautelar que tem a ver com a eventual deslocalização de trabalhadores da empresa entre S. Miguel e o Faial ou do Faial para S. Miguel.

Portanto, era necessário também que estas questões fossem devidamente acauteladas.

É evidente que esta figura regimental não permite ao Governo intervir, mas haverá com certeza oportunidade de o fazer hoje.

A verdade é que é necessário acautelar aqui algumas questões relativamente a estas decisões, quer à da fusão, quer à decisão de sedear na Horta a sede da nova empresa.

Portanto, estas são algumas situações que ficam subjacentes a esta questão que, em boa hora, foi levantada por um conjunto de cidadãos, às quais há uma resposta mas precisa ainda de confirmação.

Ficamos a aguardar por melhor oportunidade e noutra figura regimental para procurarmos esclarecer estas questões.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerramos assim este nosso primeiro ponto da agenda.

Entramos no segundo ponto **Projeto de Resolução n.º 55/X – “Sede da Empresa de Transportes Marítimos na Horta”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Os tempos foram definidos em Conferência de Líderes, são os que temos vindo a utilizar no processo legislativo comum. Neste caso o BE, enquanto proponente, o PS e o Governo dispõem de 25 minutos; o PSD de 20 minutos; PCP e PPM de 10 minutos.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra para apresentação do diploma.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O nosso Projeto de Resolução, que entrou nesta casa no dia 14 de janeiro, é de uma simplicidade e clareza absoluta e portanto dispensa grandes justificações.

Eu reter-me-ia apenas nos dois pontos da recomendação que fazemos ao Governo Regional.

Primeira: “Que decida urgentemente sobre a fusão das empresas “TRANSMAÇOR – Transportes Marítimos Açorianos, Lda” e “ATLÂNTICOLINE, SA”. Dizíamos urgentemente em 14 de janeiro deste ano.

O Governo Regional, pela voz do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, no dia 28 de fevereiro, ouvido em audição da Comissão de Economia, confirmou que sim senhor, a sede seria aqui na Horta.

Portanto, o nosso primeiro ponto, o primeiro ponto do nosso Projeto de Resolução, está respondido e bem pelo Governo Regional.

Temos uma segunda recomendação que é:

“Que a sede da entidade resultante desta fusão, bem como a sua Administração, centro operacional e serviços administrativos, se localize na cidade da Horta”.

Ora, relativamente a este segundo ponto, nem a audição e a leitura aturada e atenta do relatório feito em sede de Comissão, nem mesmo as afirmações em resposta até a perguntas do BE que o Sr. Secretário Regional tem feito dentro deste Plenário, a resposta é tudo menos clara, porque na realidade não entendemos ainda o que é que afinal vai ficar sedeadado na Horta.

Eu permito-me lembrar e quero acreditar que, sendo com certeza sensível, tal como o Governo Regional, estou certa, o é também, à questão da eventual situação de desemprego a que uma deslocalização de funcionários, funcionárias, trabalhadores ou trabalhadoras duma ilha para a outra possa provocar, o Governo Regional tem variadíssimos instrumentos à sua mão para poder afirmar, com a frontalidade e assertividade com que o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes o fez, de que esta sedeação não iria criar desemprego de forma nenhuma, nem iria provocar nenhum despedimento.

Lembro, por exemplo, que a mobilidade entre serviços e empresas públicas é uma possibilidade, porque não está fora de causa que haja trabalhadores em S. Miguel que estejam disponíveis para irem para outro serviço, ou até disponíveis para virem para a Ilha do Faial, como também é credível e é aceitável que haja

funcionários e trabalhadores na Ilha do Faial que estejam disponíveis para irem para S. Miguel ou para outro serviço.

Portanto, não me parece que a criação e a sedeação dos serviços fundamentais (e quando digo fundamentais, são aqueles que têm trabalhadores, não é a tal caixa postal, são escritórios, são sítios, locais onde trabalham pessoas, trabalhadores, trabalhadoras, homens e mulheres) tenha que ser posta de lado, porque põe em perigo postos de trabalho.

O Governo tem outras formas de resolver esse problema e é por isso que ele também não pode ser resolvido estalando os dedos e de um dia para o outro. Há ponderações a fazer, há auscultações dos trabalhadores, dos funcionários e das funcionárias desta nova empresa, e ver de que forma é que é possível conciliar aquilo que é a política, que é a arte do impossível, porque aquilo que é absolutamente urgente e é reconhecido por todos os Deputados e Deputadas desta casa nas suas diferentes intervenções, de todas as bancadas, é que a Horta precisa deste apoio, precisa deste empurrão, precisa desta forma de aumentar o seu dinamismo, a sua massa crítica e a sua capacidade reivindicadora dentro da Região.

Portanto, ou somos criativos e criamos as condições para que isto se concretize ou então escondemo-nos atrás de todos os subterfúgios e de todos os pretextos, desde logo não clarificando o que é sedear esta nova empresa na Horta para mudar alguma coisa para que tudo fique exatamente na mesma.

Para já ficava por aqui.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Já pouco resta acrescentar, aliás, a petição anteriormente apresentada teve o mesmo teor, o mesmo objeto deste Projeto de Resolução e já há a própria decisão do Governo em sedear a futura empresa na Horta. Não obstante creio

ser útil lembrar que qualquer reivindicação da natureza daquela que motiva, e já tive oportunidade de dizer na discussão da Petição, este Projeto de Resolução, nunca pode pôr em causa os postos de trabalho.

É essencial que nunca se descure, neste tipo processo, a relevância da manutenção destes postos de trabalho, especialmente no contexto económico atual em que nos movemos.

Deste modo, há que analisar essas questões com equilíbrio necessário, com o tempo que for necessário, mas acima de tudo com a ponderação que elas exigem.

Os Governos Regionais do PS têm de facto investido no Faial. É inevitável dizê-lo. Aliás, no que toca à política relacionada com o mar, com a frente mar, os resultados de hoje são bem visíveis. Aliás, o que o PS tem feito neste caso em concreto, tem sido envolver os faialenses no debate, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E espalhados pela diáspora!

Deputados João Bruto da Costa e Luís Garcia (PSD): Os hortenses!

O Orador: Os faialenses de toda a ilha como é óbvio!

... e em bom rigor os resultados começam a aparecer.

Deputado Luís Garcia (PSD): Devagarinho, mas vão aparecendo!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Se não for o noivo a elogiar a noiva!...

O Orador: Esta decisão de estabelecer a sede da futura empresa de transportes marítimos vai exatamente nesse sentido, no sentido de continuar a investir no seu desenvolvimento, aliás, o Sr. Deputado Jorge Macedo sabe bem do que é que eu estou a falar.

Os Governos Regionais do PS têm também pugnado pelo desenvolvimento de uma política de transportes moderna e adequada à nossa realidade, que potencie a economia açoriana, uma política que combine a eficácia à eficiência, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Pergunto aí ao seu colega Lizuarte Machado que ele explica-lhe essa coisa de transportes!

O Orador: ... que estabeleça a segurança como paradigma e que traga maior conforto a quem dela usufruir, que é imagem do hoje anunciado e exposto nesta casa, Plano Integrado de Transportes.

Tudo o que se tem feito tem sido feito com o intuito de progredir de avançar, de modernizar o sistema de transportes dos Açores.

Permitam-me, nesta minha intervenção, que desmonte aqui algumas coisas que foram ditas.

Já foi dito hoje nesta casa, que não havia da parte do Governo Regional um reconhecimento da importância que a Horta tem nesse centro de convergência do tráfego marítimo de passageiros nas ilhas do Faial, Pico e S. Jorge, ou seja, do triângulo.

Aliás, basta recordar as palavras do Sr. Secretário em Comissão.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Onde é que vai ficar o HUB?

O Orador: Sr. Deputado Cláudio Almeida quer intervir?

Respondeu afirmando que essa decisão implicava ganhos ao nível de eficiência e que a centralidade nas ilhas do triângulo de grande parte do fluxo de passageiros marítimos justificava essa decisão.

Depois, foi também aqui levantado (fez-se uma resenha, aliás fazem-se muitas resenhas históricas aqui) que o Sr. Secretário tinha respondido fora de tempo. O Sr. Secretário respondeu quando lhe perguntaram, isto é tão simples. Fizeram-lhe a pergunta e o Sr. Secretário respondeu.

Deputado Luís Garcia (PSD): Mas não respondeu a tudo! Falta o Governo Regional!

Deputada Marta Couto (PS): A pergunta não era onde é que ficava a sede?

O Orador: Nesse sentido, e tendo o Governo Regional respondido às expectativas do Projeto de Resolução, o Grupo Parlamentar do PS votará a favor desse Projeto de Resolução.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Vota a favor da caixa postal!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

(*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acho que para o proponente desta iniciativa legislativa e para o Parlamento é sempre uma satisfação vermos uma iniciativa aprovada por unanimidade, a partir do momento em que o PS já anunciou o seu sentido de voto.

Incumbe sobre esta Assembleia e sobre estes Deputados a responsabilidade de aprovar este Projeto de Resolução nos exatos termos em que ele está formulado. Portanto, temos aqui a responsabilidade de, daqui a algum tempo (os partidos que estão na oposição, o partido proponente e o partido maioritário), ainda durante esta Legislatura, verificar se aquilo que faz parte deste Projeto de Resolução, e que vai ser aprovado por unanimidade, vai ser ou não cumprido tal qual está aqui.

Vamos, como já dissemos na Comissão, aguardar pela publicação da orgânica da nova empresa que resultar da fusão. Nessa altura vamos verificar se os pressupostos que estamos aqui a aprovar estão ou não cumpridos.

Srs. Deputados, como diz o povo “gato escaldado de água fria tem medo”.

Deputados Jorge Macedo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As denominadas ilhas do triângulo (S. Jorge, Pico e Faial), desde sempre, mantiveram ligações marítimas entre si e têm, entre si, um imenso potencial económico, cultural e turístico.

O mar que as separa é atravessado por embarcações que transportam passageiros e carga, unindo-as diariamente.

Todos nós temos noção, pelo menos empírica, das potencialidades destas três ilhas. Desde sempre que me lembro de ouvir falar nas vantagens e potencialidades das ilhas do triângulo... Mas o que é certo é que, até à data, o que temos, infelizmente, é apenas uma espécie de rótulo muito bonito, mas que não tem servido, por si só, para acrescentar o devido valor ao desenvolvimento económico que se preconiza teoricamente e se deseja na prática.

A iniciativa que agora discutimos tem o privilégio de trazer novamente à liça a realidade do triângulo. E este assunto tem toda a pertinência.

Que não fosse pela lógica, mas pela prática corrente, pelo fluxo de passageiros e pelo tráfego comercial existente aqui, é mais do que evidente que a Sede da empresa de transportes marítimos da Região Autónoma dos Açores seja na cidade Horta.

Se é no triângulo que se verifica a existência de um fluxo anual de passageiros e cargas com maior frequência, com viagens regulares e, nalguns casos diárias, durante todo o ano, muitas vezes, em condições meteorológicas pouco favoráveis, mas dentro dos parâmetros de segurança, sendo a taxa de cancelamento de viagens diminuta, porque não transferir a sede da empresa para mais perto de onde se fazem o grosso das ligações marítimas?

Aliás, a pergunta que se deve colocar aqui até é outra: porque é que a sede da empresa de transportes marítimos não foi sempre, e desde o princípio, aqui?

Não se trata de alimentar bairrismos (que alguns agora parece que querem ressuscitar), mas também não se pode tratar apenas de meter uma placa à porta de um edifício a dizer “sede”...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Onde é que esse processo aconteceu, o da caixa postal?!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Na Portos dos Açores!

A Oradora: Trata-se de desenvolvimento harmónico dos Açores. Trata-se da necessidade de descentralização serviços para fomentar e promover este desenvolvimento integral dos Açores.

No entanto, para que este desenvolvimento se atinja não podemos correr o risco de ouvir o Governo Regional, na pessoa do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, a dizer que concorda e que vai mudar a sede da empresa para o Faial e depois verificarmos que afinal a sede da empresa de Transportes Marítimos da Região ser noutra sítio qualquer, apesar de na cidade da Horta existir uma placa à porta de um edifício que diz “Sede”.

É que o famigerado e tão necessário desenvolvimento harmónico só se alcança com medidas sérias, concretas e efetivas, não se coaduna com virtualidades...

E, se necessário for, para que não hajam mal entendidos, fica aqui a definição científica de “sede”, segundo dicionário da língua portuguesa: *“Lugar onde se concentra o poder ou a administração”*; *“Lugar onde uma empresa ou sociedade tem o seu estabelecimento ou catividade”*; *“Ponto ou lugar onde se concentram certos factos ou fenómenos ou onde um acontecimento se realiza”*; *“Lugar de análise, discussão ou avaliação de algo”*.

Ora, esta lembrança, porque em sede de comissão, na discussão desta iniciativa, o Sr. Secretário disse que iriam “manter os múltiplos centros operacionais, que os meios alocados deveriam ficar onde estão e que não seria por via da fusão das empresas que existiriam transferências de trabalhadores”...

É lógico pensar-se que as nomeações para os novos órgãos de gestão sejam para que fiquem colocados na Horta, ou não?

Ou o Governo Regional pretende fazer uma Sede que de “Sede” apenas terá a designação inscrita numa placa toponímica?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Transmaçor tinha a sua Sede e o seu centro operacional na Horta.

Dada a importância que o Governo Regional deu ao Plano Integrado de Transportes, colocando as ilhas do triângulo como ponto de partida.

Uma vez que é no Triângulo que se verifica um transporte continuado ao longo do ano...

O CDS-PP entende que não é coerente, por um lado, achar que somos o exemplo perfeito e ser a rampa de lançamento para as experiências do plano integrado de transportes e, por outro, não o ser...

A Sede da empresa de transporte marítimos de passageiros, os serviços administrativos e o seu controlo operacional devem funcionar na Horta.

Assim, e a terminar, saudamos esta iniciativa da Representação Parlamentar do BE, manifestamos a concordância do CDS-PP e aspiramos que o Triângulo S. Jorge/Pico/Faial saia do papel e se torne real para que o justo e harmónico desenvolvimento das ilhas dos Açores comece a ser efetivo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que em nome do BE congratulo-me pelo facto do PS votar favoravelmente este Projeto de Resolução e penso que todos e todas as faialenses se congratularão também.

Na realidade, lamento que várias perguntas fiquem sem resposta.

Compreendo, porque fui testemunha do momento difícil que o Sr. Secretário (fomos todos aliás) Regional de Turismo e Transportes estava fisicamente a atravessar, que ele esteja ausente deste Plenário, neste momento.

Compreendo isso e desejo-lhe as melhoras rápidas daqui desta tribuna, mas não posso deixar de lamentar simultaneamente que a sua ausência invalide o esclarecimento cabal...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não invalida nada! Pergunte!

A Oradora: ... e definitivo do que é que se entende por a sede da nova empresa, resultante da fusão da Atlânticoline com a Transmaçor, ficar sedeadada na Horta.

O que é que fica sedeadado na Horta? Um apartado? Uma caixa de correio? Um escritório com uma placa a dizer “Sede da nova empresa”?

Deputado Francisco César (PS): Não leu o relatório? Está escrito no relatório!

A Oradora: O relatório não diz nada.

Deputado Francisco César (PS): Não diz, porque a senhora não quer que se diga, mas não estamos cá para isso!

A Oradora: Pergunto isto, vários Deputados perguntam isto e o Sr. Secretário Regional diz sempre a mesma coisa, ou seja, coisa nenhuma. Não clarifica coisa nenhuma!

Lamentavelmente continua a não estar cá por razões que todos nós percebemos, mas é um momento, uma oportunidade falhada e não restará outra possibilidade

se não a tal permanente fiscalização para ver quando, se e como, o Governo Regional cumpre o compromisso que agora assume, uma vez que o PS votará favoravelmente este Projeto de Resolução do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira questão, uma nota prévia, o Sr. Secretário Regional do Transportes e Turismo não pode estar presente esta tarde, não por motivos de saúde, mas sim porque teve que deslocar-se para Lisboa. Como sabem, amanhã inicia-se a BTL, em Lisboa.

Deputada Zuraída Soares (BE): Foi visível que estava doente!

O Orador: Além de estar doente, mas vai.

Os Açores são a Região convidada e amanhã será a abertura com a presença do Sr. Primeiro-Ministro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E do Sr. Presidente do Governo também!

O Orador: Tendo em conta essa realidade dos Açores ser a Região convidada e ser a Região de destaque na BTL, evidentemente o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo teve que ausentar-se para apanhar o avião para poder estar presente nesta feira, que penso que é fundamental para a promoção do turismo dos Açores e por um aspeto estruturante no âmbito da nossa atividade económica.

Mas o facto do Sr. Secretário não estar presente não inviabiliza, de maneira nenhuma, que o Governo possa, no âmbito daquilo que são as suas competências, poder continuar a participar da mesma forma neste debate. É isso que gostaria também de fazer.

Ouvi aqui há pouco uma expressão de que toda esta temática procurava saber e definir onde é que era a sede da empresa que resultaria da integração de duas empresas.

O Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, em nome do Governo, no dia 28 de fevereiro, respondeu claramente a essa questão e disse claramente que

a sede desta empresa seria sedeada na Horta, o que correspondia evidentemente àquilo que era o anseio manifestado por um conjunto de pessoas e de partidos. Já ouvi dizer hoje que é pouco.

Pois, há aqui alguns que são coerentes. Da coerência não se livram, isto é, se o Governo faz, acham que não devia fazer.

Deputada Zuraida Soares (BE): Não está a falar para o Bloco de Esquerda!

O Orador: Não estou a falar consigo!

Se o Governo não faz, acham que devia fazer, ou seja, a coerência é clara. A posição é sempre contra aquilo que o Governo faz: se o Governo faz, não devia fazer; se o Governo não faz devia fazer.

Sobre coerência estamos conversados, os açorianos sabem qual é a posição dessas pessoas. A posição delas é só uma: serem contra, independente do quê. São sempre contra desde que a posição contrária seja a do Governo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Mas gostaria de dizer que o mais importante na matéria dos transportes foi referenciado claramente pelo Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo na Comissão, no dia 28.

Primeiro princípio: sede da nova empresa na cidade da Horta;

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Defina-se!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estava a pensar no Sr. Deputado Lizuarte Machado, percebemos!

O Orador: Segundo princípio: não há qualquer despedimento;

Terceiro princípio: não há qualquer deslocação de funcionários entre ilhas, salvaguardando-se os postos de trabalho existentes.

Quarta questão que gostaria de deixar aqui e de anunciar, prova da nossa convicção nesta matéria, é que no início desta semana foi, por exemplo, já autorizado à empresa ainda existente, à Transmaçor, a contratação de 16 novos funcionários, todos eles para exercerem a sua atividade aqui na Ilha do Faial e na cidade da Horta.

Deputada Zuraida Soares (BE): Isso é uma resposta!

O Orador: Quero dizer-vos que não é com intenções, é com atos concretos, com ações concretas que concretizamos aquilo que é o nosso compromisso, mais precisamente seis novos marinheiros, oito novos assistentes de bordo, um novo engenheiro mecânico e um novo funcionário administrativo.

Foi autorizado no início desta semana a abertura desses concursos ficando os dezasseis trabalhadores sedeados aqui na Horta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com os barcos parados!

O Orador: Concretizamos assim, com a sede da nova empresa na cidade da Horta, a não existência de despedimentos, a não existência de transferências de funcionários entre as ilhas e a consolidação deste projeto que, sendo um projeto açoriano para melhorar a qualidade de transportes marítimos entre as ilhas dos Açores,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Com os barcos parados!

O Orador: ... tem o seu centro nevrálgico, nesse aspeto, aqui na cidade da Horta.

Como também dissemos que não basta apenas a sedeação de empresas, anunciámos recentemente, por exemplo, para os passageiros que faziam o transporte regular e praticamente diário entre o Faial e o Pico, um desconto ao longo do ano de forma significativa, o que representa um abaixamento dessa tarifa e desse preço de passagem para aqueles que sendo do Pico têm necessidade de trabalhar no Faial ou sendo do Faial têm necessidade de trabalhar no Pico. Isso essencialmente é o que interessa aos faialenses e aos picoenses, isso é essencialmente o que interessa aos açorianos. O resto são conversas para poucos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra a Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Berto Messias (PS): Os Srs. Deputados do Faial não se inscrevem?!

Deputado Luís Garcia (PSD): Falamos daqui a uns meses!

Deputado André Bradford (PS): Ah! É daqui a uns meses!

Deputado Luís Garcia (PSD): Lembra-se da Rádio Naval da Horta! A assinatura que está lá é sua!

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP dará o seu voto favorável a esta iniciativa do BE.

Relativamente a algumas questões que há pouco na discussão da Petição tinha deixado para fazer nesta fase do debate, neste debate do Projeto de Resolução do BE sobre não a decisão da fusão das empresas, mas também de sedear na Horta a sede e, digamos, as operações da nova empresa que resulta da fusão da Transmaçor e da Atlânticoline, foram já e em parte respondidas pelo Sr. Vice-Presidente do Governo.

Portanto, para já não tenho mais questões. Vou aguardar por uma altura em que esteja cá o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, a quem desejo as melhoras, e também depois de analisar o Plano Integrado de Transporte.

Muito obrigado Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para fazer apenas um esclarecimento que me parece importante, visto que muito se tem falado nesta casa sobre a questão da caixa postal ou do apartado. Importa dizê-lo nesta câmara que eu não sei de onde é que vem estes conceitos, mas a verdade é que isto não tem acontecido.

Em relação ao Faial, por exemplo, a Portos dos Açores foi sedeada cá, está cá efetivamente o Presidente do Conselho de Administração...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é para rir!

Deputado Luís Garcia (PSD): Esse facto é um belo exemplo!

O Orador: ... e tem os seus centros operacionais para o resto das ilhas.

Importa também dizer aqui que hoje, no Faial, temos um administrador da Atlânticoline, o Sr. Luís Paulo Morais, que por sua vez é que também gere a Transmaçor e tem feito um trabalho exemplar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ui!

O Orador: A mostra da forma estruturante como o Governo vê a centralidade do Faial nessa questão são as palavras do Sr. Vice-Presidente do Governo que hoje, aqui, já anunciou uma série de postos de trabalho que se vão criar.

A verdade é que mais uma vez o PS cumpriu os seus compromissos ...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e por muito que custe isso aos partidos da oposição estamos cá para aprovar os projetos de resolução, estamos cá para discutirmos as petições, e estamos cá também para vos dizer, neste caso aos partidos da oposição aqui presentes nesta câmara, que o PS cumpre os seus compromissos.

Esta é a prova disso. Apesar de uns virem hoje tentar tirar dividendos políticos, outros através da comunicação social também tentarem tirar dividendos políticos, a verdade é que deviam ouvir as palavras do Sr. Deputado Costa Pereira que diz, e muito bem, “estamos todos aqui pelo mesmo e vamos votar isso em unanimidade”.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual é o compromisso do Governo para a plataforma logística relativamente ao Faial?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que esta questão está esclarecida, vamos aguardar por ela.

Há, no entanto, aqui outras preocupações. Apesar do Sr. Secretário Regional dos Transporte e Turismo não estar, de qualquer forma eu gostaria de falar noutras preocupações que tenho, até porque o Sr. Vice-Presidente já se mostrou disponível para responder a todas estas questões.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Outra vez? Uma vez chega! Sr. Vice-Presidente, eu não aceitava isso!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não abuses!

O Orador: Há aqui outras preocupações que certamente são da Representação Parlamentar do PCP, são certamente partilhadas por outros partidos com assento nesta câmara, mas são sobretudo as preocupações dos cidadãos e das empresas que estão expectantes relativamente à entrada em funcionamento do novo Plano de Transportes, não só para o triângulo, mas para o grupo central, designadamente de passageiros, mas também de viaturas e de carga.

Há aqui algumas preocupações que são tão importantes como esta e, uma vez que esta está resolvida, aproveito aqui a oportunidade para lançar mais algumas questões. Têm a ver com certeza, e já falei aqui no Plenário do mês passado, com as frequências, mas têm sobretudo a ver com os preços que irão ser praticados...

Deputado Miguel Costa (PS): Já foi anunciado que eram mais baratos!

Deputado Francisco César (PS): Isso não está no âmbito da discussão!

O Orador: ... preços esses que não podem ser de maneira nenhuma impeditivos de que se potencie o investimento feito pela Região.

Assim informo a câmara que ainda esta semana teremos oportunidade de discutir aqui um Projeto de Resolução do PCP sobre as questões do tarifário, designadamente para a circulação de viaturas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares, pede a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (BE): Para uma interpelação pacífica, Sra. Presidente.

Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos dentro de 15 minutos.

(Pausa)

Peço desculpa às Sras. e Srs. Deputados.

Apesar de ser pacífico o pedido de intervalo, o Sr. Deputado Costa Pereira já tinha pedido a palavra para uma declaração e voto, por isso dou-lhe a palavra então Sr. Deputado.

(*) **Deputado Jorge Costa Pereira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD deu o seu voto favorável a esta iniciativa legislativa no pressuposto de que nesta legislatura vai ser cumprido aquilo que ela contém na sua parte resolutiva e aquilo que ela contém na sua parte resolutiva é **“que o Governo decida urgentemente sobre a fusão das empresas “TRANSMAÇOR – Transportes Marítimos Açorianos, Lda” e “ATLÂNTICOLINE, SA”;**
Que a sede da entidade resultante desta fusão, bem como a sua Administração, centro operacional e serviços administrativos, se localize na cidade da Horta”.

Votámos a favor disto porque este português não tem duas leituras, só tem uma e é essa que nós vamos fiscalizar no futuro.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do PS congratula-se com esta decisão do Governo de sedear na Horta a sede da futura empresa que fundirá a Atlânticoline com a Transmaçor e também, para que fique registado em diário

de sessões, que mais uma vez o PS vê e viu aqui na Horta a importância que tem esta área. Que fique aqui referenciado e registado que o PS não vê a Horta nem o Faial indiferenciado das outras ilhas e vê isto como num projeto regional para o desenvolvimento, neste caso dos transportes marítimos dos Açores.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O conjunto de argumentos que tive oportunidade de aduzir na Petição são os mesmos em relação à iniciativa do BE.

Na altura em que o BE apresentou este Projeto de Resolução perguntei qual é a pressa?

Eu queria que a decisão que fosse tomada fosse uma decisão com fundamento. E dizia o Governo: “Não, este Projeto de Resolução não deve ser observado, analisado com urgência, porque nós estamos aqui a realizar uns estudos para que esta decisão seja uma decisão racional ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Estavam de acordo, o Sr. Deputado e o Partido Socialista!

O Orador: ... e, portanto, esperem por estes estudos e esperem por esta investigação científica”.

Passados poucos dias verificámos qual era o objetivo dessa investigação científica. O objetivo era colocar-se no palanque e ser o primeiro a dizer: “a decisão está tomada, meus senhores, é na cidade da Horta”.

A investigação científica, os fundamentos científicos, os fundamentos dos estudos nem vê-los.

Deputado Luís Garcia (PSD): Foi show-off!

O Orador: Os estudos nem vê-los!

O que nós vimos foi a corrida para o palanque para dizer: “Não. Não. Nós chegámos em primeiro lugar, nós decidimos em primeiro lugar”.

Em relação à fundamentação técnica eu não a vejo. O que vi foi um discurso de um político a falar de assuntos políticos, tomando uma decisão política em relação a esta matéria.

Fundamentação e argumentação, isso arranjou-se em cinco dias, porque cinco dias depois, o que não era urgente já era urgente que o PS o dissesse de forma urgente.

Deputado Francisco César (PS): O senhor anda deslumbrado consigo próprio!

O Orador: Portanto, meus senhores, a vossa posição que eu apoiei na altura, se era necessário esperar pelos estudos, eu achei sim, com certeza. Todos nós estamos à espera que se tome uma decisão do ponto de vista da racionalidade fundamentada em estudos. Eu achei que sim.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ingenuidade!

O Orador: Mas mais uma vez esta maioria do PS não estava à procura de nenhuma fundamentação, estava à procura de um momento e estava à procura de se elevar no palanque e dizer: “fui eu, fui eu, fui eu”.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais declarações de voto vamos então fazer o nosso intervalo.

Regressamos às 16 horas e 45 minutos.

Eram 16 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos então recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 52 minutos.

Entramos no ponto 3 da agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/X – “Adapta à Região Autónoma dos Açores o regime jurídico do trabalho portuário e estabelece normativos sobre formalidades respeitantes ao efetivo dos portos da região”.**

Os tempos são os habituais.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente para apresentação do diploma.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de diploma que o Governo dos Açores apresentou hoje a este Plenário visa adaptar à Região o regime jurídico do trabalho portuário e estabelecer normativos sobre formalidades respeitantes ao efetivo dos portos da região.

Com esta proposta pretende-se atingir três objetivos:

1º. Proceder à adaptação orgânica do regime jurídico de trabalho portuário na Região Autónoma dos Açores, atualizando a identificação dos órgãos e serviços da administração regional competentes para aplicação desse regime na Região;

2º. Instituir procedimentos de comunicação e registo do efetivo dos trabalhadores das empresas de estiva e das empresas de trabalho portuário afetos a cada porto sob administração da autoridade portuária dos Açores, a Portos dos Açores, S. A.

Com esta medida pretende-se manter um registo atualizado pelo efetivo dos trabalhadores afetos a cada porto, sob jurisdição da autoridade portuária dos Açores, o que irá permitir igualmente o reconhecimento e integração desses trabalhadores no efetivo portuário nacional, o que não se verificava atualmente por falta de previsão normativa.

Alargar em 8 meses o período de alteração das disposições constantes do instrumento de regulamentação coletiva de trabalho, de conteúdo contrário ao disposto no Decreto-Lei 280/93, alterado pela Lei 3/2013.

Com esta medida é concedida uma extensão do prazo para as empresas de estiva poderem adaptar os seus acordos coletivos de trabalho às alterações introduzidas ao regime jurídico do trabalho portuário.

Note-se que de acordo com o artigo 8º. desta Lei 3/2013, as disposições constantes de instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho, de conteúdo contrário ao disposto no referido Decreto-Lei n.º 280/93, na redação conferida por esta Lei, devem ser alterados no prazo de doze meses após sua entrada em vigor, ou seja, até 1 de fevereiro de 2014.

Assim com a presente proposta de Decreto legislativo Regional esta alteração poderá ocorrer até 1 de outubro deste ano.

Por fim, gostaria de informar a câmara, que esta proposta obteve o parecer favorável dos Sindicatos dos Trabalhadores Portuários da Região, os três sindicatos, bem como das entidades patronais, sendo por isso uma iniciativa que visa que os trabalhadores portuários, no âmbito da movimentação de cargas nos Açores, passem a estar em igualdade de circunstâncias com os restantes trabalhadores nacionais, conferindo assim maior eficácia, eficiência, sustentabilidade e produtividade a atividades dos portos nos Açores e sendo por isso também um contributo para o incremento do desenvolvimento económico da nossa Região.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Não vou acrescentar praticamente nada àquilo que o Sr. Vice-Presidente acabou de referir na apresentação deste diploma.

De facto tendo em conta as recentes alterações ao regime jurídico do trabalho portuário e ao facto do nosso Decreto Legislativo Regional 15/94/A se encontrar desatualizado, torna-se necessária a aprovação deste Decreto Legislativo Regional que está neste momento em discussão e futura votação nesta câmara.

Nesse sentido e até porque quer os sindicatos, quer a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores deram parecer favorável (no caso dos sindicatos favorável, no caso da Câmara de Comércio não tinha nada a objetar, a opor), o PSD votará favoravelmente este diploma.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que temos em mãos, apresentada pelo Governo Regional é no fundo uma adaptação administrativa da Lei 280/93, de 13 de agosto.

É verdade que quer as associações patronais, quer os sindicatos aceitaram esta adaptação e deram-lhe o seu parecer favorável.

Tendo em conta o seu teor, que nós considerámos mais ou menos inócuo, nada leva o BE a não viabilizar esta Proposta de Decreto Legislativo Regional votando a favor do referido diploma.

No entanto, não podemos deixar de aqui recordar que o mesmo diploma foi profundamente alterado, por iniciativa do Governo da República, e aí sim com uma vertente profundamente negativa para os trabalhadores, pois lança este setor dos trabalhadores portuários numa precaridade selvagem.

Quando foi anunciado o título do diploma eu tive, o BE teve a esperança de que pudesse ser mais ambicioso, mas afinal o Governo Regional não teve coragem de defender os trabalhadores portuários dos Açores desta alteração terrível para os próprios.

A Lei 99/21 que altera as relações laborais nos portos é uma autêntica lei da precaridade e aqui é que o Governo Socialista devia mostrar aquilo que todos os dias prega, apregoa e promete, ou seja, a defesa dos trabalhadores, a balança adaptação desta lei à realidade dos Açores e à defesa de quem nos seus portos trabalha.

Portanto, o desafio do BE fica aqui: que a defesa dos trabalhadores portuários dos Açores, que tanto vão ser penalizados pela lei avançada pelo Governo da República, seja também adaptada à Região humanizando-a e tornando-a digna para os trabalhadores.

Não podemos votar contra nem sequer nos podemos abster, pois na realidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional não adapta a lei do Governo da República que penaliza os trabalhadores, limita-se a fazer uma adaptação administrativa mudando algumas nomenclaturas e algumas siglas, o que é verdadeiramente pouco para quem está ameaçado de precaridade e de selvajaria como é o caso destes trabalhadores.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os portos da Região e os seus trabalhadores sempre assumiram um papel preponderante como estruturas fundamentais para o nosso desenvolvimento.

Nesse sentido os Governos Regionais do PS sempre prestaram particular atenção às condições em que os portos desenvolvem a sua atividade sendo eles pilares da nossa economia tão caracteristicamente marcada pela dispersão geográfica das nossas ilhas, como se pode verificar pelos diversos investimentos realizados ao longo do tempo nos portos dos Açores, com vista a um contínuo incremento e desenvolvimento da economia das nossas ilhas.

No que toca ao trabalho portuário propriamente dito e especificamente a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, com a aprovação da Lei 3/2013, de 14 de janeiro, que altera o Decreto-lei 280/93, de 13 de agosto, que estabelece o regime jurídico desse mesmo trabalho portuário, afigurou-se necessário adaptar legislação regional à nacional, sendo esta proposta a representação disso mesmo.

Contudo, aquilo que poderia ter sido uma mera adaptação orgânica/administrativa foi oportunamente aproveitado para se dar um passo em frente corrigindo uma desigualdade existente, ou seja, a não equiparação dos trabalhadores dos portos dos Açores aos trabalhadores dos portos situados em território continental, por não estarem incluídos no efetivo portuário nacional.

Cria igualmente procedimentos de comunicação e registo do efetivo dos trabalhadores, dos operadores portuários, afetos a cada porto sobre a administração da autoridade portuária dos Açores, colmatando novamente uma falha existente.

É de louvar a iniciativa do Governo Regional dos Açores em corrigir esta desigualdade e em encetar um processo de conversações que envolveu tanto sindicatos, como entidades patronais e que, como tal nos foi transmitida em

Comissão pelo Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, mereceu ampla aceitação por todos os envolvidos.

Neste sentido, não obstante a Sra. Deputada Zuraida Soares ter dito que esta é uma lei da precaridade, gostava de relembrar que esta Lei 3/2013, que entrou em vigor na República decorre também de um acordo que foi assinado entre o então Ministro da Economia e do Emprego, Álvaro Santos Pereira, e diversas associações de operadores portuários, pela UGT, Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores Portuários, que subscreveram as alterações que estão patentes nesta Lei 3/2013.

Portanto, tanto a Lei 3/2013 na República, como esta aqui, foram negociadas com os sindicatos, os principais visados, e tendo recebido essa aceitação que todos aqui reconhecemos, o PS não terá nada a dizer e irá igualmente dar o seu voto favorável.

Muito obrigada.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que a intervenção da Deputada Marta Couto foi esclarecedora. Foi esclarecedora nesta perspetiva. Isto ao que parece é uma adaptação inócua, mas a verdade é que coloca os trabalhadores portuários da RAA numa situação idêntica à dos trabalhadores do continente.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Já está!

O Orador: Essa situação é de facto muito gravosa e é muito gravosa porquê? É gravosa porque retira o âmbito do conceito legal de trabalho portuário (portanto operações, tarefas e serviços); distorce o conceito efetivo dos portos, alargando ao conjunto dos trabalhos precários, isto é precarizando a atividade; obsta ao exercício do direito constitucional da negociação coletiva e introduz o conceito de trabalho intermitente que é ainda mais lesivo do que aquele que existe no

Código de Trabalho, isto para além de agravar as relações de trabalho portuário para lá do que o Código Laboral estabelece.

Portanto a verdade é esta: parece uma adaptação inócua mas no entender da Representação Parlamentar do PCP deixa os trabalhadores portuários nos Açores completamente desprotegidos.

Aquilo que o Governo Regional aqui vem fazer sob esta forma é uma adaptação apenas de uma parte e não tendo em consideração, aliás como aqui foi referido na intervenção da Deputada Zuraida Soares, os trabalhadores dos portos dos Açores completamente desprotegidos, em igualdade de circunstâncias com os trabalhadores dos portos no continente. Isto não é aceitável, portanto a Representação parlamentar do PCP irá votar contra.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo penso que estamos em condições de votar na generalidade esse diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de DLR foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Este diploma é constituído por 9 artigos.

Não tendo dado entrada na Mesa nenhuma proposta de alteração proponho à câmara a possibilidade de os votar em conjunto.

Não havendo oposição vamos então votar os 9 artigos deste diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: Os artigos anunciados foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Votação final global.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global a Proposta de DLR foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 4 da nossa agenda: **Projeto de Resolução n.º 41/X – “Recomenda ao Governo Regional que proceda a um levantamento e delimitação sistemáticos da titularidade, responsabilidade e competência das diversas entidades envolvidas na gestão, proteção, manutenção e ordenamento das zonas costeiras e de falésia da Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado para apresentação do diploma.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma apresentação muito sucinta.

Esta iniciativa do PCP decorreu da exposição que foi feita por um Presidente de Câmara Municipal, designadamente o anterior Presidente da Câmara Municipal da Calheta, da Ilha de São Jorge, que colocou a esta Assembleia algumas questões sobre dúvidas que se levantavam sobre a titularidade e a responsabilidade, de onde decorriam depois as necessárias competências, para a gestão do território, designadamente na orla costeira, nas falésias e nas acessibilidades a essas zonas.

Essas dúvidas subsistem. De facto, temos um conjunto de instrumentos de gestão do território que foram sendo construídos ao longo do tempo.

Temos uma legislação, até com alguma densificação relativamente a esta matéria, mas a verdade é que as dúvidas subsistem.

Esta iniciativa do PCP tem apenas como objeto clarificar estas questões que têm a ver com a titularidade, com a responsabilidade e competências dos diferentes níveis de poder.

O seu objeto é claro. Portanto, fico-me por aqui nesta apresentação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução é, de facto, complexo e é difícil entender o que se pretende com ele.

Se o problema concreto que leva ao Projeto de Resolução são as questões levantadas pelo Sr. Presidente da Câmara da Calheta, efetivamente, para esta situação, devem ser levantadas questões e devem ser feitos alguns levantamentos que permitam esclarecer os problemas que surgem efetivamente nas fronteiras.

Quando se trata das fronteiras, é exatamente na fronteira que surge a maioria dos problemas.

Ao generalizarmos para a Região Autónoma dos Açores a inventariação, a delimitação sistemática da titularidade, da responsabilidade e da competência das diversas entidades envolvidas na gestão e na proteção, isto é de veras complexo.

É tão complexo que há um parecer de cerca de 200 páginas, dados do Prof. Fernando Alves Correia e da Prof^a Ana Raquel Moniz, que traduz exatamente essa complexidade da sobreposição de vários planos do ordenamento do território, em que há de facto necessidade, perante um problema concreto, de

conformarmos o que é que são as competências de umas pessoas e o que é que são as competências de outras.

Por outro lado, do ponto de vista prático, gostaria de saber qual é a metodologia para essa delimitação sistemática da titularidade? Ou seja, qual é a célula, a dimensão da célula,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Bem lembrado!

O Orador: ... para fazer esta análise?

Quantos seriam necessários para fazer a inventariação ao nível do arquipélago dos Açores?

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Tem que se saber essas coisas todas?!

O Orador: Estamos a falar a nível de freguesia ou estamos a falar a nível de concelho?

Deputados Artur Lima (*CDS-PP*): Muito bem!

O Orador: Por outro lado estamos a falar a nível da propriedade particular, em que vamos ao nível do cerrado. É preciso saber, se vamos ao nível do cerrado, quais são os atributos que são necessários inventariar e o que é que interessa efetivamente para um plano desta natureza?

Eu tenho muita dificuldade em perceber o que é que se pode fazer.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Bem lembrado!

O Orador: Ou seja, perante um problema que é levantado por um Presidente da Câmara que tem uma resolução pontual,...

Deputados Paulo Estêvão (*PPM*): Neste momento também não sabem!

O Orador: ... e que se resolve o conflito, eu tenho dificuldade em perceber como é que o Partido Socialista põe isto em prática e como é que se pode recomendar isto a alguém que possa efetivamente executá-lo.

Muito obrigado.

Deputados Artur Lima (*CDS-PP*) e **Paulo Estêvão** (*PPM*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições. Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD concorda com as motivações, com as razões e oportunidade deste Projeto de Resolução do PCP, o qual resulta da exposição das preocupações do então Presidente da Câmara da Calheta de São Jorge, Aires Reis.

Há, de facto, no que diz respeito à titularidade, responsabilidade e competências das diversas entidades envolvidas na gestão, proteção, manutenção e ordenamento das zonas costeiras e de falésia dos Açores, um excesso de legislação e uma grande densidade de regulamentar, é óbvio.

Pode mesmo dizer-se que é a pegada de Álamo Meneses na governação regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem dito!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A azia ainda não passou!

O Orador: Esta opacidade legislativa é responsável pela criação de confusão nos cidadãos, bem como nos vários níveis de poder...

Deputado André Bradford (PS): O senhor ainda não aceitou que perdeu a câmara!

O Orador: É a realidade. Os senhores não gostam, mas é a realidade. E causamos problemas, na governação.

... que atuam sobre as diferentes áreas territoriais.

Infelizmente o parecer jurídico encomendado pela CAPAT não ajudou a esclarecer as questões que este Projeto de Resolução levanta, muito pelo contrário, acabou por contribuir para a confusão e para a confirmação do grau de complexidade da matéria em causa.

Os sucessivos governos regionais foram férteis na produção legislativa, mas estéreis na operacionalização da regulamentação produzida.

Há conflitos e sobreposições entre a legislação produzida e em vigor que levam a outros restantes conflitos entre entidades tutelares.

Os Governos criaram este novelo e deve ser também o Governo a fazer a respetiva clarificação.

Esperamos que sejam capazes de ter sucesso.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente estamos perante uma matéria complexa, composta por um sistema complexo onde relevam, por exemplo, questões de domínio público. Dentro do domínio público identificamos, desde logo, três sujeitos: o Estado, a Região e as autarquias locais.

Dentro do domínio público a titularidade pode não acompanhar a gestão, o que acontece muita vez, por exemplo, em áreas onde o Estado é o titular, mas por força do Estatuto Político Administrativo a Região tem a gestão em áreas cuja titularidade do domínio público é do Estado, uma área também onde existe, é verdade, um conjunto importante de instrumentos de gestão do território, um conjunto complexo, é verdade, mas que tem uma hierarquia.

Sabemos, por exemplo, que os Planos Municipais não se podem sobrepor aos Planos de Ordenamento da Orla Costeira.

Portanto, dentro desta complexidade o legislador... Devo dizer ao Sr. Deputado Luís Rendeiro que não foi o legislador regional, não que o Prof. Álamo Meneses não o pudesse ter feito, porque fez uma coisa muito melhor,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Fazia isso e muito melhor?!

A Oradora: ... fez o regime jurídico...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... dos instrumentos de gestão territorial da Região Autónoma dos Açores.

O senhor não estava cá na legislatura passada, mas certamente já se demorou por essa peça importantíssima do nosso ordenamento jurídico e percebeu que uma das coisas que se pretendeu fazer foi efetivamente acabar com esta multiplicidade de planos, criando um único plano especial de ordenamento do

território, que é o plano de ilha, que englobará as bacias hidrográficas, a orla costeira, os riscos, planos esses que o seu Governo da República se prepara para acabar com eles e deixar tudo nas mãos das autarquias. Com isso é que o Sr. Deputado devia estar preocupado,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: ... é com o que o seu partido na República está fazendo ao ordenamento do território.

Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quando se fala na República os senhores ficam com dores de barriga!

A Oradora: Voltando à matéria que nos traz aqui e à intervenção do Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Eu discordo de si num aspeto. A norma não é feita para cada unidade territorial. Não se faz uma norma para um cerrado, ou para outra unidade territorial qualquer, a não ser que se trate de uma unidade territorial que pelas suas características mereça um regime especial de proteção e temos, aí sim, planos especiais, como temos o Plano da Paisagem da Vinha do Pico, como temos os Planos das Bacias Hidrográficas das Lagoas, onde temos normas para unidades territoriais específicas.

No geral, a norma é para uma tipologia de unidade territorial, não para a unidade específica.

Isto para dizer que sendo um sistema complexo, que exige que nos debrucemos sobre ele com calma, conhecendo todas as hierarquias que são necessárias estabelecer para que o sistema funcione, o nosso entendimento é de que os conflitos muitas vezes existem por não se aplicar corretamente esta hierarquia.

Entendemos que existe, que temos um edifício extremamente interessante e até no que toca ao caso dos Açores temos um regime de instrumentos de gestão do território extremamente inovador que visa precisamente retirar muita da complexidade e do risco de sobreposição que existiria com a continuação da aplicação do sistema nacional.

Não quer isto dizer que na prática, quando temos tantos intervenientes (já vimos do lado dos poderes públicos temos Estado, Regiões Autónomas e autarquias, mas temos também os privados que muitas vezes são proprietários de prédios que se incluem nestas áreas de domínio público), a proposta do PCP não possa trazer alguma clarificação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nenhuma!

A Oradora: Nós discordamos, Sr. Deputado Artur Lima.

Tendo sido identificadas dificuldades na interpretação dos instrumentos que se nos apresentam, e tendo já sido confrontados por mais do que uma vez com pretensos conflitos de competências, neste caso até positivos, sobre uma mesma parcela do território, não nos parece que venha nenhum mal ao mundo fazer um esforço no sentido de tornar clara e apreensível a todos os cidadãos, muito em especial aos cidadãos particulares, a aplicação destas normas, porque eles são muitas vezes proprietários de frações do território que se incluem nestas zonas abrangidas pela resolução.

Pode inclusivamente acontecer que desse trabalho de sistematização e de clarificação que se faça se identifiquem aspetos que careçam, como se diz na resolução, de densificação.

É para isso que aqui estamos, é para ouvir as questões que nos são colocadas e procurar responder a essas questões dentro das nossas competências e com todo o nosso empenho.

É por isso que o Partido Socialista declarou, embora entendendo que o sistema sendo complexo é claro, que nada tinha e nada tem a opor a esta proposta de resolução apresentada pelo PCP.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu devo dizer que estou absolutamente perplexo com esta questão, com as questões que foram aqui levantadas e com o desenrolar desta discussão.

Deputado José Ávila (PS): Porquê?

O Orador: Estou pelo menos tão perplexo como o Sr. Deputado Aníbal Pires em relação à proposta que acaba de apresentar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu estou perplexo!

Deputado José Ávila (PS): Olhe que não!

O Orador: Também estou bastante confuso em relação ao posicionamento do Partido Socialista nesta matéria.

Vejam bem, a questão aqui é a seguinte:

Diz o Governo (e espero que diga qualquer hoje sobre este assunto, porque aqui, o Governo, é que tem alguma novidade para apresentar), o Secretário Regional:

“O Secretário Regional conclui, assim, que as circunstâncias em que o proponente coloca a sua proposta não parece ter razão de ser, porque existem muitos documentos legislativos que dão cobertura e enquadramento e permitem uma correta gestão do território, designadamente na orla costeira”.

E continua a dizer que isto não tem razão de ser,...

Deputado Francisco Coelho (PS): É para ver se o Sr. Deputado percebe!

O Orador: ... que não tem nenhuma dúvida e que ele já sabe tudo.

O Partido Socialista o que é que diz?

- Bom, por nós nada a opor. Isto não serve para nada, o Governo diz que não precisa, mas na nossa perspetiva nada a opor em relação a esta iniciativa. O PCP quer propor ao Governo que faça uma coisa que o Governo considera que não tem razão de ser, mas da nossa parte, Partido Socialista, não temos nada a dizer, não temos nada contra.

O que podem ter dito é, isto é só uma pequena perda de tempo, porque o Governo Regional diz que isto não se justifica.

Mas o Partido Socialista diz:

- Como o Governo também parece ter alguma disponibilidade, vamos propor ao Governo que faça uma coisa que o Governo diz que não precisa fazer.

A questão é esta. Eu fico com este posicionamento, do Partido Socialista que não tem nada a opor em propor ao Governo Regional algo que eles dizem que não serve para nada.

Vejam bem, o Partido Socialista podia ter dito o seguinte e eu acho que seria uma posição lógica:

- Meus senhores, Sr. Deputado Aníbal Pires, eu estou de acordo com a sua proposta. Acho que isto é necessário, que este assunto é da maior pertinência. Acho que o Governo Regional quando diz que isto não serve para nada está errado.

O Partido Socialista podia dizer isto, mas não. Mesmo agora a Sra. Deputada Isabel Almeida disse “não temos nada a opor”.

Eu acho que isto é a negação das recomendações...

Deputado André Bradford (PS): O senhor ainda não disse nada sobre o diploma nem sobre a posição do PPM!

O Orador: ... neste Parlamento, que é, o Partido Socialista acha que isto é uma coisa inócua e remete para o Governo. O Governo não pensa fazer nada.

Portanto, isto do ponto de vista político, uma decisão deste tipo vale zero. Zero!

O que é que eu vejo?

Vejo aqui o Partido Socialista a tomar um posicionamento que é pura e simplesmente de total negligência de argumentos em relação a este assunto, porque quando se vota a favor (pensava eu, não sei, estou errado com certeza) de uma proposta é porque se está de acordo com essa proposta.

Deputado Francisco Coelho (PS): O que é que o Sr. Deputado pensa sobre esta resolução?

O Orador: Eu achava que a lógica parlamentar era esta: se votas a favor, é porque consideras que esta recomendação faz sentido. Mas não! O Partido Socialista vota a favor por quê? Porque não tem nada a opor.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): O senhor ouviu o que eu disse, por acaso?

O Orador: É esta a lógica do posicionamento do Partido Socialista nesta matéria.

Por isso devo dizer que tenho as maiores reservas em relação a esta sua iniciativa, Sr. Deputado.

Deputado Francisco Coelho (PS): O senhor deputado devia ter lido a resolução em vez de ler o *Correio dos Açores*!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à intervenção do Deputado Paulo Estêvão apenas um comentário:

Eu não estou perplexo, nem tenho que estar perplexo. A iniciativa é minha e resulta da interpretação de um problema, que é um problema real, não é um problema virtual. O problema existe, o problema foi transmitido a esta câmara, o problema foi identificado também pela Representação Parlamentar do PCP nas visitas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): No terreno!

O Orador: Exatamente!

... coisa que o Deputado Paulo Estêvão não faz.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: V. Exa. vai perdoar-me mas acho que perdeu uma excelente oportunidade de estar calado quando avalia a importância política ou não desta iniciativa.

Quem avalia a importância política desta iniciativa não é V. Exa.,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... é o povo açoriano.

O povo açoriano é que vai avaliar da importância ou não das iniciativas políticas da Representação Parlamentar do PCP e não V. Exa.

A opinião de V. Exa., relativamente a isto, para mim vale o que vale: nada!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Defesa da honra!

O Orador: E vale nada, por quê? Porque sobre a iniciativa do PCP a Representação Parlamentar do PPM disse nada!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Se V. Exa. quiser discutir o conteúdo da iniciativa do PCP cá estamos.

Mas V. Exa. não fez isso. V. Exa. fez outra coisa, sobre a qual eu até nem me vou pronunciar, nem sequer vou adjetivar.

Sobre o Projeto de Resolução do PCP V. Exa. disse nada. A sua opinião vale nada.

Sr. Deputado Félix Rodrigues, percebo a dificuldade de V. Exa. relativamente ao entendimento desta matéria. Aliás, em sede de audição, quando o Projeto de Resolução esteve a tramitar, tivemos, por parte de algumas instituições que foram ouvidas, também a mesma dúvida, isto é, alguma dificuldade na interpretação ou no objeto deste Projeto de Resolução.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Isso não vai acabar bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa coligação com o PS está a fazer-lhe mal!

O Orador: Percebo a argumentação que V. Exa. utilizou, porque resultou de uma exposição feita por um Presidente de Câmara, com uma situação real e concreta, mas isto não se destina de facto àquele concelho, nem a um determinado local. É evidente que isto se destina à Região.

O trabalho (as questões que V. Exa. colocou), é evidente que é o Governo que o vai desenvolver. Se o Projeto de Resolução for aprovado, como parece que vai ser aprovado, isto cabe ao Governo Regional.

Ao autor da proposta coube trazer a esta câmara a preocupação e a tradução de uma preocupação que foi expressa por um Presidente de Câmara, mas que não é só de um Presidente de Câmara. É de várias câmaras, é de várias Juntas de Freguesia e é também dos proprietários dos particulares que têm terrenos nessas zonas.

Portanto, Sr. Deputado Félix Rodrigues, essas questões que colocou, com certeza colocou-as muito bem, mas não é ao autor que compete.

O autor, aquilo que fez foi tomar a iniciativa e traduzir uma preocupação, que é uma preocupação que tem a ver com algum conflito, digamos, de competências relativamente à matéria em apreço.

A matéria em apreço é exatamente procurar clarificar quais as competências dos diferentes intervenientes, o Governo Regional, e até a República, as Câmaras Municipais, as Juntas de Freguesia e particulares. É isso que se pretende, Sr. Deputado, mais nada.

Relativamente à forma como vai ser feito, pois isso caberá ao Governo Regional.

Ao contrário daquilo que disse, pelo menos em minha opinião, o Deputado Félix Rodrigues, infelizmente, em boa hora a Comissão aceitou a proposta do PSD para se pedir um parecer jurídico sobre esta questão. Infelizmente o parecer jurídico não tem, digamos, nem as respostas, nem a qualidade que deveria ter e que era esperada por parte da Comissão. Infelizmente não tem.

Podíamos ter ficado com esse parecer jurídico que foi solicitado, podia o trabalho ter ficado num estágio diferente de adiantamento. Não teve, infelizmente, porque a equipa a quem foi solicitado, e que tem créditos firmados, não foi capaz de dar resposta àquilo que lhes foi solicitado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Por que será que não deu resposta?!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos nós já estamos aqui habituados à postura do Partido Comunista quando alguém diz que não concorda.

Quem não concorda com uma proposta do PCP arrisca-se a ser insultado no plenário. Não é outra coisa.

Disse que “a sua opinião não vale nada”,...

Deputado Francisco César (PS): Não é “não vale nada”! É vale zero!

O Orador: ... que “o Sr. Deputado, em relação à sua fundamentação, vale zero”, ele, o proponente, que tinha apresentado a proposta em 20 segundos, dizendo um conjunto de banalidades e não conseguindo argumentar e sustentar a sua proposta.

O que é que o Governo Regional lhe disse em relação a esta matéria?

O que eu lhe disse foi que o que o Governo fundamentou, em relação a esta matéria, que não considerava adequada.

O que é que lhe disse também a Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores?

Que na sua opinião a gestão da orla costeira e dos recursos hídricos é bastante clara, pelo que solicitou uma melhor identificação do que é que afinal é solicitado pelo PCP.

Portanto, o Governo não percebeu.

O PPM não percebeu, mas já sabemos qual é a posição do PCP em relação à posição do PPM.

A Associação de Municípios também não percebeu.

Até o parecer também tem um problema. É feito com gente competente, mas também não perceberam a questão e não conseguiram responder ao solicitado pelo PCP.

Aqui a questão foi que não conseguiram ter a genialidade de perceber o que é que o Sr. Deputado está a propor.

Os especialistas jurídicos e todos nós, neste Parlamento, ainda não conseguimos perceber a proposta intranscendente do PCP. Deve ser defeito meu.

Diz o Sr. Deputado que o povo vota e que o povo é que interessa.

O povo não vota muito no PCP. Está visto também.

Eu não posso falar (por que não?) é evidente. Não posso falar muito, Sr. Deputado, mas o Sr. Deputado só pode falar o dobro do que eu falo.

Nessa perspetiva também, dessa enorme legitimidade popular, o Sr. Deputado esqueceu-se que não está aqui no Comité Central Chinês e que não está aqui numa qualquer República Popular.

O PCP foi a votos com outros partidos e elegeu apenas um Deputado.

O seu discurso é da legitimidade popular, porque do ponto de vista da proposta, todos os outros proponentes que opinaram sobre ela, tirando o Partido Socialista que nada tem a dizer, não a compreenderam, não a consideram necessária e consideram-na até negativa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vamos ter jejum hoje!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Aníbal Pires, eu não tenho literalmente nada contra o problema que o senhor identifica. Agora tenho é dúvidas como é que se resolve um problema de carácter geral.

Vou ler-lhe apenas o ponto 3 do parecer, de ilustres pessoas, que eu também li e que de facto é intragável.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah! Então estamos de acordo!

O Orador: Diz algo do género:

“A circunstância da zona costeira conglomerar um conjunto complexo de interesses públicos que incluem a tutela do ambiente em geral e dos recursos hídricos em especial, mas envolvem também questões atinentes ao ordenamento do território, ao urbanismo e à economia, permite compreender a dispersão de competências *lato sensu* por várias entidades e órgãos da administração pública. Este motivo justifica igualmente a subordinação da matéria a múltiplos regimes jurídicos”

E eu respondia também à Deputada Isabel Rodrigues com isto:

“... com destaque para as disciplinas normativas atinentes aos recursos hídricos, ao ordenamento do território, ao planeamento urbanístico, ao ambiente e ao aproveitamento dos recursos naturais”.

Repare o Sr. Deputado e a Sra. Deputada que existe na um Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial na Região Autónoma dos Açores, que define exatamente quem é que tem competência, onde, quando e como.

Porquê? Porque temos na Região Autónoma dos Açores (e nem temos todos os planos de ordenamento do território feitos) um PROTA, temos um Plano de Ordenamento da Orla Costeira, temos planos de pormenor, temos planos especiais, temos Planos Diretores Municipais, e tudo isto se sobrepõe e tudo isto aparece a criar problemas de fronteira.

Ora, cada caso é um caso.

O que interessa resolver é quando existe um problema (e acredito que haja problemas nalguns municípios) que se resolva e se procure quem é que tem efetivamente competências dentro dos vários Planos de Ordenamento do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial na Região Autónoma dos Açores.

Não percebo como é que é possível fazer de outra forma, porque não havendo uma questão de escala e havendo uma multiplicidade de instrumentos de gestão do território, em que uns se sobrepõem aos outros, só há que estabelecer aquilo que já está estabelecido, que é o Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial na Região Autónoma dos Açores – Capítulo 2, que inventaria o que é que é.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O projeto resolutivo não é só isso!

O Orador: Se o projeto resolutivo não é só isso, Sr. Deputado, é para saber a competência, a gente percebe quem é que tem competências num Plano Diretor Municipal; a gente sabe quem é que tem competências num Plano de Pormenor; a gente sabe quem é que tem competências num Plano de Urbanização. Portanto não é só isso.

É preciso saber onde é que o Estado Português, ou seja, a República, intervêm? Intervêm em tudo. Basta ver que quando se tratam de questões militares eles intervêm em toda a área da orla costeira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E é possível aumentar!

O Orador: Não percebo como é que isto é prático ou como é que consegue resolver. Eu não estou a tirar o mérito à iniciativa.

Eu creio é que a iniciativa não vai responder a um problema, que provavelmente foi claramente identificado, num concelho específico dos Açores.

Agora, para esse problema há que fazer a tal inventariação que aqui é proposta. Aplicar isto à Região Autónoma dos Açores acho que não faz sentido, porque não está definida a escala de avaliação, não estão definidos quais são as características a avaliar, nem percebo como é que é possível fazer isto quando a orla costeira...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Deputado, a sua opinião vale zero!

(Risos do Deputado Paulo Estêvão)

Deputado Aníbal Pires (PCP): A tua é que vale zero!

O Orador: ... dos Açores pode ter uma geometria fractal, o que quer dizer que é infinito e é infinito o trabalho que aqui está associado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Félix Rodrigues, há aqui uma questão que julgo que é importante que se reconheça, que é a existência de um problema. Estamos de acordo. Existe um problema.

Aquilo que se propõe é a tal identificação, o levantamento sistemático da titularidade, das responsabilidades e competências. Porquê? Qual é o objetivo desse levantamento?

O objetivo desse levantamento é fazer uma apreciação... Ou melhor, desse levantamento pode decorrer ou não a necessidade de alterações legislativas, que é o que diz, por isso é que lhe estava a dizer num aparte que não é só o levantamento. É também o resultado desse levantamento que pode levar à necessidade de fazer algumas alterações ao quadro legal existente.

Sr. Deputado Artur Lima, fazer algumas alterações ao quadro legal, se houver necessidade disso.

A questão é clara e julgo que estamos de acordo. Aliás, o Sr. Deputado acabou por vir concordar comigo na avaliação que faz ao parecer que foi solicitado ao gabinete jurídico, salvo erro, de Coimbra.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, julgo que todas as bancadas compreenderam. Se calhar compreenderam porque entretanto acompanharam o processo e tiveram oportunidade de ler o Projeto de Resolução do PCP.

Aliás, quer das intervenções das bancadas do PSD, do CDS e do Partido Socialista, percebemos que se falou do objeto desta Resolução, concorde-se ou não se concorde com ela.

Da intervenção de V. Exa. a única conclusão que se pode retirar é que V. Exa. preocupou-se foi com a China.

Estamos a falar dos Açores, Sr. Deputado.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Há muitos chineses nos Açores, cada vez mais!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por referir a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão que, com certeza, não esteve atento a toda a minha intervenção. Ouviu só a parte final.

Aquilo que fiz ao longo da minha intervenção foi, primeiro, reconhecer que à semelhança daquilo que é dito no parecer que a Comissão solicitou, estamos na presença de um sistema complexo onde convergem diversas entidades, com diversos interesses, com diversos poderes.

Chamei até à atenção que, em matéria de domínio público, nem sempre a titularidade do domínio público coincide com a gestão dessa mesma área sobre a qual se tem a titularidade.

Para dizer que o Partido Socialista concorda com o Sr. Secretário Regional. Entendemos que o regime jurídico tal como está, sobretudo depois da Região ter elaborado o seu próprio Regime dos Instrumentos de Gestão Territorial que cobre todo este conjunto de situações (dando razão ao Sr. Secretário aí, mas dando também razão ao Sr. Secretário, porque o senhor não cita, mas no fim da intervenção que o Sr. Secretário faz na Comissão reconhece) por vezes suscita dúvidas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro!

A Oradora: A verdade, Sr. Deputado Paulo Estêvão, é que, tratando-se de um sistema desta complexidade, temos que entender e aceitar que muitas vezes as entidades chamadas de uma forma ou de outra a intervir, por um qualquer acontecimento na sua área territorial de intervenção, tenham dificuldade em balizar essa sua atuação.

Aquilo que o Partido Socialista entende que é um contributo importante, face à questão suscitada pelo PCP, é que se sistematize esta informação que existe e este ordenamento jurídico que existe, adotando-se até uma atitude pedagógica, se quisermos, e de esclarecimento, daqueles que são os diversos intervenientes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É como o *Melhoral*, Sra. Deputada, não faz bem nem faz mal!

A Oradora: Acha o Sr. Deputado Paulo Estêvão que me deveria opor a um melhor esclarecimento de todas as entidades que intervêm nesta matéria? Obviamente que não, Sr. Deputado!

Só posso entender a sua intervenção, porque não prestou atenção à minha. Portanto, os fundamentos que invoquei passaram-lhe ao lado.

Da mesma forma, para dizer ao Sr. Deputado Félix Rodrigues, não me querendo repetir, que não vejo esta proposta do PCP como, parece-me, o Sr. Deputado está a ver.

Estou a ver que na sua perspetiva vamos pegar no mapa dos Açores, unidade territorial mais pequenina, unidade territorial maior, e definir para cada um dessas unidades ou células, como o Sr. Deputado lhe chamou, quem é que intervém, onde e em quê.

Eu não creio que seja isso que o PCP pretende que se faça. Acho que aquilo que o PCP pretende que se faça é uma sistematização, que seja ao mesmo tempo esclarecedora, daquele que é o ordenamento vigente e nada mais do que isso.

Naturalmente que nós, acompanhando, aliás, aquelas que foram as declarações do Sr. Secretário Regional que reconheceu que por vezes se suscitam dificuldades e eventualmente até conflitos de competência, refiro eu, na minha primeira intervenção, a resposta positiva a esta proposta do PCP só pode ser uma mais-valia e só pode ser benéfica para todos os intervenientes, voltando eu a sublinhar o que disse na minha primeira intervenção, os intervenientes particulares, porque num território como o dos Açores, sabemos bem que há muitos particulares que são detentores de prédios na orla costeira.

Portanto, os próprios particulares, e serão eles à partida aqueles que terão eventualmente maior dificuldade na apreensão do sistema por não terem os recursos técnicos ao seu dispor, serão certamente uns dos principais beneficiários de uma resposta positiva a esta proposta do PCP.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra, mas já só tem 3 minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Podendo eventualmente provocar novamente a ira pela discordância política em relação ao PCP, uma discordância que é sempre legítima num sistema democrático, devo dizer e reiterar, Sra. Deputada Isabel Almeida, o que é que disse o Governo em relação a esta matéria.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Sr. Deputado, eu é que fiz o relatório!

O Orador: Volto a repetir o que está no relatório e foi escrito por V. Exa.

Ao concluir a sua intervenção, o que é que diz o membro do Governo?

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Sr. Deputado, eu é que fiz o relatório!

O Orador: "...considerou que, pese embora a densidade regulamentar, existem mecanismos de gestão rigorosa do território pelo que não lhe parece necessário tomar qualquer atitude nesta matéria."

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Veja o último parágrafo!

O Orador: Mais claro do que isto não existe, Sra. Deputada.

O que é que disse o Partido Socialista em sede de Comissão?

"Não nos opomos".

Disse, isto é uma maravilha? Isto é as sete maravilhas? Vamos meter isto ao lado dos jardins da Babilónia?

Não!

O que é que disse o Partido Socialista?

"Não nos opomos".

Foi o que eu li. Isto é factual.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Sr. Deputado, vai desculpar-me, mas o debate está a fazer-se agora aqui!

O Orador: O Governo disse não é necessário.

O que é que diz o tal parecer jurídico realizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra? O que é que diz o tal parceiro, aqui demonizado, pelo Sr. Deputado do PCP, porque o parecer, por muito triturado que esteja a ser, não diz o que ele quer que diga, que é, que a sua iniciativa é uma iniciativa brilhante?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh, Sr. Deputado, vá ler! Oiça! Oiça!

O Orador: Este parecer foi triturado e não diz o que o Sr. Deputado do PCP diz.

O que é que o parecer diz, Sr. Deputado?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, oiça!

O Orador: Sra. Presidente, desconte este tempo de interrupção, se faz favor.

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Este parecer trituradíssimo pelo PCP, e é um mau parecer porque não diz o que o Sr. Deputado do PCP quer que diga, diz o seguinte:

“A complexidade dos ordenamentos jurídicos atuais constitui uma delicada tarefa de articulação entre instrumentos normativos, à luz dos princípios da hierarquia e da competência ou mesmo da preferência aplicativa”.

Num estado de direito é isto que têm que fazer os diversos agentes. Não pode dizer outra coisa.

Existem hierarquias e existem agentes e é evidente que se aplica caso a caso.

Sr. Deputado, o que é que o senhor quer fazer?

Desculpe Sra. Deputada, mas o que a Sra. Deputada diz que o PCP diz, não é o que o relatório diz.

O relatório diz uma coisa completamente diferente:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores resolve «recomendar ao Governo Regional que “proceda a um levantamento e delimitação sistemáticos da titularidade, responsabilidade e competências das diversas entidades envolvidas na gestão....»

Depois, continua por aqui fora com esta amplitude...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Leia o resto. Aproveite para ler agora!

O Orador: ... e esta forma desmaterializada como o PCP apresentou esta proposta.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Sra. Presidente, vou concluir.

Eu, pela primeira vez neste plenário, estou de acordo com o Governo Regional nesta matéria. O Governo tem absoluta razão nesta matéria. Esta proposta do PCP é absolutamente intranscendente e vale zero.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Exmo. Senhor Deputado Aníbal Pires, eu acho que se a sua proposta fosse concretizada num determinado espaço era inteligível, razoável e aceitável.

O problema que aqui está é a abrangência da proposta. É tão abrangente que é inconcebível pô-la em prática.

Sejamos sinceros. Eu perguntei acerca da metodologia. Alguém sabe dizer qual é a metodologia?

Dou um exemplo ainda mais concreto.

Imaginemos uma fajã de São Jorge que simultaneamente tem uma reserva especial, simultaneamente nidifica o cagarro, tem uma espécie qualquer protegida, tem gente que pratica agricultura, faz parte do PDM que é reserva agrícola e tem um Plano de Pormenor para o Desenvolvimento e Instalação de Energia Elétrica.

Temos aqui tantas competências, numa fajã (estou a dar um exemplo que é pequeno) que se dermos a volta a São Jorge, só aí eu gostava de saber quantos anos de trabalho teremos para fazer o levantamento sistemático da titularidade, responsabilidade e competência das entidades envolvidas.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Não é isso. É o levantamento jurídico! Isto não é uma investigação académica!

O Orador: Por isso, o regime jurídico é que resolve esses problemas.

Eu estou de acordo com vocês, o regime jurídico!

Se o grande objetivo que aqui está é fazer um estudo para ver se o regime jurídico não se adequa, então a proposta devia ser, faça-se um estudo em que se encontre um conjunto de locais como amostra...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, proponha!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aceita?

O Orador: Aceita a proposta?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não! Faça um projeto de resolução!

O Orador: Há de se fazer, mas não agora.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Não é uma alteração ao seu?

O Orador: Eu pensei que era para alterar o seu.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não! Estamos a brincar com o trabalho dos outros?

O Orador: Ó meu senhor, com todo o respeito, eu não estou a brincar com o seu trabalho.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, não era consigo. Era um aparte mais para o lado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor adotou a iniciativa da Sra. Deputada Zuraida Soares, do Bloco de Esquerda. Estava a brincar?

O Orador: Sra. Presidente...

Presidente: Vamos permitir que o Sr. Deputado Félix Rodrigues conclua a sua intervenção.

Deputado Aníbal Pires (PCP): À vontade! Ninguém interrompeu o Sr. Deputado!

O Orador: O que eu dizia era que se isto fosse proposto como um estudo em que se escolhesse alguns locais específicos, com especificidades diferentes, entenderia perfeitamente que daí sairia um conjunto de dados que permitiria melhorar o regime jurídico dos instrumentos de gestão do território.

O que acontece é que eu não percebo como é que na prática é possível levantar isso. Esta é a minha grande questão.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): É uma questão de perspetiva, Sr. Deputado!

O Orador: Esta questão não me foi respondida.

Como tal, votaremos contra esta proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu fico tranquilo com uma parte deste debate, porque acompanhei os trabalhos da Comissão Parlamentar (Sra. Deputada Isabel Rodrigues, eu pedia-lhe a sua atenção), da qual a Sra. Deputada Isabel foi a relatora (e é a relatora) e produziu o relatório deste Projeto de Resolução do PCP.

Fico descansado, porque sei que a Sra. Deputada sabe o que é que está em jogo e percebeu a complexidade do assunto, até se calhar mais do que o próprio titular da pasta do Governo em questão.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Não seja deselegante!

O Orador: Percebeu que o assunto é complexo e que é necessário votar a favor da proposta do PCP, porque é necessário clarificar as questões legais que estão subjacentes às questões da orla costeira e das fajãs nos Açores.

Tanto assim foi que o parecer jurídico que foi pedido pela CAPAT aos mais eminentes jurisconsultos do País (se não são os melhores andam lá perto) não foi esclarecedor. Foi um documento tão complexo que quase que precisava de um segundo parecer jurídico para explicar o conteúdo daquele parecer jurídico.

A senhora, que tem formação jurídica, teve dificuldade em analisar aquilo. Imagine os outros, como eu, que não temos essa formação jurídica e as pessoas que vão ter que cumprir a lei, as dificuldades que não terão para se movimentar nos meandros da produção legislativa que a Região teve.

Portanto, a senhora sabe exatamente que isso foi uma dificuldade que se teve no trabalho da Comissão e é uma dificuldade que as pessoas que têm que cumprir a lei, e que querem cumprir a lei, enfrentam no seu dia-a-dia, sejam eles titulares de órgãos de poder ou sejam eles comuns cidadãos que estão sujeitos às leis em vigor.

Portanto, lamento que não tenha resistido a vir com questões da República, mas quando o PS-Açores não fala da República fica com “dores de barriga”. Já estamos habituados a isso. Mas não é disso que se trata aqui.

Julgo que fica claro que a Região abusou na produção legislativa própria e complexificou imenso as questões aqui levantadas pelo PCP. Este Projeto de Resolução tem, de facto, toda a razão de ser.

O problema existe de facto e não se pode negar que um dos progenitores do problema foi o Governo dos Açores e os sucessivos Governos dos Açores.

Logo, faz todo o sentido que também seja o Governo a dar resposta às questões levantadas por este Projeto de Resolução do PCP.

Muito obrigado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu confesso que vim para este debate sobre o Projeto de Resolução do PCP razoavelmente tranquila, ainda que expetante quanto a algumas questões e dúvidas, assumindo a minha ignorância em determinado tipo de matérias que pretendia ver esclarecidas neste debate, até porque na realidade os pareceres dados, e que vêm relatados no relatório da Comissão, são pouco esclarecedores relativamente ao esclarecimento de dúvidas e de perguntas, na medida em que quase todos eles assumem a complexidade da temática, da área de abordagem, da área de estudo e a dificuldade de dar uma resposta.

Mas dizia eu que vinha razoavelmente tranquila ainda que expetante, porque achava que fazia sentido, e continuo a achar que faz sentido, este Projeto de Resolução do PCP. Mas agora, neste preciso momento do nosso debate, estou, como diria a Sra. Presidente da Assembleia da República, num momento de “inconseguinto”.

Vejamos bem:

Nós temos um Projeto de Resolução que recomenda ao Governo que “proceda a um levantamento e delimitação sistemáticas da titularidade, responsabilidade e competências das diversas entidades envolvidas na gestão, proteção, manutenção e ordenamento das zonas costeiras e de falésia da Região Autónoma dos Açores.”

Para além disso, o Governo deve também efetuar “as alterações legislativas ou densificações regulamentares necessárias à clarificação das competências das diversas entidades envolvidas nestas áreas”.

Quando eu aqui cheguei, Sras. e Srs. Deputados, eu tinha três dúvidas, por isso é que vinha expetante ainda que tranquila.

Primeira: quem é que vai fazer este trabalho?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues vai responder!

A Oradora: Qual é o departamento do Governo, qual é a entidade que vai fazer este trabalho em todas as suas vertentes?

Segunda pergunta: quanto tempo é que vai levar a fazer este trabalho? Ou seja, ainda haverá fajãs...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, já não há!

A Oradora: ... quando este trabalho chegar ao fim ou elas já terão deixado de existir?

Terceira dúvida com que vim para este debate: com que instrumentos, com que metodologia, é que este trabalho vai ser feito?

Sras. e Srs. Deputados, peço desculpa, mas continuo exatamente na mesma, culpa minha, provavelmente, mas os “inconseguintos” às vezes são assim.

Eu gostava que algum membro do Governo Regional, ou eventualmente a Sra. Deputada Isabel Almeida, que obviamente é muito mais conhecedora desta matéria do que eu, me pudesse dar resposta a estas questões.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Rendeiro, o senhor está a tentar passar para as/os açorianas/os a ideia de que a culpa disto tudo é do Governo Regional, mas eu não vou deixar que essa ideia fique assim.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É isso mesmo!

A Oradora: Se ainda não fui suficientemente clara nas minhas intervenções anteriores, farei um esforço para ser ainda mais clara agora.

Temos aqui três matérias essencialmente: domínio público, recursos hídricos...

Deputado Francisco Coelho (PS): É para ver se V. Exa. percebe!

A Oradora: ... e ordenamento do território.

As leis de base que enformam estas matérias foram feitas por quem? Foi pelo Governo Regional dos Açores?

Não foram e o senhor sabe que não.

Desde logo, no desenvolvimento destas matérias não temos outra alternativa senão atermo-nos àquelas que são as soluções determinadas pela República.

Na matéria que parece que muito vos incomoda, que é a de existir uma multiplicidade de Planos de Ordenamento do Território, o Partido Socialista não podia estar mais de acordo convosco. Foi por isso que na legislatura passada fez aprovar o seu Regime dos Instrumentos de Gestão Territorial simplificando, acabando com planos especiais para tudo e mais alguma coisa e definindo apenas a existência de um plano de ilha onde serão integradas as matérias da orla costeira, das áreas protegidas, dos riscos sísmico, bacias hidrográficas, proteção de águas subterrâneas.

Tudo o que o senhor possa pensar que deve ser objeto de um plano especial, atendendo à dimensão e às características das nossas ilhas, e os senhores concordaram com isso na altura, fica sob um plano especial.

Até agora, todos os planos que o senhor tem na Região foram-no porque a legislação a isso obrigava.

Eu nunca vi os senhores virem a esta casa trazer uma proposta de Regime dos Instrumentos de Gestão Territorial para simplificar isso.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

A Oradora: Enquanto nada se fez estava muito bem para os senhores.

Hoje, porque vos convém, é que afinal está mal.

O que está mal é os senhores não fazerem para alterar e depois adotarem a postura que adotam agora aqui.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Que fique claro que aquilo que a Região fez era aquilo a que estava obrigada, mas fez seguramente muito mais do que os senhores fizeram. Esta é a primeira nota.

A segunda nota é que mais uma vez eu não consigo perceber qual é a perspetiva de onde se colocam para perceber o que é que vai ser feito.

Atendendo à natureza das questões que são colocadas só há uma perspetiva, é um levantamento do ordenamento jurídico.

Como eu disse, as normas não se fazem para unidades territoriais, fazem-se para tipologias de unidades, salvaguardadas as exceções das áreas protegidas e por aí fora. Isto é muito simples.

Quem o vai fazer, Sra. Deputada, talvez se a senhora ler a orgânica do Governo rapidamente perceberá qual é o departamento do Governo que pode fazer isto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Governo é que diz que não é preciso!

A Oradora: É o departamento do Governo que tem sob a sua responsabilidade estas matérias, ordenamento do território e recursos hídricos, naturalmente.

Muito obrigada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para satisfazer uma dúvida do Deputado Paulo Estêvão, porque há pouco afirmou que só eu é que percebia, ou entendia, o alcance desta iniciativa. Para lhe ler parte do relatório que eventualmente lhe terá escapado e que diz assim:

“O Deputado Luís Rendeiro, do PSD, considerou que o Projeto de Resolução apresentado é de interpretação fácil e que o seu objeto é claro e bem definido...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É bondade, Sr. Deputado!

O Orador: Foi bondade? Muito obrigado, Sr. Deputado.

...e propôs que a Comissão solicite um parecer a um jurisconsulto da área de ordenamento do território.”

Sr. Deputado Paulo Estêvão não sei. Pelos vistos, a sua tese de que só eu é que percebi o objeto deste Projeto de Resolução, parece-me que cai por terra...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O jurista é que não percebeu isso!

O Orador: ... com esta citação do relatório que eventualmente V. Exa. não teve oportunidade de ler, mas para isso não tenho remédio. Leia os relatórios todos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

A Sra. Deputada que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Peço aos líderes e ao Sr. Vice-Presidente o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, depois desta breve conferência de líderes vou dar por encerrados os trabalhos de hoje. Regressamos amanhã às 10.

Boa noite para todos.

Eram 18 horas e 16 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Paulo Henrique Parece Baptista

Deputada que faltou à sessão:

Partido Socialista (PS)

(*) Texto não revisto pelo orador.

Documento entrado

Listagem da correspondência

1 – Proposta de Lei:

Assunto: Estabelece o regime de acesso e exercício da atividade de artista tauromáquico e de auxiliar de espetáculo tauromáquico – n.º 209/XII/3 - n.º 81/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 03 – 07

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2014 – 03 – 27.

2 – Projeto de Lei:

Assunto: Aprova medidas tendentes a assegurar a participação dos cidadãos nos atos eleitorais e o pluralismo do debate público - n.º 507/XII/3 - n.º 79/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 02 – 19

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2014 – 03 – 11;

Assunto: Revoga a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso - n.º 508/XII/3 - n.º 80/X

Proveniência: Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 02 – 26

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 03 – 18.

3 – Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Estabelece os requisitos de acesso e exercício da atividade das entidades e profissionais que atuam na área dos gases combustíveis, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas n.ºs 2005/36/CE, de 7 de setembro, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno - PCM (MAOTE) - (Reg. PL 97/2014). N.º 89/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 03 – 07

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 03 – 19.

4 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2014 - MF - (Reg. DL 55/2014) - n.º 82/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 02 – 17

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 02 – 24;

Assunto: Estabelece o regime excepcional e transitório de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo - MAOTE - (Reg. DL 57/2014) - n.º 83/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 02 – 17

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 02 – 26;

Assunto: Aprova o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, transpondo a Diretiva n.º 2012/19/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Julho de 2012 - MAOTE - (Reg. DL 73/2014) - n.º 84/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 02 – 21

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2014 – 03 – 05;

Assunto: Procede à adaptação da Entidade Reguladora da Saúde, ao regime estabelecido na lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de Agosto - MS - (Reg. DL 66/2014). – n.º 85/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 03 – 03

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2014 – 03 – 12;

Assunto: Altera o Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de março, e o Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de junho, com o objetivo de clarificar e regulamentar, respetivamente, as competências do capitão de porto, e os termos em que é admissível o funcionamento das concessões balneares e respetivos serviços complementares e ou acessórios, fora da época balnear - ME - (Reg. DL 82/2014) - n.º 86/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 03 – 03

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2014 – 03 – 12;

Assunto: Procede à adaptação do Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P., ao regime estabelecido na lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto - ME - (Reg. DL 528/2013). – n.º 87/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 03 – 03

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 03 – 13;

Assunto: Procede à adaptação dos Estatutos do ICP - Autoridade Nacional de Comunicações, publicados em anexo ao Decreto-Lei n.º 309/2001, de 7 de dezembro, ao regime estabelecido na lei-quadro das entidades reguladoras, aprovada em anexo à Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto - ME - (Reg. DL 68/2014) - n.º 88/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 03 – 03

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 03 – 13;

Assunto: Aprova os estatutos da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, na sequência da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que aprova a lei-quadro das entidades administrativas independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo, e procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 11/2014, de 22 de janeiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Economia - ME - (Reg. DL 71/2014) – n.º 90/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 03 – 07

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014 – 03 – 19;

Assunto: Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1005/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono - MAOTE - (Reg. DL 88/2014)- n.º 92/X

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2014 – 03 – 07

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2014 – 03 – 19.

5 – Projeto de Decreto Legislativo Regional

Assunto: [Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A, de 10 de julho, que estabelece o Regime Jurídico do Concelho de Ilha](#) – n.º 26/X

Autor: PSD

Data de Entrada: 2014 – 02 – 17

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite do parecer: 2014– 03 – 20;

Assunto: [Cria o Programa Regional de Apoio aos Grupos Folclóricos da Região Autónoma dos Açores](#) – n.º 28/X

Autor: PSD

Data de Entrada: 2014 – 02 – 19

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2014 – 03 – 21.

6 – Proposta de Decreto Legislativo Regional:

[Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 29/2006/A, de 8 de Agosto, que estabelece o Regime Jurídico de Apoios a Atividades Culturais](#) – n.º 26/X

Autor: Governo

Entrada: 2014 – 02 – 18

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2014 – 03 – 21.

7 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Rede Açoriana de Ninhos de Empresas](#) – n.º 60/X

Autor: PSD

Data de Entrada: 2014 – 02 – 17

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2014– 03 – 20.

8 – Petições:

Assunto: Revisão d Regulamento do Concurso de Pessoal Docente – n.º 22/X

Autora: Isabel Maria de Oliveira Pita de Almeida

Data de Entrada: 2014 – 02 – 13

Comissão: Assuntos Sociais

Aguarda Admissibilidade;

Assunto: Concurso Extraordinário de Docentes – n.º 23/X

Autora: Teresa Paula Andrade Soares

Data de Entrada: 2014 – 02 – 28

Comissão: Assuntos Sociais

Aguarda Admissibilidade.

9 – Requerimentos:

Assunto: [Monitorização do Ar em Estabelecimentos de Ensino](#)

Autor: Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2014.02.13

Referência: 54.03.00 – N.º 202/X;

Assunto: [Estudos de Impacto da Exploração da Criptoméria](#)

Autora: Renata Cordeiro (PSD)

Data de Entrada: 2014.02.14

Referência: 54.03.00 – N.º 203/X;

Assunto: [Quadros de Pessoal nas Unidades do Serviço Regional de Saúde](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira e Ana Espínola (CDS/PP)

Data de Entrada: 2014.02.14

Referência: 54.01.00 – N.º 204/X;

Assunto: [Montante Arrecadado em Taxas Moderadoras no Serviço Regional de Saúde dos Açores](#)

Autor: Joaquim Machado (PSD)

Data de Entrada: 2014.02.14

Referência: 54.03.00 – N.º 205/X;

Assunto: [Dívidas à Empresa Quadrantes](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira e Ana Espínola (CDS/PP)

Data de Entrada: 2014.02.14

Referência: 54.01.00 – N.º 206/X;

Assunto: [Existência de montantes a pagar da parte do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPE ao Instituto de Microcirurgia Ocular](#)

Autores: António Ventura, Luís Rendeiro e Judite Parreira (PSD)

Data de Entrada: 2014.02.19

Referência: 54.03.03 – N.º 207/X;

Assunto: [Tarifa Interjovem - Tarifa Aérea Promocional](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira e Ana Espínola (CDS/PP)

Data de Entrada: 2014.02.19

Referência: 54.01.00 – N.º 208/X;

Assunto: [Bienal de Turismo](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira e Ana Espínola (CDS/PP)

Data de Entrada: 2014.02.20

Referência: 54.01.05 – N.º 209/X;

Assunto: [Polidesportivo de Santa Bárbara](#)

Autores: Cláudio Almeida e Jorge Macedo (PSD)

Data de Entrada: 2014.02.20

Referência: 54.03.02 – N.º 210/X;

Assunto: [Campanhas de beterraba 2013-2014](#)

Autor: Renato Cordeiro (PSD)

Data de Entrada: 2014.02.27

Referência: 54.03.02 – N.º 211/X;

Assunto: [Contratos adicionais ao contrato de execução da obra do Parque de Exposições da ilha Terceira](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2014.02.27

Referência: 54.06.03 – N.º 212/X;

Assunto: [Secretaria Regional da Formação Educação Desporto e Cultura - Necessidades Permanentes e transitórias do Sistema Educativo Regional da RAA.](#)

Autora: Zuraida Soares (BE)

Data de Entrada: 2014.02.28

Referência: 54.06.00 – N.º 213/X;

Assunto: [Cais de Cruzeiro de Angra do Heroísmo](#)

Autores: Artur Lima Graça Silveira e Ana Espínola (CDS/PP)

Data de Entrada: 2014.02.27

Referência: 54.01.03 – N.º 214/X;

Assunto: [Castelo da Rocha Negra ameaça ruir](#)

Autores: Jorge Costa Pereira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2014.03.05

Referência: 54.03.07 – N.º 215/X;

Assunto: [Prémio de Humanidades "Daniel de Sá"](#)

Autor: José Andrade (PSD)

Data de Entrada: 2014.03.06

Referência: 54.03.00 – N.º 216/X;

Assunto: [Abastecimento de Combustíveis no Porto das Velas, para quando?](#)

Autores: Ana Espínola, Artur Lima e Félix Rodrigues (CDS/PP)

Data de Entrada: 2014.03.07

Referência: 54.03105 – N.º 217/X.

10 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Admissão de um fisioterapeuta para a Unidade de Saúde da Ilha Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014.02.17

Referência: 54.03.04 – N.º 188/X;

Assunto: [Infestação por térmitas de madeira seca \(Cryptotermes brevis\) sem controlo nos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014.02.17

Referência: 54.03.00 – N.º 193/X;

Assunto: [Respeitar e afirmar os Açores na Diáspora Portuguesa.](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014.02.17

Referência: 54.03.00 – N.º 197/X

Assunto: [Flagelo da falta de medicamentos na ilha Graciosa](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014.02.17

Referência: 54.03.04 – N.º 200/X;

Assunto: [Diminuição de especialistas no Hospital da Horta agrava-se](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014.02.18

Referência: 54.03.07 – N.º 199/X;

Assunto: [Interdição de banhos e proibição de atividades de pesca na Lagoa da Caldeira da Fajã de Santo Cristo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014.02.24

Referência: 54.01.05 – N.º 163/X;

Assunto: [Situação Económica da Adegas Cooperativa dos Biscoitos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014.02.25

Referência: 54.03.03 – N.º 196/X;

Assunto: [Ligação Marítima Terceira-Continente](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2014.02.26

Referência: 54.03.03 – N.º 198/X.

11 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a acusar a receção e a agradecer o envio da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2014

Proveniência: O Chefe de Gabinete da Casa Civil do Presidente da República

Data de Entrada: 2014.02.14;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição da Deputada Aida Maria Melo Amaral pelo Deputado Paulo Henrique Parece Baptista, em conformidade com o n.º 5 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Data de Entrada: 2014.02.12;

Assunto: Ofício a comunicar a suspensão do mandato da Deputada Aida Maria Amaral, eleita pela lista de Santa Maria do Partido Social Democrata, vem pedir a substituição, pelo período de um ano, com efeitos a partir do dia 1 de março do corrente ano, nos termos do n.º 1 e da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados

Proveniência: A Deputada Aida Amaral

Data de Entrada: 2014.02.12;

Assunto: Ofício a solicitar pedido de autorização para depoimento, na qualidade de testemunha do Senhor deputado Cláudio Borges de Almeida

Proveniência: Tribunal da Propriedade Intelectual -1.º Juízo - PDL

Data de Entrada: 2014.02.13;

Assunto: Ofício a solicitar pedido de autorização para depoimento, na qualidade de testemunha do Senhor deputado Luís Maurício Mendonça Santos, através de sistema de videoconferência, a partir do Tribunal Judicial de Ponta Delgada

Proveniência: 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo

Data de Entrada: 2014.021;

Assunto: Ofício a remeter por correio eletrónico, os relatórios de auditoria e as verificações internas de contas de gerência aprovados e abaixo indicados:

- Relatório n.º 01/2013-FS/SRATC (Proc.º n.º 11/104.05) – “Auditoria ao estatuto remuneratório dos membros da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo”;
- Relatório n.º 02/2013-VIC/SRATC (Proc.º n.º 13/109.11) – “Delegação Aduaneira da Horta”;
- Relatório n.º 03/2013-VIC/SRATC (Proc.º n.º 13/109.15) – “Unidade de Saúde da Ilha Graciosa”.

Autor: O Presidente do Tribunal de Contas, Nuno Lobo Ferreira

Data de Entrada: 2014 – 02 – 25;

Assunto: Ofício em aditamento à comunicação anterior relativo à substituição da Deputada Aida Amaral, a comunicar o nome de Paulo Henrique Parecer Baptista, o número 3 da lista de candidato eleito pelo círculo eleitoral de Santa Maria, em virtude do número dois da mesma lista, Ricardo Amaral de Carvalho e Sousa, de momento, não poder assumir o cargo de Deputado.

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Duarte Freitas

Data de Entrada: 2014 – 02 – 27;

Assunto: Ofício a comunicar a substituição temporária por motivo relevante da deputada Maria Graça da Silveira pelo Sr. António Félix Rodrigues e afetação do mesmo à CAPAT e Comissão de Economia.

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Artur Lima

Data de Entrada: 2014 – 03 – 03;

Assunto: Ofício da deputada Maria Graça da Silveira a comunicar a substituição temporária nos termos do n.º 1 com a alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/90/A, de 20 de novembro, por motivo relevante, a partir do dia 1 de Março, inclusivé

Proveniência: Maria da Graça Silveira

Data de Entrada: 2014 – 03 – 03;

Assunto: Ofício na sequência do pedido de substituição temporária apresentado a 24 de junho de 2013, vem informar que o motivo que o impedia de exercer o cargo de deputado deixou de ser relevante, pelo que assume as funções de Deputado a partir do dia 1 de março de 2014

Proveniência: António Félix Rodrigues

Data de Entrada: 2014 – 03 – 03;

Assunto: Ofício a lamentar que as escolas não tenham sido auscultadas numa matéria tão sensível e de primordial importância para a qualidade do trabalho a desenvolver nas escolas, para o concurso extraordinário de docentes

Proveniência: O Presidente da Comissão Ex. Provisória, Jorge Eduardo Narciso Pinheiro – Escola Básica Integrada de Capelas

Data de Entrada: 2014 – 02 – 21;

Assunto: Ofício a enviar Voto de Recomendação e Moção, apresentados pelo PS e pela coligação PSD/CDS/PP/PMM, respetivamente, referentes à ampliação da pista do Aeroporto da Horta

Proveniência: O Presidente da Assembleia Municipal, Fernandes Menezes

Data de Entrada: 2014 – 02 – 28;

Assunto: Ofício a comunicar que na sequência do pedido de substituição temporária apresentada pela Senhora Deputada Maria da Graça Silveira o Senhor Professor António Félix Rodrigues também substituirá na Vice- Presidência do Grupo Parlamentar

Proveniência: O Presidente do Grupo Parlamentar CDS-PP, Artur Lima

Data de Entrada: 2014 – 03 – 05;

Assunto: Ofício a acusar a receção e agradecer o envio do Voto de Congratulação - 300 Anos da Igreja Paroquial de São José. (Ponta Delgada) – agradecimento

Proveniência: Secretário da Cúria Diocesana, Hugo Silva

Data de Entrada: 2014 – 03 – 06;

Assunto: Ofício a comunicar que recebeu o Voto de Protesto - Novo Mapa Judiciário e o mesmo foi reencaminhado para os Srs. Deputados da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, bem como aos Grupos Parlamentares, atendo à matéria em causa

Proveniência: Gabinete da Assembleia da República

Data de Entrada: 2014 – 03 – 07.

12 - Relatórios:

Assunto: Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão de Assuntos, Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014.03.10;

Assunto: Pedido de autorização para o Deputado Cláudio Borges Almeida prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Sumário n.º 453/12.4YHLSB que corre termos junto do 1.º Juízo do Tribunal da Propriedade Intelectual

Proveniência: Comissão de Assuntos, Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014.03.07;

Assunto: Pedido de autorização para o Deputado Luís Maurício Mendonça Santos prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de Processo Sumário n.º 98/11.6TBAGH que corre termos junto do 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo.

Proveniência: Comissão de Assuntos, Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014.03.07;

Assunto: Projeto de Resolução n.º 41/X (PCP) – “Recomenda ao Governo Regional que proceda a um levantamento e delimitação sistemáticos da titularidade, responsabilidade e competências das diversas entidades envolvidas na gestão, proteção, manutenção e ordenamento das zonas costeiras e de falésia da Região Autónoma dos Açores”.

Proveniência: Comissão de Assuntos, Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014.03.07;

Assunto: Verificação de poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Paulo Henrique Parece Baptista

Proveniência: Comissão de Assuntos, Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2014.03.10;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014.03.10;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto \(Lei da Organização do Sistema Judiciário\), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais n.º 81 OGP](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014.02.19;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei n.º 73/2014 – “Aprova o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos, transpondo a Diretiva n.º 2012/19/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Julho de 2012” - n.º 84/X](#)

Proveniência: SubComissão de Política Geral

Data de Entrada: 2014.03.06;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014.03.10;

Assunto: [Parecer sobre a Proposta de Lei n.º 206/XII/3 - Estabelece normas de acesso a cuidados de saúde transfronteiriços e promove a cooperação em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços, transpondo a Diretiva n.º 2011/24/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2011, e a Diretiva de Execução n.º 2012/52/UE da Comissão, de 20 de dezembro de 2012 - n.º 078 AR](#)

Proveniência: [SubComissão de Assuntos Sociais](#)

Data de Entrada: 2014.03.03;

Assunto: [Relatório a que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2014.03.10;

Assunto: [Proposta de Decisão do Concelho que altera a Decisão 2009/831/CE no que se refere ao seu período de aplicação \[COM\(2013\)930\]. – n.º 72 AR](#)

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2014.02.19;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2014 - MF - \(REG. DL 55/2014 – n.º 82/X](#)

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2014.02.27;

Assunto: [Estabelece o regime excecional e transitório de regularização e de alteração e ou ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais, pecuárias, de operações de gestão de resíduos e de explorações de pedreiras incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo - MAOTE - \(REG. DL 57/2014\) – n.º 83/X](#)

Proveniência: SubEconomia

Data de Entrada: 2014.03.05;

Assunto: [Petição n.º 18/X – “Sede de Transportes Marítimos de Passageiros no Faial”](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014.03.06;

Assunto: [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/X – Adapta à Região Autónoma dos Açores o regime jurídico do trabalho portuário e estabelece normativos sobre formalidades respeitantes ao efetivo dos portos da Região.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014.03.06;

Assunto: [Prestação de Serviços postais na freguesia da Maia – n.º 9/X](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 03 – 06;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 55/X - Sede da Empresa de Transportes Marítimos na Horta](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 03 – 06;

Assunto: [Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2012 – n.º 4/X](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 03 – 07;

Assunto: [Relatório do Sector Público Empresarial Regional relativo ao ano de 2012](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2014 – 03 – 07.

11 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Legislativa os Diários n.ºs 50 e 51 da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

P'la redatora: Noélia Escobar